

Banco **Keve**

O BANCO À SUA MEDIDA



**RELATÓRIO
E CONTAS**
2014-2015







Angola é uma terra vibrante, repleta de cor, alegria e paisagens paradisíacas. Mas entre as suas múltiplas riquezas podemos encontrar pérolas escondidas à vista de todos. Falamos dos ricos e intensos paladares da gastronomia tradicional angolana.

É através da alimentação, desde os tipos de produtos utilizados à forma de os confeccionar, que podemos encontrar a forma de estar de um povo no seu dia-a-dia, passando a conhecê-lo de uma forma mais íntima através dos sabores. De ingredientes como o café, a jinguba, a malagueta, o gengibre, a castanha de cajú, o tamarindo, a farinha de pau, o dendén, o kiabo e ainda a kizaca, o feijão macoba, a mukúa, o maboque, o coconote, a maiaca, o sacafolha, a pitanga e muito outros. São especiarias, frutos e legumes que dão aos pratos típicos de Angola um toque de exotismo e requinte único no mundo. São cores, aromas e sabores genuinamente angolanos, assim como genuinamente angolano é o Banco Keve. Falamos de sabores únicos, como falamos das relações únicas que o Banco Keve fomenta com seus Clientes. Falamos de aromas variados, tão variados quanto os diversos serviços financeiros do Banco Keve. E falamos de paladares que fazem parte das tradições e culturas ancestrais e que são insubstituíveis para quem procura uma gastronomia inovadora, assim como inovação é aquilo que o Banco Keve sempre procura implementar para continuar a ser o Banco moderno que todos conhecem.



ÍNDICE

08

Mensagem Conjunta
do Presidente do Conselho
de Administração e da
Comissão
Executiva

14

Principais Indicadores

18

Perfil

22

Enquadramento
Macroeconómico
A Economia Mundial
A Economia em Angola

56

Principais Acções
Desenvolvidas

82

Estrutura de Gestão
Composição dos Órgãos Sociais
Modelo de Gestão
Gestão de Risco

112

Demonstrações
Financeiras
Parecer do Conselho Fiscal
Parecer dos Auditores Externos



MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA COMISSÃO EXECUTIVA



MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA COMISSÃO EXECUTIVA

Caros Clientes, Accionistas, Colaboradores e Parceiros,

Cabe-nos, na qualidade de Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, a honrosa tarefa de, em género de balanço, resumirmos aquilo que foi a actividade do Banco Keve no exercício económico de 2015 e fazer igualmente uma breve perspectiva do “nosso Banco” para os próximos tempos, que se avizinham difíceis.

O ano de 2015 foi particularmente marcado pela instabilidade vivida nos mercados financeiros onde se transaccionam contratos de petróleo, tendo esta *commoditie* navegado ao longo do ano abaixo da fasquia dos 40 dólares o barril, observando-se, por diversas vezes, mínimos históricos dos últimos anos.

A economia angolana, que vinha de sucessivos ciclos de alto crescimento económico, foi fortemente afectada por este choque petrolífero, com consequências no refreamento do crescimento para o valor estimado de 3,6%, contra os 4,4% de 2014, no aumento da taxa de inflação para 14,3%, na queda das receitas fiscais e consequente revisão orçamental, no aumento do nível de endividamento publico, na elevação das taxas de juro, de referência para níveis acima dos 12% e, sobretudo, na redução da oferta de divisas para atender às várias demandas do mercado, face a pagamentos exteriores relacionados com mercadorias e invisíveis correntes e, consequentemente, o registo de uma acentuada depreciação da moeda nacional face ao dólar norte-americano, na ordem dos 50%.

Foi neste ambiente mais adverso que o Banco Keve desenvolveu a sua actividade, tendo a nossa gestão procurado sempre fazer os ajustamentos necessários para que pudesse, em primeiro lugar, garantir a sustentabilidade económica e financeira da Instituição e, por outro lado, satisfazer as necessidades dos nossos estimados Clientes. Estes ajustamentos de gestão permitiram ao Banco manter o nível dos recursos captados em cerca de AOA 96.997 milhões, aumentar o Activo Liquido de AOA 117.358 milhões para AOA 130.776 milhões (+11%), o Crédito a Clientes de AOA 46.782 milhões para AOA 58.600 milhões (+25%) e os Fundos Próprios de AOA 11.683 milhões para AOA 12.147 milhões (+4%), com o rácio de solvabilidade a situar-se nos 17,5%, muita acima do nível regulamentar, que é de 10%. No ano em que o Banco comemorou o seu 12.º aniversário, gostaríamos igualmente de destacar o crescimento obtido no Produto Bancário, na ordem dos 41%.

Apesar da conjuntura, prosseguimos com o nosso plano de expansão da rede de Balcões, que ascendeu a 56 (mais 3 relativamente a 2014). Foi dada igualmente especial atenção aos meios de pagamento

electrónicos, com o número de ATM's a crescer, face a 2014, de 80 para 85 e o de TPA's de 1448 para 1804.

No domínio da oferta de Produtos e Serviços, não podemos deixar de destacar o lançamento inédito do produto KEVE Índice, que se revelou num sucesso de comercialização, pela protecção do capital que confere, face à depreciação da moeda nacional contra o dólar norte-americano.

Continuamos a dar primazia à inovação e modernidade (Serviço de Novos Canais), tendo os nossos produtos iKeve, Tablet e SMS registado um aumento exponencial do número de Utilizadores.

No capítulo da parceria com o Estado angolano para o programa Angola Investe, temos mantido uma participação bastante activa, desde o acompanhamento à implementação efectiva dos projectos, contribuindo assim para a tão almejada diversificação da economia. Estamos, em termos de quota de mercado, na 8.ª posição a nível de financiamentos aprovados e na 6.ª a nível de montantes aprovados e desembolsados, tendo daí resultado a criação de 250 novos postos de trabalho directos.

Em relação ao programa de inclusão financeira, visando encontrar soluções para pessoas de estratos sociais menos favorecidos, o Banco Keve tem dado o seu contributo para este Objectivo Nacional, realizando um trabalho importante junto destas populações, que se reflecte no facto de ser um dos bancos com maior número de Contas Bankitas abertas em Angola.

No domínio do Capital Humano, continuamos a qualificar as competências dos nossos Colaboradores, para estarem à altura dos desafios que estamos a enfrentar e os do futuro, sendo uma das maiores preocupações aos mais diferentes níveis das suas Áreas de Negócio e de Apoio. Nesta senda, iniciámos em 2015 um projecto formação e de uniformização da nossa "Kultura" Organizacional, visando aumentar os nossos conhecimentos profissionais e a harmonização das nossas práticas e condutas, mostrando, claramente, para a nossa sociedade os valores, a visão e crenças seguidas pelo Banco Keve. Mais do que investir em edificações e tecnologia, consideramos o investimento na gestão de Recursos Humanos como nuclear na nossa organização.

Sentimos a Responsabilidade Social como um investimento na sociedade e no futuro. Neste sentido, o Banco Keve não ficou alheio às causas sociais, tendo 2015 sido um ano recheado nessa matéria, devolvendo à sociedade parte dos ganhos nos diversos projectos que levámos a cabo.

É nossa pretensão expandir o Banco para todo o território nacional, com o objectivo de aumentar a nossa posição relativa no mercado, a notoriedade da marca Keve e garantir níveis de Serviço de Excelência aos nossos Clientes.

Assumimos uma posição de vanguarda nos desafios e processos associados ao negócio bancário actual, em sintonia com a regulamentação e melhores práticas do sector, especialmente no que toca às IFRS (International Financial Reporting Standards) e aos acordos de Basileia, e ao Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Ao nível do Mercado de Capitais, pretendemos ter uma presença activa, tanto no domínio da intermediação financeira de valores mobiliários, como na estruturação de emissões de dívida Corporativa e aumentos de Capital.

Antes de terminar, gostaríamos de deixar, em nome do Conselho de Administração, uma palavra de apreço aos nossos “Kolaboradores” pelo seu empenho e profissionalismo, aos nossos “Klientes” pela preferência nos nossos Serviços e aos nossos Accionistas pelo seu apoio e confiança para conduzir os destinos da Instituição.

Depois de um ano de incertezas, apraz-nos dizer que o Banco Keve se prepara para enfrentar os novos desafios da economia em 2016, sempre tendo como foco construir um Banco cada vez mais sólido, transparente e à sua medida.

Banco Keve
O Banco à sua Medida

Arlindo Das Chagas Rangel
Presidente da Comissão Executiva



Rui Costa Campos
Presidente do Conselho de Administração





PRINCIPAIS DESTAQUES E PERSPECTIVAS





PRINCIPAIS INDICADORES

MILHARES DE AOA, EXCEPTO PERCENTAGENS	DEZ-2015 REAL	DEZ-2014 REAL	DEZ-2015 ORÇ.	VAR. REAL
1. Actividade				
Resultados líquidos	821.497	1.728.534	1.813.817	-110%
Margem financeira	6.509.725	5.290.338	6.682.146	19%
Produto bancário	12.637.321	9.416.079	8.495.963	25%
Margem financeira / Produto bancário	52%	56%	79%	0 p.p
Cash flow operacional	4.546.009	3.985.684	5.804.226	12%
2. Rentabilidade				
ROAE-Rentabilidade capitais próprios médios	5,7%	13,7%	8,0%	0 p.p
ROAA-Rentabilidade activos médios	0,7%	1,4%	1,2%	0 p.p
3. Estrutura				
Activo total	130.776.596	117.358.528	21.971.136	10%
Recursos totais de clientes	96.997.489	99.052.423	96.966.607	-2%
Crédito sobre clientes (líq)	58.600.633	46.782.559	58.600.633	20%
Fundos Próprios	12.147.957	11.683.242	13.140.277	4%
N.º de Agências	56	52	56	7%
N.º de colaboradores	472	422	437	11%
4. Eficiência				
Cost-to-income	64%	63%	56%	0 p.p
Colaboradores/Agência	8	8	6	4%
Activo total médio/Colaboradores	277.069	278.101	277.970	0%
5. Solidez				
Crédito vencido s/Crédito bruto	8,5%	17,1%	9,0%	-101%
Provisões p/ Crédito s/Crédito vencido	37%	15%	37%	59%
6. Liquidez				
Crédito sobre Depósitos	60%	47%	60%	0 p.p
7. Regulamentares				
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	16,5%	15,9%	18,0%	3,7%

Rácios:

Cost-to-income = Custos de estrutura sobre Produto Bancário

Custos de estrutura=Fornecimento e serviços+Custos com pessoal+Out.custos operacionais+Amortizações

Rácio de liquidez Moeda estrangeira (ME) = Activos ME em correspondentes/Total depósitos em ME

Rácio de Imobilizado: Imobilizações líquidas(exclui participações financeiras)/Fundos Próprios Regulamentares

Exposição cambial= Exposição cambial líquida/FPR.O sinal positivo (negativo) significa que é longa (curta)

PRODUTOS E SERVIÇOS

EMPRESAS	PARTICULARES	MERCADOS	OPERAÇÕES
Contas Contas de Depósitos à Ordem Contas de Depósitos a Prazo Cartões Cartões Keve Frota Sonangalp Serviços Pagamentos de Salários Pagamentos a Fornecedores Recolhas de Valores nas Instalações dos Clientes Agências e Postos de atendimento especializados <i>(outsourcing da função Caixa)</i> <i>Bancassurance</i> (Serviços de Seguros) <i>Bordereaux</i> na Hora Consultoria, Apoio ao Investidor iKeve Corporate (Serviço de <i>Internet Banking</i>) Keve Tablet Crédito Facilidades de Crédito <i>Project Finance</i> <i>Corporate Finance</i> Conta Corrente Caucionada Descoberto em Conta Linhas de Crédito para PME's Linhas de Crédito Documentário Garantias Bancárias Keve Investe	Contas Contas de Depósitos à Ordem Contas de Depósitos a Prazo Conta Keve Cresce (Conta Poupança Menor) Cartões Cartões de Débito Cartões Keve Frota Sonangalp Cartões Keve Visa Gold e Classic Crédito Consumo Automóvel Habitação Keve Salário e Keve Funcionário Público Serviços Compra e Venda Moeda Estrangeira Banca de Seguros (Serviço de Seguros) Money Gram (Transferências Internacionais rápidas) iKeve (Serviço de Internet Banking) Keve SMS Keve Tablet Alertas de Eventos (Email) <i>Private Banking</i> (Atendimento Personalizado)	Títulos do Banco Central Bilhetes do Tesouro Obrigações do Tesouro Bancos Correspondentes Gestão de Tesouraria Compra e Venda de ME (moeda estrangeira) Certificado de Depósito <i>Swaps/ Forwards</i> Serviços de Custódia Estudos de Mercados (<i>Research</i>)	Ordens de pagamento nacionais e internacionais Crédito Documentarios Remessas Documentárias Importação Exportação Garantias e Avals STC (Sistemas de Transferências a Crédito) SPTR (Sistema de Pagamento em Tempo Real) Financiamentos Externos Licenciamento de Operações junto do BNA Envio de <i>Swifts</i>



PERSPECTIVAS PARA 2016





PERSPECTIVAS PARA 2016

Para o ano de 2016, o Banco tem como linhas estratégicas a consolidação e expansão da sua actividade. O tratamento do Cliente como principal activo, o acompanhamento da gestão das Agências por objectivos comerciais, a melhoria da qualidade dos serviços e o aperfeiçoamento dos mecanismos de governação corporativa são as principais linhas orientadoras do Banco.

Neste sentido, serão desenvolvidas as seguintes acções: (i) formação contínua dos recursos humanos; (ii) aperfeiçoamento das equipas comerciais de técnicas de gestão de Clientes; (iii) melhoria da qualidade da carteira de crédito; (iv) melhoria dos processos e tecnologias de suporte operacional; (v) reforço da diversificação dos canais de distribuição; e (iv) contínua adopção de políticas direccionadas para o reforço da coesão das equipas.

Para o Banco, o ano de 2016 será favorável à aceleração da estratégia de diversificação da economia e o sector financeiro deverá estar preparado para responder aos desafios e oportunidades que possam surgir.



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO







Banco **Keve**

COMÉRCIO INTERNACIONAL



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

A economia mundial experimenta um momento de grandes desafios e incertezas, em que as principais e complexas forças de mercado exercem grande impacto nas economias emergentes e de rendimento baixo, reflectindo-se no seu crescimento (3,1%) em 2015.

O abrandamento dos mercados emergentes e países de rendimento baixo, a queda do preço do petróleo e as expectativas de apreciação do dólar norte-americano abrandam o crescimento da economia mundial. Deste modo, os principais riscos do cenário macroeconómico mundial direccionam-se para o conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento.

O FMI prevê que em 2016 o crescimento do PIB se acelere na maioria das economias desenvolvidas. Entretanto, comparativamente a 2015, as previsões indicam um ligeiro aumento no ritmo

de crescimento da economia mundial, de 3,1% para 3,6%.

O PIB dos Estados Unidos de América foi de 2,6% em 2015 e, para 2016, prevê-se um crescimento de 2,8%. O PIB da Zona Euro continua a mostrar sinais positivos, com grande destaque para a Alemanha, com um crescimento de 1,5% em 2015 (1,6% para 2016), França 1,2% em 2015 (1,5% para 2016) e Itália 0,8% em 2015 (1,3% para 2016), enquanto se prevê uma desaceleração gradual no crescimento de Espanha e de Portugal em 2016.

As economias da Zona Euro reflectem uma lenta recuperação, justificada pelas incertezas sobre questões relativas à gestão das dívidas soberanas, à emergência das eleições em algumas economias e aos riscos de impacto negativo sobre as economias alemã e francesa, resultantes das perspectivas de desaceleração

COMPORTAMENTO DO PIB GLOBAL, 2013 - 2016 (TAXAS DE CRESCIMENTO REAIS, %)

	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,3	3,4	3,1	3,6
Economias Avançadas	1,4	1,8	2,0	2,2
Estados Unidos	1,5	2,4	2,6	2,8
Zona Euro	-0,3	0,9	1,5	1,6
África Subsahariana	5,2	5,0	3,8	4,3
Angola 1/	6,8	4,8	6,6	3,3
Médio Oriente e Norte de África	2,3	2,7	2,5	3,9
América Central e do Sul	2,9	1,3	-0,3	0,8
Ásia em desenvolvimento	7,0	6,8	6,5	6,4
Comunidade dos Países Independentes	2,2	1,0	-2,7	0,5

Fonte: Fundo Monetário Internacional (*World Economic Outlook*, Out-15)
1/ Ministério das Finanças (Relatório de Fundamentação do OGE 2016)

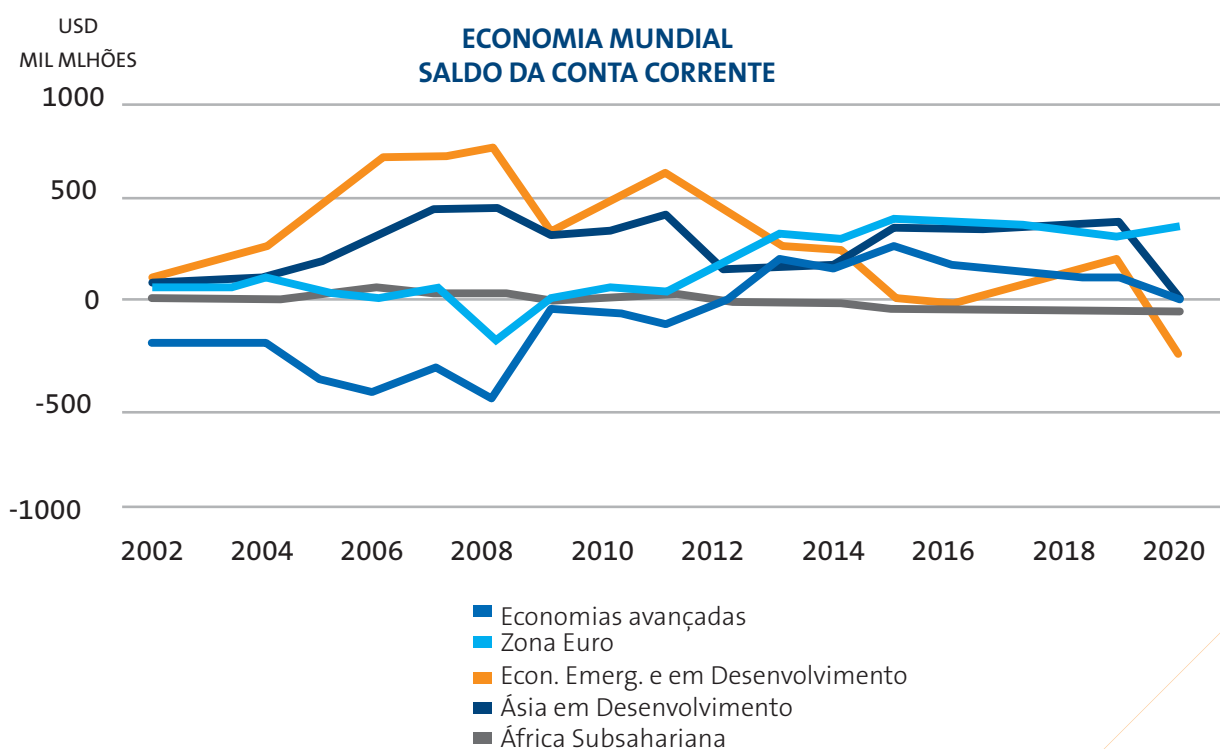
da economia chinesa. O Japão e o Reino Unido registaram um ligeiro abrandamento económico, crescendo 0,6% e 2,5% respectivamente. Relativamente às economias emergentes, perspectiva-se um crescimento global dos BRICS na ordem dos 2,7%. Para a Índia e a China prevêem-se taxas de crescimento na ordem dos 7,5% e 6,3%, respectivamente.

Para tornarem as suas economias mais resilientes aos choques que enfrentam, os países emergentes altamente dependentes das receitas das *commodities* foram desafiados a actualizar as suas políticas no que tange aos ajustamentos fiscais recorrentes via agravamento de impostos.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio mundial de bens e serviços apresenta boas perspectivas e registou um crescimento moderado em 2015 (2,8%), com previsão de melhoria em 2016 (3,9%). O saldo da conta corrente apresentou um défice a nível global, principalmente nos países exportadores de petróleo. A Zona Euro apresenta uma recuperação notável, mas não descurando os riscos, que ainda são uma grande preocupação naquela economia.

A procura mundial de petróleo e o seu preço observaram uma queda de cerca de 70% desde Dezembro de 2014, devido, principalmente, a uma fraca procura, às mudanças significativas na produção energética dos EUA e à queda do preço do barril.



INFLAÇÃO

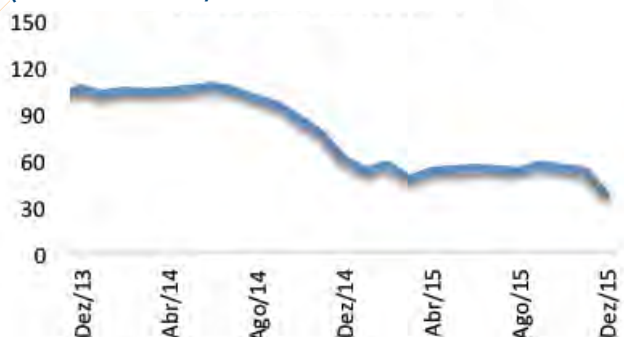
A taxa média de inflação das economias avançadas situou-se em 1,0% em 2015, com previsão de aumento para 1,1% em 2016. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, houve um abrandamento no nível geral de preços de 5,6% em 2015, prevendo-se uma ligeira redução em 2016 (para 5,1%).

Nos EUA, a taxa de inflação apresentou uma tendência de descida tendo-se situado 1,0% em 2015 e, em 2016, prevê-se um aumento para 1,2%. De igual modo, na Zona Euro a inflação tem-se reduzido de forma contínua. Em 2015 apresentou uma taxa de 1,2% e prevê-se que, em 2016, continue a reduzir-se (1,0% em 2016).

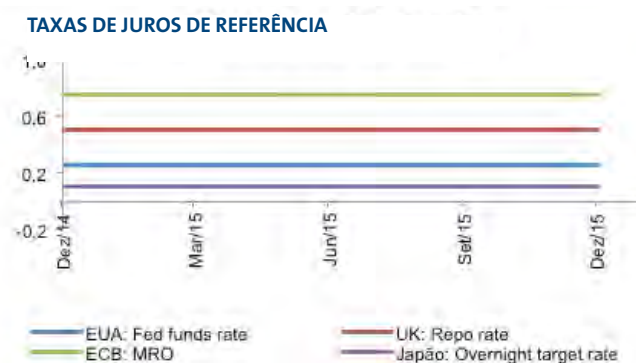
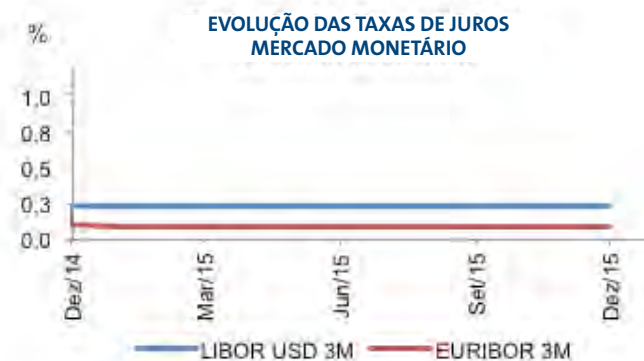
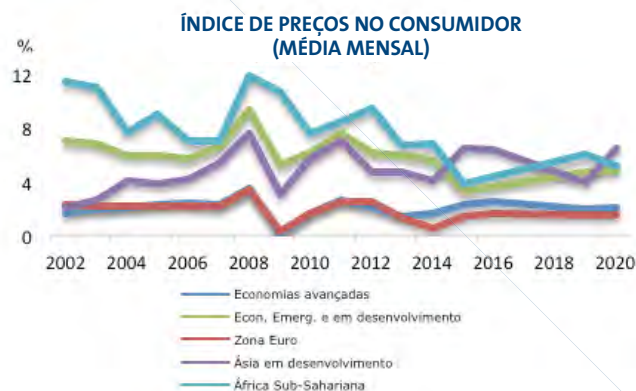
TAXAS DE JURO

Relativamente à evolução das taxas de juro, em 2015, a Libor a três meses foi de 0,4% e a Euribor a três meses de 0,2%, prevendo-se um abrandamento desta última em 2016, com uma redução anual de 0,2 p.p., atingindo 0%.

PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO (MÉDIA MENSAL USD/BARRIL)



Relativamente às taxas de juro de referência, destacam-se as da Zona Euro, que apresentaram um comportamento decrescente resultante da política fiscal implementada pelo Banco



Central Europeu (BCE). De igual modo, as taxas de juro dos EUA apresentaram uma tendência decrescente resultante da política macro-fiscal implementada pela Federal Reserve.



Banco **Keve**

ECONOMIA NACIONAL





ECONOMIA NACIONAL

EVOLUÇÃO DO PIB

Em 2015, a economia angolana registou um abrandamento no seu crescimento, que se situou em 4,0%, uma redução de 0,8 p.p. comparativamente a 2014. Esta redução no crescimento da economia foi consubstanciada na redução do PIB petrolífero de 4,8% em 2014, para 4,0% em 2015. Para o sector real da economia, o ano de 2015 foi bastante restritivo,

fruto do ajuste fiscal de Março de 2015, em sede da revisão do Orçamento Geral do Estado.

A evolução moderada do PIB resulta da baixa contribuição do sector não petrolífero para o crescimento, na ordem de 1,7%, sendo que, em termos gerais, este sector foi o que mais se ressentiu da queda do preço do petróleo (de 8,1% para 2,4%).

INDICADORES MACROECONÓMICOS	2013	2014	2015	Δ13/14
Inflação (%)	7,7	7,5	14,3	6,8 p.p.
Taxa de crescimento real (%)	6,8	4,8	4,0	0,8 p.p.
Sector Petrolífero	4,8	-2,6	7,8	5,2 p.p.
Sector não Petrolífero	7,2	8,1	2,4	-5,7 p.p.
Exportação de petróleo (milhões de barris)	626,3	610,2	669,8	10%
Preço médio da exportação petróleo (USD/barril)	107,9	76,0	40,0	-47%
Reservas internacionais líquidas (MMUSD)	30,7	27,0	24,7	-9%
Vendas de USD no BNA (MMUSD)	18,9	17,5	16,3	-7%
Taxa de câmbio 1 USD=Kz (fim do período)	97,617	102,863	135,315	32%
Saldo orçamental global em % do PIB	3,0	3,7	-7,0	-3,3 p.p.

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2015 e Estatísticas sobre receitas petrolíferas) e BNA.
MMUSD = Mil milhões de dólares.

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO	2012	2013	2014	<i>Realizado</i> 2015
PIB a preços correntes (Kz mil milhões) Composição (%)	10.876	12.056	12.462	12.746
Agricultura	-22,5	42,3	11,9	2,5
Pescas e derivados	9,7	2,4	19,1	2,0
Diamantes e Outros	0,3	6,6	1,0	3,2
Petróleo	45,8	-0,9	-2,6	7,8
Indústria Transformadora	14,0	8,6	8,1	2,6
Construção	11,7	8,1	8,0	3,5
Energia	10,4	34,4	17,3	12,0
Serviços mercantis	13,4	7,0	8,0	2,2
Outros	8,3	0,7	6,0	1,1

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2015).

Na base do fraco desempenho apresentado pelo sector não petrolífero (crescimento de 2,4%) estão os sectores de Serviços Mercantis, Agricultura e Construção com pesos de 27%, 12% e 10,8%, respectivamente.

SECTOR FISCAL

Em 2015, a receita fiscal foi de AOA 2.692,6 mil milhões (USD 18,9 mil milhões) e as despesas fiscais de AOA 3.499,1 mil milhões (USD 24,8 mil milhões). O saldo global de caixa estimado em 2015 (-7,0% do PIB) apresenta uma variação negativa comparativamente ao ano de 2014

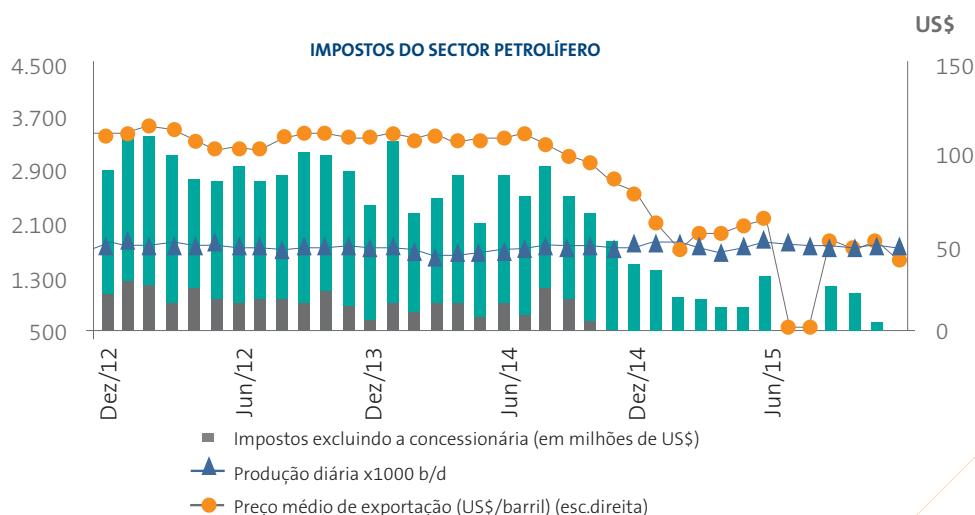
(2,4% do PIB), e o saldo primário não petrolífero foi de -17,4% (8,1% em 2014).

FINANÇAS PÚBLICAS

A receita fiscal projectada representa 23,3% do PIB anual e é constituída maioritariamente pela receita não petrolífera (12,5%). Em 2015, as receitas petrolíferas registaram uma redução de 69%, resultante da redução do preço do petróleo em 51% (situando-se em 37 USD/barril) e da redução da produção de 1.735 mb/d em Dezembro de 2014 para 1.722 USD/barril.

Mil Milhões de USD	2012 Exec.	2013 Exec.	2014 Exec.	2015 Exec.	Em % do PIB 2015	Δ14/15
1. Receitas	52,9	47,1	44,4	18,9	23,3%	-58,4%
Impostos	50,5	45,3	42,4	17,0	21,5%	-59,9%
Petrolíferos	43,0	35,8	31,1	10,6	0,9%	-65,9%
Não petrolíferos	7,5	9,5	11,3	4,6	12,5%	-59,3%
Contributos S.Social/Outras	2,4	1,8	2,0	0,9	1,1%	-55,0%
2. Despesas	45,2	46,8	44,7	24,8	30,3%	-44,5%
Correntes	33,3	35,0	33,9	21,1	24,8%	-37,8%
Capital	11,9	11,8	10,8	4,7	5,5%	-56,5%
3. Saldo primário	7,6	0,3	-0,3	-5,9	-7,0%	1867,7%
Financiamento líquido	-10,6	-12,1	-9,3	-5,9	7,0%	-163,4%

Valores convertidos para US\$ ao câmbio referido o OGE
Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2015)



As receitas petrolíferas registaram uma queda de 79% de Junho a Dezembro comparativamente ao mesmo período de 2014, resultante da queda global do Imposto sobre a Transacção de Petróleo (ITP), das receitas das concessões e dos impostos à produção.

Segundo o Executivo angolano, as finanças públicas continuam condicionadas pela queda das receitas petrolíferas, que tem sido sequencial, o que tem exigido medidas para se garantir maior racionalidade das despesas e uma maior arrecadação de receitas no sector não petrolífero.

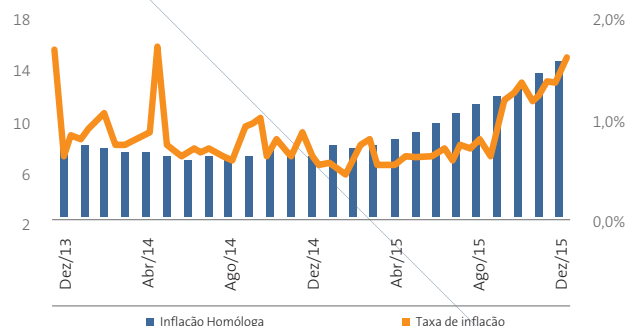
O ano de 2015 foi marcado pelas reformas aplicadas na política fiscal e monetária, que têm contribuído significativamente para acelerar as condições macroeconómicas que garantem o crescimento da actividade económica e fomentam o controlo da inflação não estrutural e a dinâmica do mercado de trabalho. Neste contexto, a reforma fiscal é necessária para redimensionar a linha de crescimento mais lento a médio e longo prazo.

TAXA DE INFLAÇÃO

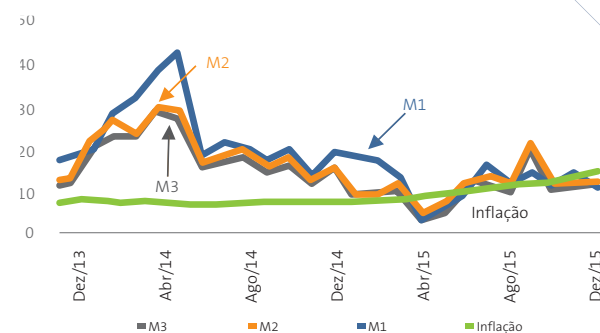
Em 2015, a taxa de inflação acumulada foi de 14,3%, contra os 7,48% observados em 2014. A taxa de inflação retomou a dois dígitos em Julho de 2015, desfavorecida pela conjuntura económica. Os desafios para o controlo da evolução da taxa de inflação foram muitos, combinados com a protecção das reservas externas para a gestão macroeconómica através da política fiscal e monetária.

Em 2015, fruto da conjuntura macroeconómica resultante da baixa do preço do petróleo no mercado internacional, registou-se uma forte depreciação do kwanza face ao dólar e, consequentemente, verificou-se uma grande pressão sobre os índices de preços do consumidor e da inflação no final do ano.

**COMPORTAMENTO DA TAXA DE INFLAÇÃO
EVOLUÇÃO MENSAL (%)**



MASSA MONETÁRIA T.V.A (%)



POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL

Em 2015, a política monetária manteve-se em elevada sintonia com a execução da política fiscal. As interacções entre ambas intensificaram-se, sendo que a economia se deslocou para a efectivação dos efeitos absorvidos da queda do preço do petróleo. Para além da habitual gestão da liquidez, por via do acompanhamento regular dos factores determinantes da base monetária, a coordenação das políticas fiscal e monetária centrou-se, com elevada regularidade, na preservação da estabilidade macrofinanceira, e na gestão da procura agregada da economia, para assegurar a manutenção de um crescimento positivo do PIB.

Relativamente às medidas de política monetária, o Comité de Política Monetária do BNA, no final do ano, adoptou as seguintes medidas:

- Aumento da Taxa BNA para 10,5%.

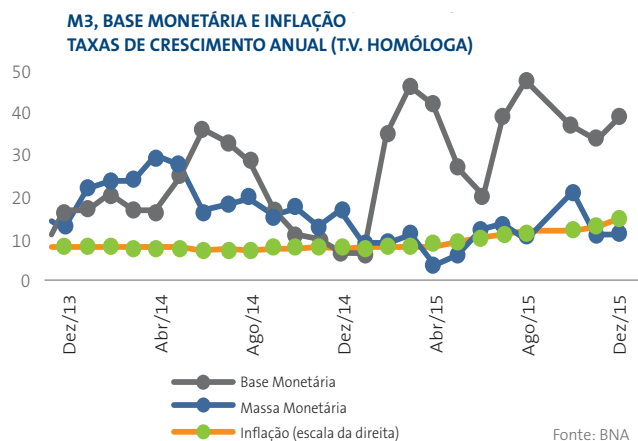
- Aumento da Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez para 13% ao ano e redução da Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez para 0%.

- O coeficiente de reservas obrigatórias que incide sobre os depósitos dos bancos comerciais em moeda nacional situou-se em 25% em moeda nacional e em 15% em estrangeira.

Adicionalmente, o Comité de Política Monetária manteve a recomendação de que os agentes económicos tenham a LUIBOR, como taxa de juro de referência na contratação de crédito bancário.

MASSA MONETÁRIA

Em 2015, a liquidez na economia (M3) registou um aumento de 11% face a 2014. A dolarização da economia, medida pelo peso da moeda estrangeira (ME) sobre o M3, diminuiu face a 2014 (-2 p.p.), tendo-se situado em 34% no final do ano.

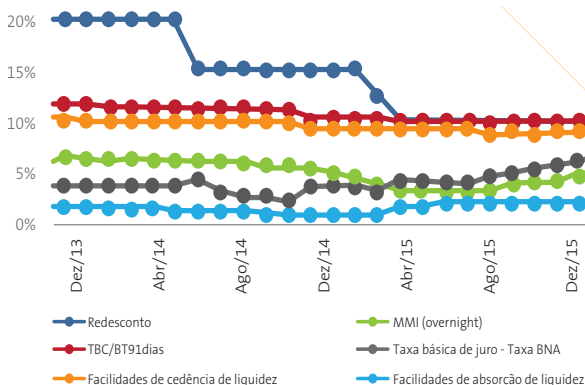


TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA

As taxas de juro relativas às operações de política monetária (redesconto, facilidades de cedência e absorção de liquidez e TBC) também sofreram com os choques externos resultantes da baixa do preço do petróleo no mercado internacional. Deste modo, o Executivo promoveu a subida das

taxas de juro activas dos bancos, por forma a controlar a inflação. De um modo geral, as taxas de referência apresentaram uma tendência de subida.

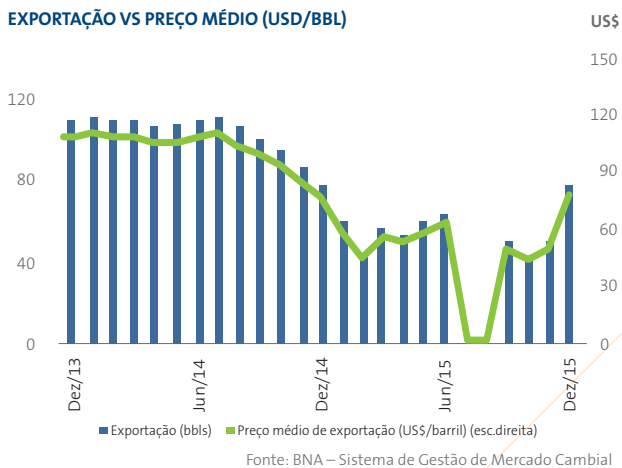
TAXAS DE JUROS DE REFERÊNCIA EM KWANZAS



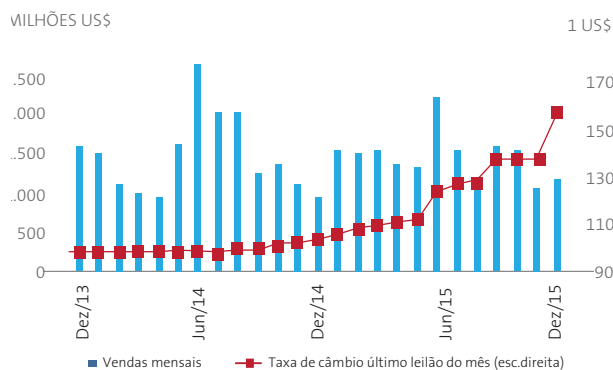
MERCADO CAMBIAL

Em 2015, o BNA registou uma ligeira escassez de dólares devido à queda do preço do petróleo e à queda da procura de Brent, influenciando desta forma a quantidade de divisas a disponibilizar ao mercado para a cobertura da importação de bens e serviços. Embora nem sempre satisfazendo a procura na totalidade, o BNA disponibilizou, em 2015, cerca de USD 16,3 mil milhões nos leilões de venda de divisas, menos 10% face a 2014. A taxa de câmbio do kwanza face ao dólar registou uma depreciação de 33% no ano, acima

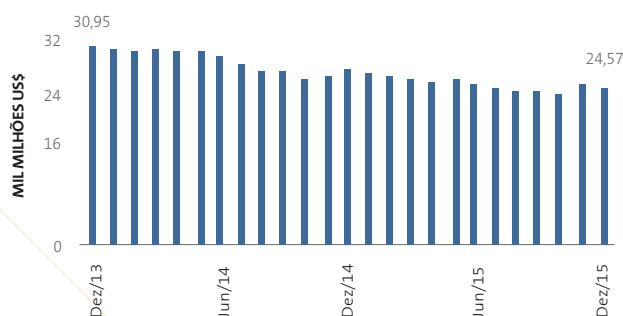
EXPORTAÇÃO VS PREÇO MÉDIO (USD/BBL)



VENDAS DE USD - LEILÕES DO BNA



RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS ANGOLA



da depreciação verificada no ano anterior (5%). A maior depreciação ocorreu no quarto trimestre, situando-se em 43,7%.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) registaram uma diminuição de 10%, tendo atingido o montante de USD 24,5 milhões em Dezembro de 2015 (USD 27,2 em 2014), explicada pela redução dos fluxos financeiros externos.

BALANÇO DO BNA

O total do balanço do BNA aumentou 9% em 2015, tendo atingido AOA 3.317 mil milhões em finais de Dezembro, decorrente, principalmente, da redução nominal das (RIL).

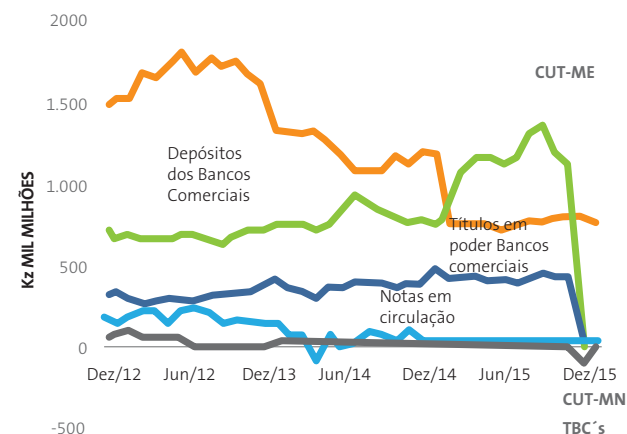
O saldo da Conta Única do Tesouro em Moeda Estrangeira (CUT-ME) atingiu AOA 774 mil milhões em finais de Dezembro de 2015, representando uma redução nominal de 35%

BALANÇO SIMPLIFICADO DO BNA (MIL MILHÕES DE USD)

	DEZ-14	DEZ-15	Δ12M	T.v.a. %
Activo				
Reservas internacionais líquidas	2.770	3.305	535	19%
Outros activos externos líquidos	43	188	145	340%
Crédito ao Governo Central	240	165	-75	-31%
Créditos a Inst. Financeiras	0	0	0	0
Crédito à economia	0	0	0	0
Activos internos líquidos	22	1.100	1.078	4858%
Passivo				
Reservas monetária (RM)	1.240	1.675	435	-74%
Base monetária	1.238	1.631	394	-76%
Reserva monetária (RM)	1.240	1.675	435	-74%
Base monetária	1.238	1.631	394	76%
Outros depósitos	2	6	6	-28%
Conta Única do Tesouro (CUT)				
MN (moeda nacional)	20	21	1	47%
ME (moeda estrangeira)	1.186	774	-412	-35%
Capital e Reservas	606	883	276	46%
	3.052	3.317	265	9%

Fonte: BNA

PASSIVO SELECIONADOS DO BNA

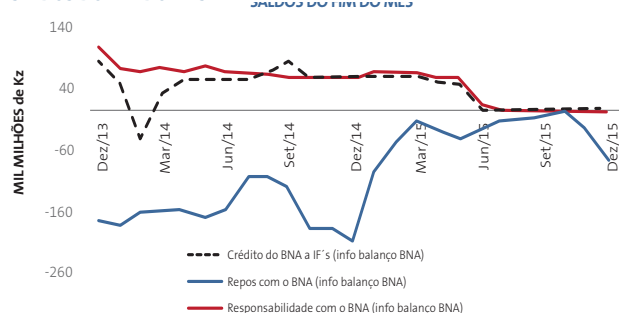


(AOA 412 mil milhões). O saldo da mesma conta em Moeda Nacional (CUT-MN) situou-se em AOA 21 mil milhões em Dezembro de 2015, representando um aumento de 7% comparativamente a 2014. As notas e moedas emitidas registaram uma redução de AOA 45 mil milhões comparativamente a 2015, situando-se em AO 190 mil milhões.

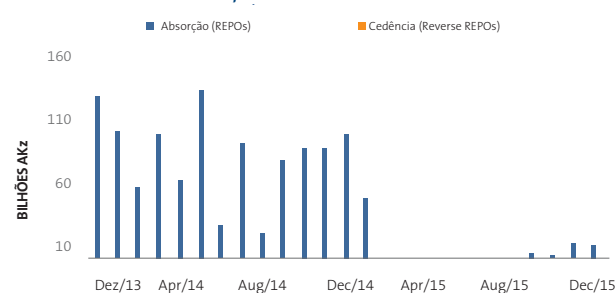
OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO

À semelhança dos anos anteriores, após a introdução dos leilões de operações de mercado aberto (OMA) de venda de títulos com acordo de recompra (REPO's), de compra de títulos com acordo de revenda (Reverse REPO's) e da melhoria da liquidez, o crédito líquido do BNA ao sistema bancário passou a apresentar saldos negativos (o que significa que o saldo das REPO's ultrapassou o saldo das operações de activas).

OPERAÇÕES COM O BANCO CENTRAL SALDOS DO FIM DO MÊS



OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO



Nas operações de absorção, foram emitidos AOA 71 mil milhões, sendo que a emissão de maior valor se verificou em Novembro (AOA 10 mil milhões).

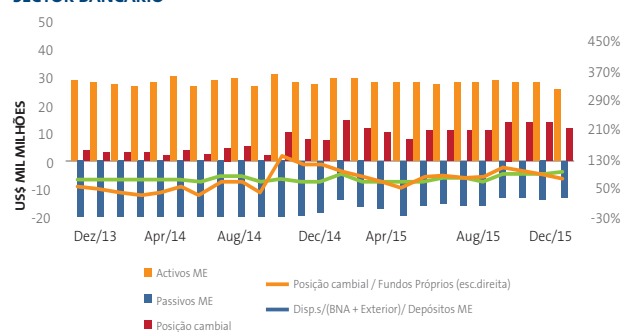
As REPOs podem ser suportadas por BT e OT.
As Reverse REPOs podem ser suportadas por TBC, BT ou OT..
Reflectido no activo do balanço do BNA e correspondente à diferença entre as operações activas – de redesconto, as facilidades de cedência de liquidez (FCL) e as Reverse REPOs – e as passivas – REPOs.

LIQUIDEZ NO SISTEMA INTERBANCÁRIO

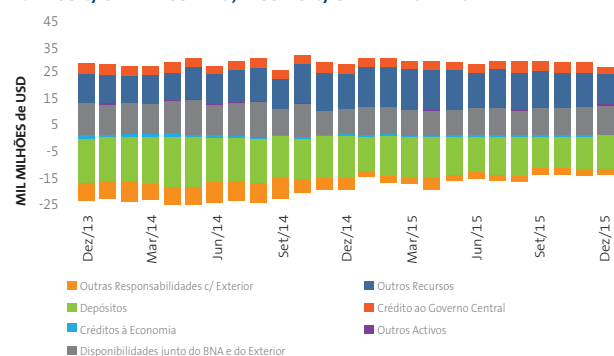
À semelhança do ano anterior, em 2015 houve uma prevalência das operações de cedência no mercado monetário interbancário e, ao longo do ano, não houve operações de redesconto.

A liquidez dos Bancos em Moeda Estrangeira (ME), medida pelo rácio das disponibilidades em ME (junto do BNA e exterior) sobre os depósitos em ME, reduziu-se de 64% em Dezembro de 2014 para 6% em Dezembro de 2015.

RÁCIO DE POSIÇÃO CAMBIAL E LIQUIDEZ EM M.E SECTOR BANCÁRIO



COMPOSIÇÃO DA POSIÇÃO CAMBIAL ACTIVOS C/ SINAL POSITIVO, PASSIVO C/ SINAL NEGATIVO

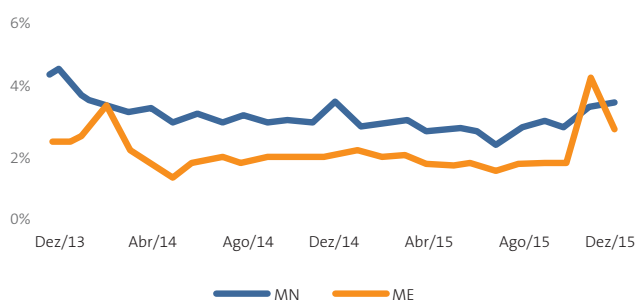


Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

TESOURARIA DOS BANCOS COMERCIAIS

O rácio dos valores em caixa em Moeda Nacional (MN) sobre os depósitos em MN aumentou 0,4 p.p., para 4,8% em Dezembro de 2015 (4,4% em 2014), fruto do aumento dos depósitos em MN no período (em 27%) e da manutenção do saldo da tesouraria em AOA 188,3 mil milhões.

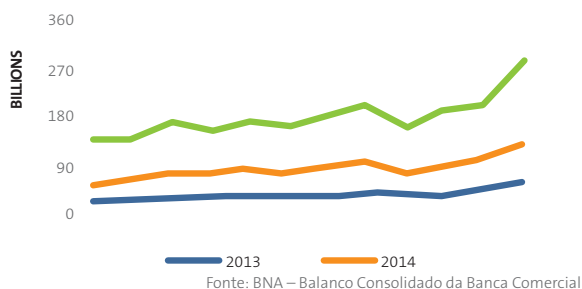
**RÁCIO DE CAIXA SOBRE O TOTAL DOS DEPÓSITOS
SISTEMA BANCÁRIO**



Por outro lado, o rácio dos valores em caixa em ME sobre os depósitos em ME aumentou, situando-se em 2,3% em Dezembro de 2015 (1,9% em 2014), pelo facto de o saldo da tesouraria se ter reduzido em 8% (tendo-se situado em AOA 33 mil milhões).

No que diz respeito aos levantamentos de numerário em Caixas Automáticas (ATM), em termos acumulados no ano, o indicador atingiu o montante de AOA 149.249,5 mil milhões em 2015, mais 11% face a 2014.

LEVANTAMENTOS ATM

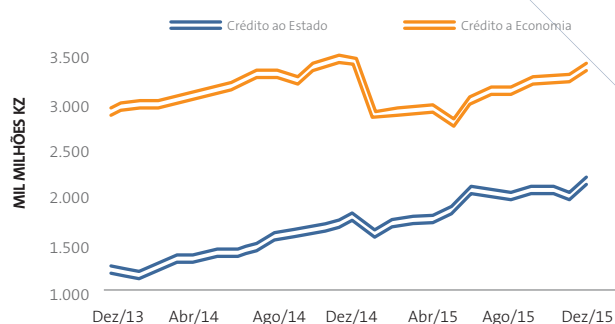


Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

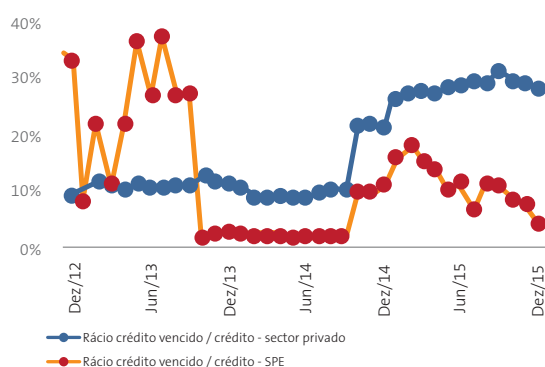
CRÉDITO

Em 2015, a taxa anual de crescimento do crédito concedido ao Estado pelos Bancos Comerciais aumentou 2%, situando-se o *stock* em AOA 4.096 mil milhões em finais de Dezembro, e o crédito concedido à economia reduziu-se em 2% (contra um crescimento de 7% no ano anterior), situando-se o *stock* em AOA 3.348 mil milhões em finais de Dezembro de 2015.

CRÉDITO - SISTEMA BANCÁRIO



RÁCIO CRÉDITO VENCIDO POR SECTORES



Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

O rácio de crédito vencido sobre o total de crédito para o Sector Público Empresarial (SPE) situou-se em 4% em Dezembro de 2015 (-7 p.p. comparativamente ao ano anterior). Para o Sector Privado, o rácio apresentou um ligeiro crescimento ao longo do ano (cresceu 7 p.p.), tendo-se situado em 28% em Dezembro de 2015.

CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Rubrica	Mil Milhões de Kz		Δ Anual%	Peso%	
	Dez-12	Dez-14		Dez-14	Dez-15
A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	135	172	27	3,9	4,8
B- Pescas	7	8	14	0,2	0,2
C - Indústria Extrativa	68	61	-10	2,0	1,7
D - Indústrias Transformadoras	212	312	47	6,2	8,7
E - Produção e distrib. de electricidade, de gás e de água	6	18	200	0,2	0,5
F - Construção	336	421	25	9,8	11,7
G - Comércio por grosso e a retalho	532	727	37	15,5	20,3
H - Alojamento e Restauração (Restaur. e similares)	58	66	17	1,7	1,9
I - Transportes, Armazenagem e Comunicações	67	52	-22	2,0	1,5
J - Activ. Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	197	61	-69	5,8	1,7
K - Activ. Imob., Alugueres e serv. prest. às empresas	462	498	8	13,5	13,9
M - Educação	10	9	-10	0,3	0,3
N - Saúde e Acção social	7	11	57	0,2	0,3
O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	626	517	-17	18,3	14,4
P - Famílias com empregados domésticos	2	4	100	0,1	0,1
Q - Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais	1	1	0	0,0	0,0
Z - Particulares	699	645	-8	20,4	18,0
Não classificado	3	0	-100	0,1	0,0
Total	3.430	3.593	100,0	100,0	100,0

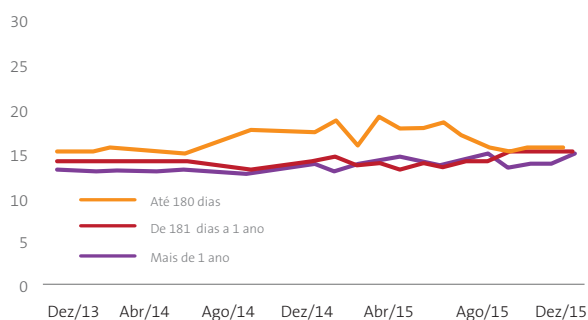
Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

TAXAS DE JURO DE CRÉDITO E DEPÓSITOS

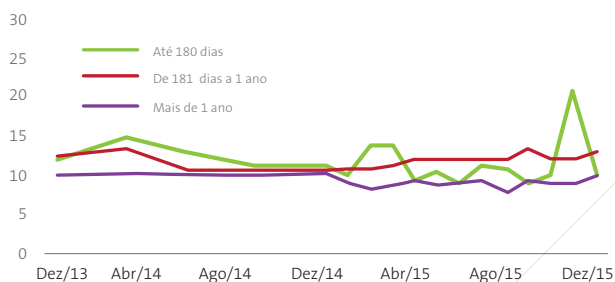
À semelhança de 2014, as taxas de juro de crédito em MN para empresas apresentaram, de uma forma geral, uma tendência decrescente mas mais acentuada para os prazos superiores a um ano. As taxas de juro em MN para os prazos de seis meses a um ano situou-se em 15,2% em Dezembro de 2015. A taxa de juro de crédito em ME para empresas para os prazos de seis meses a um ano registou um ligeiro aumento, tendo-se situado em 12,97% em Dezembro de 2015 (+2,3

p.p. comparativamente a Dezembro de 2014). Para particulares, com excepção para prazos de mais de um ano, a taxa de juro em MN apresentou uma tendência de subida, situando-se, para os prazos de seis meses a um ano em 14,6% em Dezembro de 2015 (13,9% em Dezembro de 2014). A taxa de juro em ME para o prazo de seis meses aumentou de 11,5% em Dezembro de 2014, para 12,1% em Dezembro de 2015.

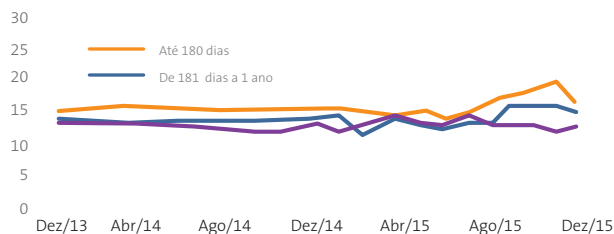
TAXA DE JUROS - CRÉDITO A EMPRESAS MN (%)



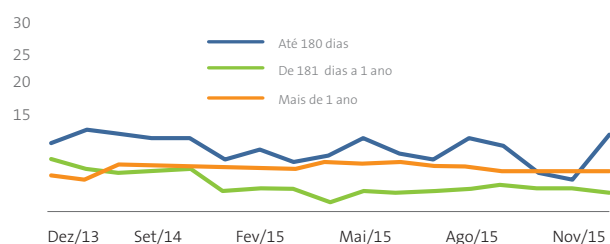
TAXA DE JURO - CRÉDITO A EMPRESAS ME



TAXA DE JURO - CRÉDITO A PARTICULARES MN (%)

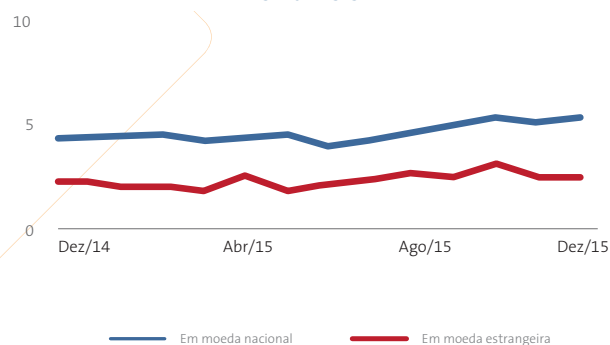


TAXA DE JURO - CRÉDITO A PARTICULARES ME (%)



A taxa de juro de depósitos a prazo em MN de três a seis meses registou um aumento anual de 4,3%, para 5,2%.

TAXA DE JURO - DEPÓSITO A PRAZO 3 A 6 MESES



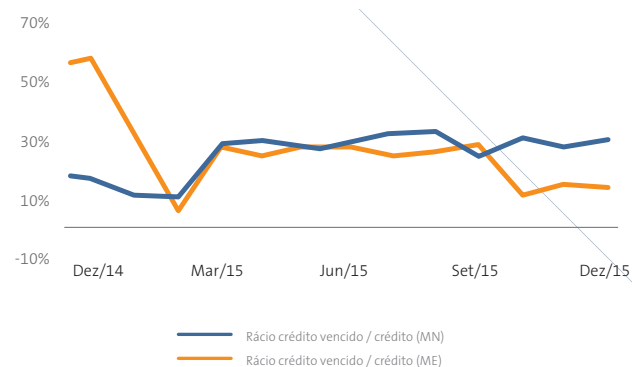
Em ME, verificou-se uma ligeira subida das taxas de juro dos depósitos a prazo comparativamente a 2014. Para os prazos de três a seis meses variaram para 5,2% em 2015 (4,3% em 2014).

INDICADORES DE SOLIDEZ DO SISTEMA BANCÁRIO

A qualidade do crédito à economia degradou-se ao longo do ano, passando o rácio de crédito

vencido de 21% em Dezembro de 2014, para 29% em Dezembro de 2015 (+8,0 p.p.), impulsionado pelo abrandamento do rácio de crédito vencido em ME, que baixou de 57% em Dezembro de 2014, para 15% em Dezembro de 2015.

RÁCIO CRÉDITO VENCIDO POR MOEDA



A redução do crédito vencido em ME e a expansão do crédito à economia contribuíram para a diminuição do rácio de crédito vencido em ME.

O grau de cobertura das provisões para crédito sobre crédito vencido aumentou em 2015, passando de 99,7% para 106,6%, o que, tendo em conta a redução do crédito vencido, evidencia uma diminuição dos níveis de risco de crédito (abrandamento).

QUALIDADE DO ACTIVO (RÁCIOS)	Dez-14	MAR-15	JUN-15	SET-15	Dez-15
Valores em %					
Crédito vencido / crédito ao sector privado	21,2%	27,7%	28,6%	31,2%	28,4%
Crédito vencido / crédito ao SPE	10,9%	15,5%	11,3%	10,9%	4,2%
Crédito vencido / crédito à economia	21,0%	27,4%	28,1%	30,7%	27,8%
Provisões para crédito / Total do crédito	17,1%	20,3%	20,8%	23,3%	23,1%
Provisões para crédito / Crédito vencido	99,7%	95,4%	95,8%	99,9%	106,6%

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

Regulamentação relevante para o sector financeiro aprovada em 2015

Mês	Dia	Referência	Assunto
Janeiro	14	Instrutivo n.º 2/2015 BNA	Metodologia para a constituição de provisões.
	26	Aviso n.º 1/2015 BNA	Política Cambial: Limites de Exposição ao Risco Cambial.
	26	Aviso n.º 1/2015 BNA	Política Monetária e Cambial: Importação e Exportação de Moeda Estrangeira e Cheques de Viagem.
Fevereiro	23	Instrutivo n.º 3/2015 BNA	Reservas Obrigatórias.
Março	2	Instrutivo n.º 4/2015 BNA Decreto Executivo conjunto n.º 185/2015	Compra e Venda de Moeda Estrangeira Regras Operacionais Adicionais.
Abril	14	*Ministério das Finanças e Administração Pública Trabalho e Segurança Social	Aprova a Tabela de Emolumentos do Registo Nacional de Trabalhadores (RENT) prestado no SIAC a nível nacional.
	20	Aviso n.º 3/2015 BNA	Publicidade de produtos e serviços financeiros.
		Aviso n.º 4/2015 BNA	Circulação Monetária – Nova Família do Kwanza.
		Aviso n.º 5/2015 BNA	Cheque Normalizado.
		Aviso n.º 6/2015 BNA	Número Internacional de Conta Bancária (IBAN).
		Aviso n.º 7/2015 BNA	Serviço de Compensação de Valores (SCV) e Subsistema de Compensação de Cheques (SCC).
		Aviso n.º 8/2015 BNA	Transferências por Bruto e em Tempo Real.
		Aviso n.º 9/2015 BNA	Prazos de execução e de disponibilização de fundos aplicáveis aos movimentos de depósitos à ordem, transferências e remessas de valores.
	22	Instrutivo n.º 5/2015 BNA	Especificações técnicas do Cheque Normalizado.
Maio	26	Instrutivo n.º 6/2015 BNA	Câmara de Compensações Automatizada de Angola – Garantias para Liquidação de Saldos.
	28	Instrutivo n.º 6/2015 BNA	Casas de Câmbio – Regras Operacionais.
Junho	1	Instrutivo n.º 13-01 BNA.	Operações de Cedência de Liquidez dos Bancos de Desenvolvimento.
	3	Instrutivo n.º 6/2015 BNA	Reservas Obrigacionais.

Regulamentação relevante para o sector financeiro aprovada em 2015

Mês	Dia	Referência	Assunto
Julho	4	Instrutivo n.º 9/2015 BNA	Metodologia para a Constituição de Provisões.
		Instrutivo n.º 10/2015 BNA	Sessões de Compra e Venda de Moeda Estrangeira – Procedimentos Extraordinários de Participação.
	7	Instrutivo n.º 14-07 BNA	Mercado Cambial – Margem Máxima para Operações de Venda de Divisas.
	15	Lei Geral do Trabalho n.º 7/2015 Assembleia Nacional	Aprovada a Lei Geral do Trabalho.
		Lei Geral de Base das Instituições Financeira Assembleia Nacional	Regula o processo de Estabelecimento, o Exercício de Actividade, a Supervisão, o processo de intervenção e o Regime Sancionatório das Instituições Financeiras.
		Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2015 Presidente da República	
		Instrutivo n.º 11/2015 BNA	Aprova o Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as operações Cambiais de Invisíveis Correntes.
	17	Instrutivo n.º 12/2015	Acordo de Conversão Monetária entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia regras operacionais a observar pelas instituições Financeiras.
	18	Decreto Presidencial n.º 147/2015 Presidente da República	Operações Cambiais – Procedimentos.
	24	Instrutivo n.º 15-13 BNA	Autoriza a Emissão de Obrigações do Tesouro, cujo limite passa a ser AOA 202.000.000.
Agosto	2		Margem Máxima para Operações de Venda de Divisas.
	22	Instrutivo n.º 16-22 BNA	Reservas Obrigacionais.
	24	Instrutivo n.º 17-24 BNA	Procedimentos Operacionais a serem observados nas Sessões de Leilão de Venda de Moeda Estrangeira às Casas de Câmbio
Setembro	24	Instrutivo n.º 18-24 BNA	Cartões de Pagamento – Informação Estatística.
	16	Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/2015 Presidente da República.	Decreta o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo de Caí de Risco.

Regulamentação relevante para o sector financeiro aprovada em 2015

Mês	Dia	Referência	Assunto
	30	Decreto Presidencial n.º 181/2015 Presidente da República.	Aprova as linhas mestras da Política Nacional de Investimento Privado.
	30	Decreto Presidencial n.º 184/2015 Presidente da República.	Extingue a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) cria a Agência para a Promoção do Investimento e Exportação de Angola (APIEX).
Outubro	23	Lei n.º 26/2015 BNA	Regula o regime Jurídico do Arrendamento de Prédios Urbanos, sem prejuízo das disposições do Código Civil e Outras Leis Afins.
Dezembro	9	Instrutivo n.º 20/2015 BNA	Reporte e Monitorização de Transações Cambiais.
	24	Aviso n.º 11/2015 BNA	Sistema de Pagamentos de Angola – Classificação dos Subsistemas.
	29	Aviso n.º 12/2015	Acordo de Conversão Monetária entre o BNA e o Banco da Namíbia – Entrada e Saída de Moeda Nacional e Moeda Estrangeira na Fronteira Terrestre de Santa Clara (Angola) – Regras Operacionais a Observar pelas Instituições Financeiras.
		Directiva n.º 02/DRO/DSI/2015 BNA	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo – Guia Sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo nas Relações com os Correspondentes e Bancos Clientes.

PRINCIPAIS LIMITES E RÁCIOS PRUDENCIAIS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Matérias	Limites e Rácios
Liquidez	
Reservas Obrigatórias Instrutivo nº.16/2015 de 22 de Julho	<p>O coeficiente das reservas obrigatórias (R.O.), com excepção dos depósitos do Governo Central, Governo Local e Administrações Municipais, é de 25% sobre a base de incidência* em moeda nacional e 15% sobre a base de incidência** em moeda estrangeira. Pode ser deduzido à base de incidência:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O montante de até 5% do saldo do último dia útil do mês de constituição apurado na conta Caixa em MN; · O montante de até 60% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em MN concedidos nos sectores da Agricultura, Pesca e de Produção de Bens Alimentares com maturidades maiores ou iguais a três anos. <p>O coeficiente das R.O. sobre os depósitos do Governo Central em MN é de 75% e 100% para ME.</p> <p>O coeficiente das R.O. sobre os depósitos do Governos Locais e Administrações Municipais em MN é de 50% e 100% para ME;</p> <p>As reservas obrigatórias não são remuneradas.</p> <p>O cálculo da R.O. e o seu cumprimento são efectuados semanalmente no primeiro dia útil e do primeiro ao último dia útil da semana seguinte a da constituição dos saldos.</p> <p>* A base de incidência inclui, de uma forma geral, todos os recursos captados de clientes (depósitos à ordem, a prazo, outros recursos de clientes) e obrigações próprias e exclui saldos das contas Bankita e juros mensalizados da base de incidência.</p> <p>**Dos 25% do coeficiente das R.O em MN, os Bancos podem cumprir até 10% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015 e pertencentes à carteira própria dos Bancos com as seguintes ponderações:</p> <ol style="list-style-type: none"> Obrigações com maturidade de 5 anos - 100% do seu valor nominal; Obrigações com maturidade de 4 anos - 75% do seu valor nominal; Obrigações com maturidade de 3 anos - 50% do seu valor nominal; Obrigações com maturidade de 2 anos - 20% do seu valor nominal.

PRINCIPAIS LIMITES E RÁCIOS PRUDENCIAIS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Matérias	Limites e Rácios
Liquidez	
Rácio de Liquidez em ME	O rácio foi revogado pelo Aviso n.º 3/09 de 18 de Maio - Abertura e movimentação de contas por residentes e não residentes.
Posição Cambial	Não existem limites directos. Abrangido de forma indirecta pelo limite de exposição cambial (Aviso n.º 5/10 de 10 de Novembro).

Matérias	Limites e Rácios
CRÉDITO	
Exposição máxima por cliente Aviso n.º8/07 de 12 de Setembro	25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). O excesso deverá ser deduzido ao cálculo dos FPR.
Exposição máxima global Aviso n.º8/07 de 12 de Setembro	300% dos FPR para os 20 maiores devedores.
Crédito em moeda estrangeira Aviso n.º 3/12 de 28 de Março	Não é permitida a concessão de crédito em ME, em quaisquer prazos, para as seguintes modalidades: <ul style="list-style-type: none">· Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;· Financiamento automóvel;· Empréstimo ao consumo e microcrédito;· Adiantamentos a depositantes ou descobertos;· Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (até 1 ano).
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	Não é permitida a sua constituição com a entrada em vigor do Aviso n.º 9/07 (actual Aviso n.º 3/12).

Matérias	Limites e Rácios
CRÉDITO	

Provisões para Riscos Gerais de Crédito

Não é permitida a sua constituição com a entrada em vigor do Aviso n.º 9/07 (actual Aviso n.º 3/12).

Provisões para Crédito

Aviso n.º 3/12 de 28 de Março
(Revoga Aviso n.º 4/09 de 18 de Junho)

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

Risco	Nível de risco	Provisão a ser constituída, mínima
Nulo	A	0%
Muito reduzido	B	1%
Reduzido	C	3%
Moderado	D	10%
Elevado	E	20%
Muito elevado	F	50%
Perda	G	100%

A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista:

- Anualmente, com base na qualidade do cliente e em relação à operação.
- Mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros

Dias de atraso	Nível de risco, no mínimo
15 a 30	B
30 a 60	C
60 a 90	D
90 a 150	E
150 a 180	F
Superior a 180	G

Matérias	Limites e Rácios
FUNDOS PRÓPRIOS	

Capital Social Mínimo

AOA 2.500.000.000

Aviso n.º 14/2013 de 15 de Novembro

Valor Mínimo dos Fundos Próprios

(art.º 75 da Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro e Aviso n.º 14/13 de 15 de Novembro)

Igual ao capital social mínimo exigido.

Reserva legal (Art.º 327 da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro e art.º 76.º da Lei n.º 13/05)

Reserva constituída pela atribuição de uma percentagem mínima do lucro líquido de cada exercício (20%) até que o saldo acumulado represente a totalidade do capital social.

Definição de Fundos Próprios Regulamentares (FPR)

Aviso n.º 5/07 de 12 de Setembro
Instrutivo n.º 3/11 de 8 de Junho
(ver Nota 1)

Fundos Próprios de Base (FPB) (Tier 1)	A somar: + Capital + Reserva de actualização monetária do capital social + Lucros e Prejuízos transitados + Reserva legal, Reserva Especial e Outras Reservas + Resultado líquido do exercício em curso	Art.3.1.1 a) b) c) d) e)
	A deduzir: - Acções ou quotas próprias em tesouraria Não aplicável (Nota 1) - Empréstimos com natureza de capital - Imobilizações financeiras - Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais - Imobilizações incorpóreas - Outros valores a determinar pelo BNA	Art.3.1.2 a) b) c) d) e) f) e g) h)
Fundos Próprios Complementares (Tier 2) ≤ 100% FPB	A somar: Não aplicável (Nota 1) Não aplicável (Nota 1) + Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio (2) + Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital ⁽³⁾ + Outros fundos	Art.3.2 a) b) c) d) e)

Nota1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11

Limites dos Fundos Próprios Complementares (Art. 4):

(1) 1,25% do APR (Activos ponderados pelo risco)

(2) (1º) 25% dos FPB e (2º) ≤ 50% do seu valor

(3) (1º) 50% dos FPB e (2º) 80% valor div.5 anos ant.venc.

Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)

Aviso n.º 5/07 de 12 de Setembro
Instrutivo n.º 3/11 de 8 de Junho
(revoga Instrutivo n.º 6/09 de 8 de Maio)
Instrutivo n.º 6/07 de 12 de Setembro.

$$RSR = \frac{FPR}{\text{Risco de crédito + Risco de câmbio e ouro}} \geq 10\%$$

Actualização cambial Aviso n.º 2/09 de 8 de Maio

Aviso n.º 2/09 de 8 de Maio

As demonstrações financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), em caso de variação superior (inflação) a 100% nos últimos três anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizações e dos Fundos Próprios.

Matérias	Limites e Rácios
RISCO CAMBIAL	

Exposição Cambial

Aviso n.º 02/2015 de 26 de Janeiro
Directiva n.º 3/DSI/11 de 1 de Abril

O cálculo da exposição cambial abrange todas as posições activas e passivas, incluindo as extra-patrimoniais, até ao limite de 30%, que resultem em responsabilidades constituídas ou indexadas à moeda estrangeira e ouro. O limite é de 20% dos FPR para as posições activas (longas) e para as posições passivas (curtas). Ficam isentas de cálculo de exposição cambial os Títulos do Tesouro Indexados à moeda estrangeira.

IMOBILIZAÇÕES

Participação (directa ou indirecta) no Capital das empresas

Aviso n.º 12/07 de 12 de Setembro

A regulamentação em vigor apenas define regras e condições para o estabelecimento de sucursais no estrangeiro e a aquisição directa ou indirecta de participações sociais em instituições financeiras ou similares, no País e no estrangeiro, fazendo depender o investimento de prévia autorização do BNA. As condições estabelecem que as instituições financeiras devem, entre outros:

- estar em funcionamento, no mínimo, há três anos;
- cumprir os limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor;
- cumprir os limites mínimos de capital social realizado e fundos próprios regulamentares, acrescidos do valor equivalente a 100% do capital social mínimo exigido para a constituição de um banco no País.

Aquisição e Posse de Imóveis

art.º 11 da Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro

Não podem ser adquiridos imóveis que não sejam indispensáveis à prossecução do seu objecto social, salvo as que resultarem do reembolso de créditos próprios, caso em que os imóveis devem ser alienados no prazo de dois anos.

Rácio de Imobilizado

Aviso n.º 6/11 de 13 de Julho
(revoga Aviso n.º 7/07 de 12 de Setembro)

As aplicações líquidas em imobilizado corpóreo e incorpóreo (VB-AA) não podem exceder 100% dos FPR.

Nota 1: Para efeitos de cálculo dos Fundos Próprios Regulamentares, o resultado líquido deve ser calculado à taxa nominal de imposto (30%), sem considerar quaisquer correcções de natureza fiscal.

Siglas utilizadas: MN – Moeda Nacional; ME – Moeda Estrangeira; FPR – Fundos Próprios Regulamentares; VB – Valor Bruto; AA – Amortizações Acumuladas

Nota 1: Para efeitos de cálculo dos Fundos Próprios Regulamentares, o resultado líquido deve ser calculado à taxa nominal de imposto (30%), sem considerar quaisquer correcções de natureza fiscal.

Siglas utilizadas: MN – Moeda Nacional; ME – Moeda Estrangeira; FPR – Fundos Próprios Regulamentares; VB – Valor Bruto; AA – Amortizações Acumuladas



Banco **Keve**

ACTIVIDADE DO BANCO



ACTIVIDADE DO BANCO

RECURSOS HUMANOS

A Direcção de Recursos Humanos tem por finalidade promover e investir na capacitação dos recursos humanos, tendo como objectivo principal promover o desenvolvimento do capital humano por meio de formação e capacitação. No ano 2015, a Direcção de Recursos Humanos continuou com a política de reestruturação dos seus processos de trabalho.

No final de 2015, o número de colaboradores do Banco situou-se em 466. agrupados da seguinte forma:



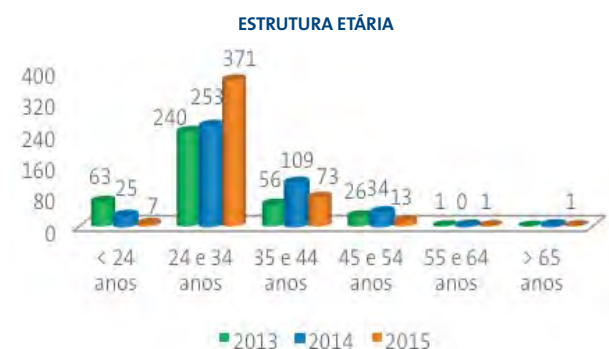
Do total de Colaboradores efectivos, 42% são mulheres e 58% homens. Comparando com 2014, houve um aumento no número de efectivos do sexo feminino em 2 p.p..



	2013	2014	2015
Feminino	164	169	198
Masculino	222	253	270
TOTAL COLABORADORES	386	422	466

Relativamente ao escalão etário, em 2015 verificou-se uma manutenção da concentração do escalão etário na faixa entre os 24 e os 34 anos de idade, realçando a predominância na admissão de quadros para o primeiro emprego.

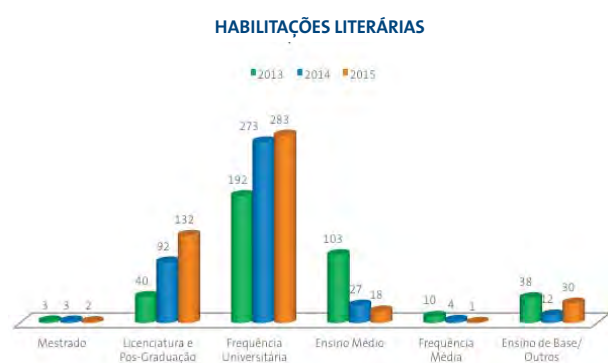
	2013	2014	2015
<24 anos	63	25	7
24 e 34 anos	240	253	371
35 e 44 anos	56	109	73
45 e 54 anos	9	34	13
55 e 64 anos	1	0	1
>65 anos	0	1	1
TOTAL COLABORADORES	386	422	466



Ao contrário dos anos anteriores, os Colaboradores que detêm mais de cinco anos representam a maioria, cerca de 238, situação que indica a criação e manutenção de políticas de valorização dos quadros internos e de progressão de carreira.

	2013	2014	2015
<=5 anos	279	238	228
5=> anos	107	184	238
TOTAL COLABORADORES	386	422	466

No exercício em análise, predominam os Colaboradores que frequentam a universidade (283), seguindo-se os que detêm a licenciatura e pós-graduação (132).



O universo de Colaboradores encontra-se distribuído pelas categorias e áreas que constam do quadro que se segue:

UNIDADE DE ESTRUTURA	RESPONSÁVEL	CATEGORIA	ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE DE CONTROLO E FISCALIZAÇÃO	UNIDADE COMERCIAL	UNIDADE CENTRO DE SUPORTO	TOTAL
Conselho de Administração	Rui Campos	Presidente	6				6
Comissão Executiva	Arlindo Das Chagas Rangel	Presidente	5				5
Secretariado Executivo	Elsa Cristina	Chefe de Secção		7			7
Direcção de Private Banking	Palmira Webber	Subdirectora		3			3
Gabinete de Auditoria Interna	António Cambuta	Director		7			7
Gabinete de Banca de seguros	Bernardo Paulo	Subdirector		3			3
Gabinete de Compliance	Helena Moraes	Directora		4			4
Direcção Jurídica e Contencioso	Arlindo Narciso	Director		10			10
Gabinete de Planeamento e controlo Orçamental	Euriteca Rodrigues	Subdirector		3			3
Gabinete de Risco	Paula Da Silva	Directora		2			2
Direcção de Banca Electrónica	Paulo Rodrigues	Director		8			8
Direcção de Contabilidade	António Direitinho	Director		10			10
Direcção de Crédito	Mário Nicodemos	Director		13			13
Direcção de Património	Erasmio Ambrosio	Director		11		39	50
Gabinete de Monitoramento, Cobrança e Recuperação de Crédito	Leopoldino Silva	Subdirector		7			7
Direcção de Grandes Empresas	Telma Sampaio	Subdirectora		9	3		9
Direcção de Marketing	Manuel Amaral	Director		5			5
Direcção de Mercados Financeiros	Ana Machado	Directora		4			4
Direcção de Operações	Helena Rodrigues	Directora		21			21
Direcção de Qualidade e Organização	Gisela Anapaz	Subdirectora		4			4
Direcção de Rede Comercial	Maria Santana	Directora		271	52		271
Direcção de Recursos Humanos	Yona Santos	Directora		11			11
Direcção de sistemas de informação	Luís Fernandes	Subdirector		11			11
Direcção internacional e Banca de Investimento	Julio João	Subdirector		3			3
TOTAL*			11	427	55	39	466



PRINCIPAIS ACÇÕES DESENVOLVIDAS





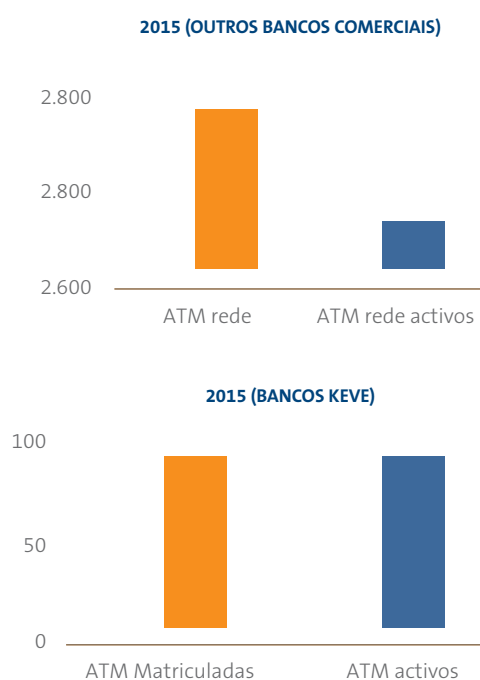
PRINCIPAIS ACÇÕES DESENVOLVIDAS

BANCA ELECTRÓNICA

No ano de 2015, o Banco continuou a apostar em produtos da Banca Electrónica, nomeadamente através da instalação de ATM's, do serviço Ikeve, do Keve SMS, da instalação de POS em diversos locais de comércio e da venda do cartão de crédito Visa.

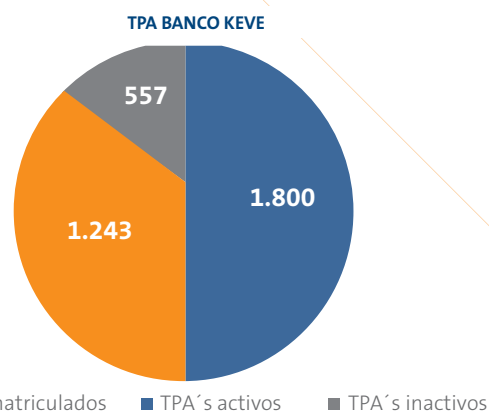
ATM

Relativamente aos ATM's, foram matriculados 85, com uma taxa de actividade de 100%. A rede registou um total de 2.776 ATM's matriculados, dos quais 2.679 encontram-se activos (taxa de actividade de 95,7%).

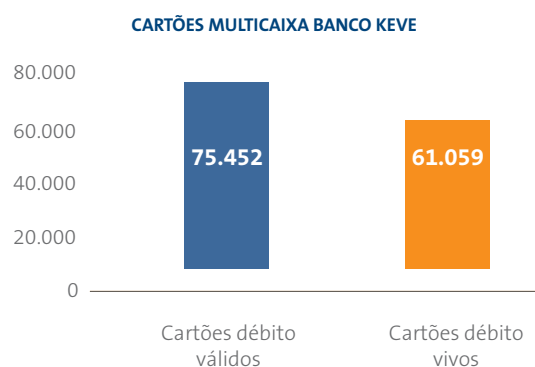


TPA

o Banco atingiu 1.800 TPA's matriculados, com um rácio de actividade de 70%. A rede registou um total de 61.496 TPA's matriculados dos quais 34.579 encontram-se activos e 557 inactivos (taxa de actividade de 56,2%).

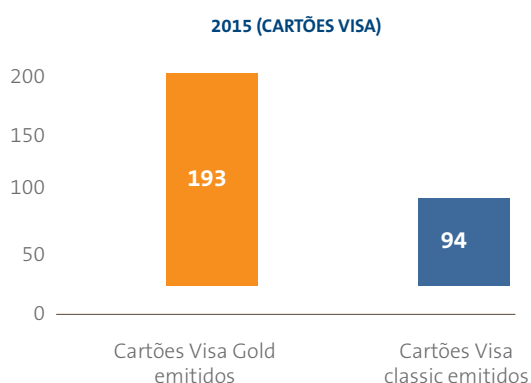


No ano de 2015, o banco atingiu 75.452 cartões de débito válidos e 61.059 cartões de débito activos. A rede registou um total de 4.693.424 cartões de débito válidos, dos quais 3.420.826 encontram-se activos.



VISA E IKEVE

No ano, o Banco atingiu um total de 193 cartões Visa Gold e 94 cartões Visa Classic.



OUTROS PRODUTOS

O número de Keve SMS emitidos totalizou 7.196 e o Keve Tablet situou-se em 1.687. Relativamente ao *Internet Banking*, o Ikeve Empresas atingiu 598 e o Ikeve particular totalizou 7.236.

CONTABILIDADE

Em 2015, a Direcção continuou a canalizar esforços na implementação da reforma tributária. As acções da área focaram-se no aumento do controlo contabilístico e financeiro do Banco, destacando-se:

- Implementação fiscal decorrente dos esclarecimentos da AGT à ABANC;
- Implementação dos Mapas Demonstrativos de Impostos;
- Implementação de recomendações do Gabinete de Auditoria Interna (GAI);
- Início e conclusão da auditoria externa preliminar, realizada pela Deloitte;
- Conclusão do 1.º *follow-up* do relatório n.º2/2015 do GAI;
- Início e conclusão da acção de supervisão da Comissão do Mercado de Capitais;

• Disponibilização de informação para elaboração do Plano de Negócios, realizado pela firma KPMG;

• Revisão da parametrização e contabilização do processo de compra e venda de selos da Taxa de Circulação;

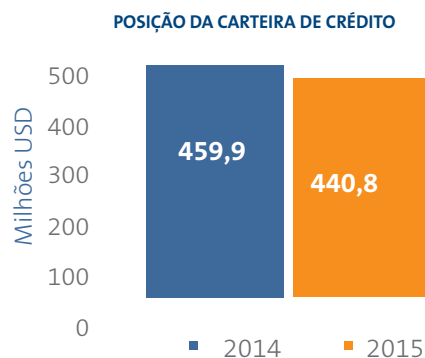
• Contratação do consultor Dr. António Direitinho para a função de responsável pela Direcção de Contabilidade e Planeamento;

• No âmbito da implementação das IFRS, foi enviado o modelo de perdas por imparidade para a carteira de crédito e o primeiro relatório de implementação do plano de acção global;

• Alteração dos procedimentos de controlo do Fundo de Maneio do balcão central, criação da nova ficha de controlo das despesas e atribuição de novos *plafonds*.

CRÉDITO

No ano de 2015, a direcção continuou a empreender maior dinâmica na implementação da política de recuperação de crédito malparado denominada *Task Force*, com o objectivo de acompanhar a actividade da área e reforçar a qualidade da carteira de crédito.



CRÉDITO POR SEGMENTO

Valores em milhões de USD	2014	%	2015	%
1- Grandes Empresas	350,6	76	347,6	79
a) Pescas Finance	35,		21,1	
b) Apoio ao Investimento	183,9		156,3	
c) Gestão de Tesouraria	131,7		170,2	
2- PME's	72,9	16	57,2	13
a) Apoio ao Investimento	32,4		38,3	
b) Gestão de Tesouraria	40,5		18,9	
3- Particular	36,4	8	36,1	8
a) Consumo	10,7		9	
b) Automóvel	2,6		2	
C) Cartão de Crédito	1,3		2,5	
d) Habitação	21,8		22,6	
Total	459,9	100%	3.430	100%

REPARTIÇÃO DO CRÉDITO POR MODALIDADE

Valores em milhões de USD	2014	Peso	2015	Peso	Δ
Financiamentos	309,1	67%	251,2	57%	-19%
Empréstimos	150,8	33%	189,6	43%	26%
Contas Correntes Caucionadas	144,9	32%	176,3	40%	22%
Descobertos	5,9	1%	13,3	3%	125%
	459,9		440,8		

O crédito (bruto) sobre clientes foi de USD 440,8 milhões em 31 de Dezembro de 2015, registando uma redução negativa de USD 19,1 milhões (representando uma redução de 4% face a 2014). O crédito a empresas continuou a ter o maior peso na carteira de crédito do Banco, passando a representar 92% do total em 2015.

O crédito a clientes respeita essencialmente a linhas de médio e longo prazo, que representaram, em 2015, 57% da carteira.

Destaques das actividades desenvolvidas em 2015:

- Monitoramento diário da Carteira de Crédito, nos níveis de incumprimento de risco A, B e C;
- Gestão e actualização do *pipeline*;
- Continuação da política de *Task Force* para garantir a recuperação de créditos malparados;

• Análise e gestão das solicitações de crédito;

• Resposta às solicitações da auditoria externa (Deloitte e EY-Ernst & Young);

• Visitas às empresas para análise de risco e constatação: a) AGK, S.A., b) Atlas Grupo/Induve S.A., c) Fonseca & Irmãos, Lda., d) Technosteel, e) Costa e Bumba, f) Ecomarpe, g) Boa Pesca, Lda., h) Pescangola, i) Happy Flowers, j) Sindicato Imogasti – Projecto Luanda Retail Park, k) SINL – Sociedade de Investimento, Lda. – Projecto Samba Atlantic;

• Reunião de balanço dos financiamentos no âmbito do Programa Angola Investe;

• Transferência dos processos dos Sindicatos Bancários para a Direcção Internacional e Banca de Investimentos;

• Implementação de novas ferramentas de trabalho (*Briefing* e *Debriefing*).

INTERNACIONAL E BANCA DE INVESTIMENTO

Em 2015, as principais actividades desenvolvidas pela Direcção Internacional e Banca de Investimento foram:

• Negociação de uma linha de financiamento no Africa Development Bank;

• Acompanhamento das linhas de Financiamento World Business Capital, Norsad, USAID e BAIE;

• Participação no Sindicato Bancário para conceder financiamento à Nova Cimangola;

• Estabelecimento das relações com outros

Bancos Internacionais, tais como, BHF e Agriculture Bank of China;

- Intervenção da Auditoria Interna na Direcção Internacional;

- Participação no *Workshop* sobre Africa Trade Finance desenvolvida pela GTR em Cap Town – Africa do Sul;

- Reanálise do processo de Financiamento da KixiCrédito;

- Troca de correspondência com a FSVC, ORG (Financial Services Volunteer Corps);

- Análise e Preenchimento do Mapa-Síntese do Sindicato Belas Shopping;

- Reuniões mantidas com clientes de carteira (Só Peso, CFA, CAFGÁS, SPOTCÂMBIOS e UTIP – Unidade Técnica para o Investimento Privado); e

- Pesquisa sobre os principais Bancos Russos, num universo de 740 Instituições.

- Envio de um total de 35 cartas sobre assuntos diversos;

- Elaboração de 16 pareceres jurídicos;
- Elaboração de 684 contratos de créditos;

- Resposta a 562 ofícios;

- Elaboração de 27 contratos diversos, com realce para os de prestação de serviços, recolha de valores e de arrendamento.

JURÍDICO E DE CONTENCIOSO

Em 2015, a Direcção Jurídica e de Contencioso, no exercício das funções de consulta jurídica, elaborou numerosas tarefas em apoio da acção do Banco, dentro da dinâmica exigida, estabelecendo uma cooperação com as demais Direcções da Instituição, que descreve de forma sucinta as funções desempenhadas durante o ano transacto.

Cabe recordar que, no final do ano de 2015, o Gabinete Jurídico passou a designar-se Direcção Jurídica e de Contencioso.

No período, a Direcção registou o seguinte:

MARKETING

Dando continuidade à principal estratégia da Direcção de Marketing, que é reforçar e firmar junto do mercado angolano a marca KEVE bem como a sua assinatura “O BANCO À SUA MEDIDA”, no ano de 2015 destacaram-se as seguintes Campanhas:



KEVE PAGA NA HORA

À medida das suas contas

Chegou o dia de pagar as contas e só deseja multiplicar-se em vários? O Keve dá-lhe uma mãozinha. Com o Keve Paga na Hora, pode fazer todos os seus pagamentos, de qualquer forma, numa Agência Keve perto de si, ou simplesmente acedendo ao Homebanking. Poupa tempo e tem tudo muito mais à mão.



Keve Nova Inauguração à sua medida

Venha conhecer mais uma Agência e Centro de Empresas em Talatona, na província de Luanda. É com orgulho que estendemos os nossos serviços nesta cidade, como resposta ao aumento da nossa base de Clientes. Acreditamos que o crescimento da nossa rede seja proporcional ao crescimento dos seus negócios. Porque agora, já há um Banco à sua medida.



SEGURO AUTOMÓVEL E SEGURO DE VIAGEM

À medida da sua viagem

O caminho certo para viagens seguras. Faça os seus Seguros Automóvel e de Viagem no Banco Keve sem se perder pelo caminho.



CAMPANHA CONTA KEVE CRESCE

À medida da sua vida

Destina-se a constituir uma poupança a favor de crianças e jovens (menores) até que completem 18 anos, com a vantagem de, no final, aquando da sua maioridade, ainda poderem beneficiar de um Crédito Jovem muito vantajoso para investir naquele curso de inglês, em material informático, ou na compra do primeiro carro. Com prazos variáveis (3 a 5 anos) e entregas mensais de AKZ 5.000, esta Conta é a melhor solução para vê-los crescer – aos Filhos e aos Kwanzas.

KEVE Angola Investe
À medida do seu futuro

O caminho do sucesso para a sua empresa.

O Programa Angola Investe ajuda a sua empresa a chegar ao topo, com o Banco Keve como seu parceiro.

5%

ANGOLA INVESTE

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

www.bancokeve.ao

CAMPANHA PROGRAMA ANGOLA INVESTE À medida do seu futuro

Com o objectivo de dar força às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) Angolanas e ao Micro, Pequeno ou Médio Empreendedor Singular (MPMES) cujo capital seja maioritariamente angolano. É também um dos objectivos do Banco Keve potenciar o investimento e o desenvolvimento de Angola, à medida do País com acesso ao crédito em condições vantajosas.

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

12 anos a construir um futuro à sua medida.

Ao fim de 12 anos, vemos que ainda estamos no princípio e a cada 5 anos. Não paramos de crescer e o nosso horizonte é continuar esse caminho, com mais e melhor presença em todo o território nacional, junto das comunidades das Cidades. Porque na verdade, todos contribuímos para o crescimento do Banco Keve e para o desenvolvimento do país.

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

www.bancokeve.ao

CAMPANHA 12 ANOS A UM FUTURO À SUA MEDIDA

Comemoração do 12.º aniversário do Banco, que nasceu em 2003 em Angola e, com ele, a ambição de apoiar as Pequenas e Médias Empresas. Hoje somos um Banco de referência, dinâmico, ágil, forte e diferente. Ao longo desta trajetória, o objectivo foi transmitir a todos os nossos Clientes que somos o parceiro ideal e à sua medida, oferecendo sempre as melhores alternativas e soluções para a realização dos seus objectivos pessoais e profissionais.

KEVE DP Index
À medida do seu investimento

Index o seu investimento à rentabilidade

Chegou o Keve Index, o primeiro depósito a prazo para Empresas e Particulares indexado ao dólar dos Estados Unidos (USD).

USD

%

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

www.bancokeve.ao

KEVE DP INDEX

À medida do seu investimento

Indexe o seu investimento à rentabilidade. Chegou o Keve Index, uma aplicação financeira a prazo para empresas e particulares, indexada ao dólar dos Estados Unidos.

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

Um Feliz Natal e Próspero Ano Novo às famílias que mais brilham.

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

www.bancokeve.ao

CAMPANHA DE NATAL

Um Feliz Natal às famílias que mais brilham

Com o intuito de desejar a todos os nossos Accionistas, Clientes, Colaboradores e amigos os votos de Feliz Natal e Próspero ano de 2016.

KEVE TAXA DE CIRCULAÇÃO
À medida do seu automóvel

Faça um atalho pelo Keve.

Não perca tempo e pague a Taxa de Circulação numa das nossas agências.

Banco Keve
O BANCO À SUA MEDIDA

www.bancokeve.ao

CAMPANHA TAXA DE CIRCULAÇÃO

À medida do seu automóvel

O Ministério das Finanças - Direcção Nacional de Impostos (DNI) promove, anualmente, a venda de Selos relativos à Taxa de Circulação, que é um imposto obrigatório para todos os veículos motorizados a circular em território angolano. O Keve, como agente autorizado na venda dos Selos, ajuda a promover a sua venda e a repassar aos seus Clientes que devem cumprir a Lei e contribuir activamente para o desenvolvimento de Angola.

FACEBOOK/SITE

Durante o ano de 2015, tivemos pouca interacção na nossa página. Os meses que mais se destacam são Novembro e Dezembro, tendo arrecadado cerca de 2006 novos *likes*.

Em Novembro, foi criado um anúncio na página do Facebook relativo ao Show do Mês, tendo alcançado um total de 126.733 pessoas, das quais 17,7% senhoras e 82,3% senhores e que contribuiu para 434 novos *likes*;

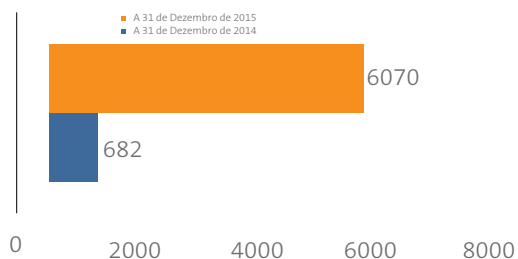
Em Dezembro, foi criado um anúncio na página do Facebook referente à Campanha Keve Natal, tendo alcançado 78.088 pessoas, das quais 19,6% senhoras e 80,4% senhores e que contribuiu para 825 novos *likes*;

Ainda sobre o mês de Dezembro, em paralelo com a campanha Keve Natal, criámos um anúncio na página do Facebook relativo à campanha Keve Taxa de Circulação, tendo alcançado 97.059 pessoas, das quais 17,9% senhoras e 82,1% senhores e que contribuiu para 747 novos *likes*.

Temos a realçar no Facebook que hoje já vamos com 6.070 *likes* e destacamos toda a informação possível e necessária para os utilizadores que fazem parte desta rede.

De 1 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 tivemos cerca de 5338 novos *likes*, o que corresponde uma adesão muito grande por parte dos utilizadores da referida rede social.

NÚMERO DE *LIKES* NA PAGINA DO BANCO NO FACEBOOK



As respostas a várias questões colocadas são dadas atempadamente, daí a diferença entre o Banco Keve e os demais Bancos do mercado.

MERCADOS FINANCEIROS

A Direcção de Mercados Financeiros continuou empenhada na execução das políticas de gestão de tesouraria do Banco e de gestão dos riscos inerentes ao exercício da actividade bancária, designadamente os riscos de liquidez, cambial e de taxa de juro.

A Direcção atribuiu uma especial atenção a processos ligados ao Keve Index, uma aplicação financeira a prazo, com o capital indexado ao dólar dos Estados Unidos que salvaguarda a desvalorização da moeda nacional (MN). Dos procedimentos efectuados, destacam-se os seguintes:

- Conclusão dos testes e passagem a produção;
- Preparação de apresentação do novo produto e formação da Direcção Comercial;
- Registo de 32 propostas de adesão de clientes no Financa.

Outras actividades:

- Acesso e execução de testes na Plataforma BODIVA – Simer Negociação/Custódia;
- Adopção do Instrutivo n.º 19/2015 de 2 de Dezembro – Política Monetária – Reservas Obrigatórias;
- Criação do SWIFT do Template MT540 de penhor de Títulos a favor do Banco;
- Acompanhamento da acção de Inspeção ao Banco pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC);

- Preparação/envio de informação para a auditoria externa da Deloitte;

- Gestão dos selos – Taxa de Circulação, Reunião no MINFIN – Processo de Venda;

A Direcção participou em algumas reuniões com destaque para:

- Reuniões GEMCorp: compra de Notas do MINFIN, financiamento a esta entidade para compra de OT's Indexadas, participação na Formação de Liderança ministrada pela OFCONSULTORES, participação em três encontros inerentes à criação das Tesourarias Centrais do Gika e Luanda Sul, participação nos encontros promovidos pela EMIS, em que foram definidas as metas de asseguramento do funcionamento e dispensação dos ATM's durante a quadra festiva.

OPERAÇÕES

Das principais actividades desenvolvidas pela Direcção, destaca-se que o volume processado de ordens de pagamento emitidas atingiu USD 707 milhões, correspondente a uma diminuição de -2% no ano. O volume processado de ordens de pagamento recebidas atingiu USD 145 milhões, correspondente a um aumento de 48% no ano.

TRANSFERÊNCIAS INTERBANCÁRIAS

Valores em milhões de USD	Milhões de USD			Quantidade		
	2014	2015	Δ %	2014	2015	Δ
OPR - Recebidas	98	145	48%	489	293	-40%
OPE - Enviadas	721	707	-2%	12.443	12.261	-1%

As actividades da Direcção centraram-se na melhoria dos circuitos operacionais, no reforço da prestação de informação a nível interno e externo e no aumento da exigência no cumprimento das normas do BNA.

Outras actividades desenvolvidas pela direcção:

- Reporte mensal ao BNA da informação sobre os clientes com processos de importação incompletos há mais de 180 dias;

- Reporte de informação ao BNA sobre Mapa Provisional de Operações Executadas;

- Utilização de DU's e entrega aos respectivos balcões;

- Carregamento de informação no SINOC respeitante às operações de Mercadorias Invisíveis e Capitais;

A Direcção de Operações participou em algumas reuniões, com destaque para:

- Reuniões do Conselho Técnico do Sistema de Pagamentos de Angola (CTSPA) do BNA, reunião com AGT nas instalações do Porto de Luanda sobre “meios e modos de pagamento” do projecto ASYCUDA, reunião com Banco correspondente Banco Privado Atlântico;

- Encerramento de conta Moneygram no correspondente CommerzBank.

PATRIMÓNIO E SEGURANÇA

A Direcção de Património e Segurança continuou a garantir as condições necessárias no âmbito da segurança e higiene em todas as actividades exercidas na instituição e aos seus intervenientes directos e indirectos, sendo de sua competência a preservação de todo o património pertencente ao Banco. Os principais destaques nas actividades desenvolvidas, em 2015, são:

- Avaliação sobre a qualidade das empresas de segurança que prestam serviços ao Banco;

- Levantamento da operacionalidade do sistema de CCTV instalado nas agências a nível nacional;
- Diagnóstico sobre o nível de vulnerabilidade das nossas instalações (agências) e a funcionalidade do sistema de alarme;
- Adjudicação das obras para as agências do Royal Park Talatona, Rainha Ginga, Tesouraria do Lobito e alterações nas agências do Lar do Patriota e Talatona II;

- Conclusão das obras nas agências do Lubango, Aeroporto Menongue e acompanhamento das obras da Loja no Luanda Shopping;

- Levantamento do estado de conservação das agências;

- Identificação e mapeamento na rede de geradores e de máquinas contadoras;

- Abertura da Agência Patriota;

- Arrumação do Economato.

QUALIDADE E ORGANIZAÇÃO

Em 2015, a Direcção de Qualidade e Organização continuou empenhada na realização de auditorias de qualidade às agências do Banco e às instalações do Arquivo Central, elaborou e actualizou normativos. A implementação de questionários de pesquisa interna também esteve na base das actividades desenvolvidas por esta Direcção. De realçar que a metodologia de Divulgação dos Normativos desencadeou a cultura da utilização do Portal do Colaborador.

i. Departamento de Qualidade

O Departamento de Qualidade continuou a desenvolver o questionário de pesquisa interna, com o objectivo de perceber a adesão ao Portal do Colaborador. As pesquisas obtidas motivaram a intervenção técnica deste Departamento e

da Direcção de Marketing. Os resultados foram positivos e terão o seu seguimento em 2016;

No final do exercício de 2015, o Departamento de Qualidade implementou o *workflow* de Crédito em parceria com a Direcção de Sistemas de Informação. Este projecto visa a inovação do processo de crédito e a diminuição do tempo de efectivação do produto, desde a fase do pedido por parte do Cliente até à fase do desembolso;

O Departamento de Qualidade efectuou uma Auditoria de Qualidade aos Arquivos do Banco, concentrando-se na fiscalização dos seguintes pontos: Recolha dos arquivos, Arrumação, Digitalização e Gestão Interna.

ii. Departamento de Organização

Em 2015, o Departamento de Organização elaborou normativos de natureza diversa. Nesse contexto, foram elaborados 33 normativos e 181 actualizações;

O Departamento de Organização foi envolvido no Processo de Produção do Caderno de Normas Cambiais, ao qual deu o seu devido contributo.

ELABORAÇÕES 2015

Tipo Normativo	Quantidade Produzida	% por Normativo
Normas	1	19,23
Circulares	0	26,92
Manuais de Procedimentos	1	15,38
Impressos	2	19,23
Regulamentos	3	3,85
Checklist	8	11,54
OS	18	3,54
Apresentações	0	0
	33	100

PROCESSOS INTERNOS

Envio de Inquéritos/processos	Elaborações	Padronizações	Actualizações	Divulgações	Projectos	Reclamações Externas	Ped. Esclarecimentos Externos*
Abert. Contas	Inquéritos	EFU	Normativos em vigor	CI	SAC	CDO	DP
Encerram. Contas	Conselhos úteis	Regulamentos	Processos	OS	Asycuda	CCO	CCO
Depósitos	Relatórios	Políticas GRI	Regulamentos	Fichas Técnicas	iKeve Emp. Nome Ind.	CBO	CBO
Levantamentos	Processos	Qualificador Ocup.	OS	Abert. Agência	Rev. Aviso n.º 10/2010	APD	CDO
Dep. a Prazo	Circulares	Impressos	Nota Informativa	Preçário		OPSE	MoneyGram
Contas CUT	Impressos		Circular	Conselhos úteis			iKeve
Crédito	Cartas BNA		Lista Telef.	Circular			
Diversos	OS		Lista de Assinat.	Nota Informativa			Atendim. Personal.
	EFU		Grupos e-mail	Processo			Abertura de conta
	Manual			Acomp. Pedag.			
	Resposta			Impressos			
	Questionário Bodiva			Nota Impressa			

PRODUÇÃO

tipo de normativo	quantidade produzida	% por normativo
Inquéritos	10	5,5
Elaborações	46	25,4
Padronizações	8	4,4
Actualizações	16	8,8
Divulgações	51	28,2
Deslocações	4	2,2
Reclamações	20	11
Pedidos de Esclarecimentos	22	12,2
	181	100

REDE COMERCIAL

Em 2015, o Banco manteve a sua estratégia comercial, virada para a maximização das opções de ofertas de produtos e serviços, sendo possível crescer e massificar a carteira de recursos de clientes em AKZ 96.966,6 milhões e captar 125.684 clientes, mais 21% face ao ano anterior (103.761 em 2014).

A redução em 2% dos recursos totais do Banco deveu-se ao segmento de Particulares, que contribuiu para esta baixa com uma variação de -39%, enquanto os recursos do segmento de Empresas teve uma variação de -19%.

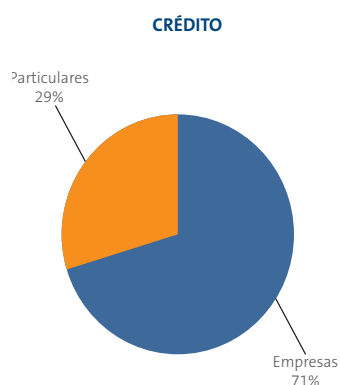
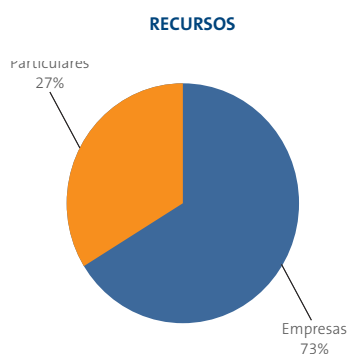
RECURSOS E CRÉDITO – POR SEGMENTO

Milhões USD	2014	2015	Δ
Recursos			
Empresas	640	520	-19%
Particulares	323	197	-39%
Crédito⁽¹⁾			
Empresas	321	305	-5%
Particulares	134	127	-5%
	454,8	433	-10%

(1) As REPOs podem ser suportadas por BT e OT.

Independentemente da variação registada em termos absolutos, o segmento de Empresas continua a ser o mais relevante, decorrente da focalização estratégica do Banco neste período,

com os recursos e a carteira de crédito concedido a representarem, respectivamente, 73% e 71% do valor total.



RECURSOS E CRÉDITO – POR PROVÍNCIA

Milhões USD	2014	2015	Δ
Recursos			
Província de Luanda	841	646	-23%
Outras Províncias	121	71	-41%
	962,9	716,5	-64%
Crédito			
Província de Luanda	389	385	-1%
Outras Províncias	65	47	-28%
	454,8	432,2	-29%

Em termos de distribuição territorial, os recursos reduziram-se 23% entre as Agências localizadas em Luanda e 41% nas outras províncias. O crédito reduziu-se 1% nas Agências localizadas em Luanda e 28% nas Agências localizadas nas outras províncias.

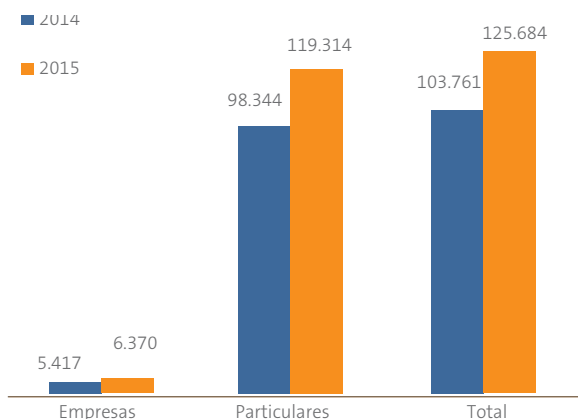
O número de Clientes captados pelo Banco registou um crescimento de 21% em finais de Dezembro de 2015. Para o crescimento, contribuiu, entre outros:

- Conta Funcionário Público. Até Dezembro de 2015 foram captados 3.552 Clientes (funcionários), um aumento de 45% em relação ao ano passado;
- Programa de Educação Financeira do BNA “Bankita. Com início em Setembro de 2011, deu lugar à captação de 22.838 Clientes, dos quais 17.271 (76%) fora da província de Luanda.

Foi implementado um conjunto de medidas visando melhorar a eficácia e eficiência da rede comercial, entre as quais destacamos:

- Abertura do Centro de Empresas Talatona;
- Negociações de processos de crédito, no âmbito do Programa Angola Investe.
- Implementação do modelo de liderança para o cumprimento dos objectivos propostos;
- Triagem dos problemas de gestão administrativa e operacional entre balcões e departamentos;
- Implementação de estratégias para o alto rendimento nas equipas.

Nº DE CLIENTES – POR SEGMENTOS



Nº DE CLIENTES – POR PROVÍNCIA

Província	2014	2015	Δ
Luanda	46.573	56.898	22%
Cuanza Sul	24.247	26.307	8%
Benguela	12.387	15.980	29%
Huambo	4.846	5.774	19%
Lubango	6.156	7.261	18%
Namibe	3.170	3.826	21%
Zaire	1.130	1.264	12%
Malange	1.394	1.864	34%
Cunene	163	534	228%
C. Cubango	1.671	2.673	60%
Cabinda	2.024	3.299	63%
	103.761	125.684	21%

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2015, a Direcção de Sistemas de Informação realizou as suas tarefas, tendo como objectivo a melhoria substancial dos serviços aos Clientes, assegurar a integridade e a segurança dos sistemas bem como dar resposta às necessidades de todas as áreas internas do Banco. Nesse contexto, as principais acções empreendidas no período foram:

Core:

- Implementação do SCC - Subsistema de Compensação de Cheques;

- Parametrização de Operação Venda de Títulos (Financa);
- Parametrização de Produto Keve Index;

- Desenvolvimento de *queries* para DGE;

- Criação de operações catalogadas (Envio/Recepção de selos) na Banka; e

- Criação de operações catalogadas Moneygramm na Banka.

Telecomunicações:

- Ligação, encriptação e testes BRK - BODIVA 2.ª fase;
- Projecto de segurança interna/externa e redundância;

- Implementação Novos Links Dados - Unitel/Multitel/TVCabo;

- Substituição/Upgrade Equipamentos Sem capacidade de Implementação VOIP;

- Implementação do sistema de gravação sonora serviços centrais;

- Segmentação de trafego SWIFT, EMIS e BNA;

- Implementação de solução de gestão de activos – Cisco Prime.

Sistemas Distribuídos:

- Migração do Windows XP para Windows 7;

- Microsoft DFS-R: Distributed File System Replication;

- Implementação do Lync server;

- Mudança das máquinas e de alguns servidores;

- Término da implementação dos serviços Moneygram;

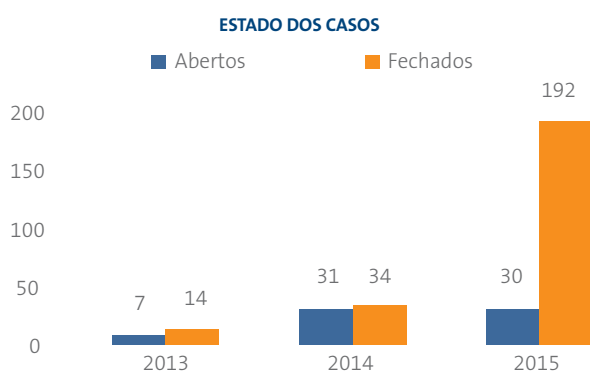
- Migração dos documentos da contabilidade do File Server para o Netapp;

- Upgrade do relógio de ponto;

- Implementação do Windows Server 2008 nas agências.

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA

No ano de 2015, foi desenvolvido um conjunto de actividades no âmbito da actividade normal do gabinete como resolução dos casos de inspecção, visitas de inspecção surpresa, cartas de circularização, controlo das operações cambiais, análise dos alertas do Audit Bank, entre outros. A estatística da informação sobre os casos de inspecção do ano encontra-se reflectida no quadro abaixo.



No período em análise o GAI tratou 222 casos de inspecção e esclareceu 192, com uma taxa de cobertura de 86%.

Durante o ano, o GAI recebeu e atendeu 143 cartas de clientes e não clientes, solicitando informações bancárias.

GABINETE DE BANCA DE SEGUROS

No âmbito dos serviços da *bancassurance*, o Banco Keve disponibiliza dentro da sua rede de Agências um conjunto de seguros em parceria com a Global Seguros, que permitem o fraccionamento do prémio de acordo com as necessidades do cliente.

O Banco disponibiliza as seguintes modalidades de seguros:

- Seguro de Vida
- Seguro Automóvel
- Seguro de Assistência em Viagens
- Seguro de Responsabilidade Civil
- Seguro de Acidentes de Trabalho
- Seguro de Multi-Risco Empresa
- Seguro de Multi-Risco Habitação
- Seguro de Multi-Risco Indústria
- Seguro de Condomínio
- Seguro de Acidentes Pessoais

No ano de 2015, foram vendidas 5.963 apólices de seguro, o que permitiu atingir o total de 10.883 apólices de seguro comercializadas pelo Banco (o correspondente a USD 2.275,5 milhões).

No período em análise, foram também desenvolvidas as seguintes actividades:

- Criação e implementação do programa de continuidade das apólices subscritas em 2014;
- Criação do processo de regularização das renovações do seguro automóvel;
- Implementação do Software Anywhere Global Seguros;
- Regularização de seguros a título de crédito;

- Fidelização e renovação das carteiras de clientes que representam grandes riscos;

- Acção de formação e visitas de acompanhamento às Agências;

- Gestão de implementação do contrato depositário de fundo de pensões Global Seguros.

GABINETE DE COMPLIANCE

Em 2015, o Gabinete de Compliance continuou com o processo de incentivo de boas práticas bancária e o combate ao branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo. Deste modo, foram criados mecanismos para melhorar a sua estrutura funcional e consequentemente permitir a execução das actividades de forma eficiente.

Das actividades realizadas, destacam-se as seguintes:

- Reporte diário de transacções em numerário superior ou equivalente a USD 15.000 à Unidade de Informação Financeira (UIF), num total de 19.015 contas;

- Reporte semanal ao BNA das contas afectas ao Sector Público Administrativo (num total de 26);

- Desbloqueio de 10.333 contas por inactividade;

- Participação em seminários sobre Branqueamentos de Capitais, realizados na sede da ABANC;

- Participação no primeiro encontro com os Compliance Officers 2015, realizado pela UIF;

- Participação em reuniões sobre operações de divisas e vendas de notas;

- Monitorização de operações sobre o estrangeiro;

- Resposta a 14 solicitações dos bancos correspondentes.

Ao longo do ano, o Gabinete emitiu alguns documentos, com maior destaque para os seguintes:

- Regulamento Interno do Gabinete de Compliance;

- Guia Orientador do Processo de Abertura de Conta.

GABINETE DE PLANEAMENTO E CONTROLO

Em 2015, o Gabinete de Planeamento e Controlo passou a ser autónomo e desenvolveu a sua estrutura de modo a tornar-se resiliente aos desafios que possa enfrentar e a responder de forma adequada às suas responsabilidades.

Desse modo, o Gabinete desenvolveu alguns processos internos e direccionou os seus esforços na adopção de políticas e práticas que permitiram fortalecer a equipa e torná-la mais eliciente, não obstante a escassez de recursos observada decorrente da política de gestão de custos do Banco.

Relativamente às actividades realizadas, foi dada uma especial atenção à elaboração do Orçamento Geral do Banco e ao auxílio à Comissão Executiva na definição dos objectivos gerais e na elaboração do Plano Estratégico do Banco 2015-2020.

REPORTES DO GABINETE DE PLANEAMENTO E CONTROLO

N.º	Documento	Periodicidade	N.º de emissões por ano
1	Relatório Bankita	Anual	1
2	Apresentação Interna Bankita	Mensal	12
3	Relatório dos objectivos e da rentabilidade das agências	Mensal	12
4	Relatório da taxa de circulação	Mensal	12
5	Estatísticas das op. com o estrangeiro	Trimestral	4
6	Relatório dos produtos	Trimestral	4
7	Relatório de actividades (Port. e Ing.)	Trimestral	4
9	Elaboração do orçamento	Anual	1
11	Elaboração dos objectivos comerciais	Anual	1
14	Bancarização	Anual	1
18	Elaboração do Relatório e Contas	Anual	1

PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Reestruturação do ficheiro do Orçamento. Alteração do modelo do ficheiro dos Relatórios dos Objectivos Comerciais e de Rentabilidade das agências, melhoria do ficheiro das estatísticas das Operações com o estrangeiro.

- O Gabinete contribuiu para a elaboração do Plano Estratégico de 2015-2020. Nesta actividade, o Gabinete elaborou o documento e a projecção com recurso a práticas e técnicas contabilísticas.

- Envio mensal do mapa estatístico das contas Bankita;

- Elaboração do Relatório e Contas 2014;

- Elaboração do Relatório dos Objectivos Comerciais e Rentabilidade;
- Elaboração e publicação do Relatório Estatístico das Operações com o Estrangeiro;

- Reestruturação do Relatório de Produtos;

- Reporte à ABANC das informações financeiras e não financeiras do Banco;

- Elaboração e revisão dos Objectivos Comerciais do Banco;

- Participação na formação sobre Tributação de Produtos Financeiros-KPMG.

GABINETE DE RISCO

Em 2015, o Gabinete esteve numa fase de consolidação das suas actividades, com o objectivo de ter a estrutura necessária para acompanhar permanentemente toda a actividade do Banco, no sentido de identificar as áreas geradoras de riscos, procurando evitar ou atenuar o seu efeito. A estrutura interna do GR está, actualmente, baseada em dois departamentos distintos:

- Departamento de Riscos Financeiros;
- Departamento de Riscos Não Financeiros.

No ano de 2015, foram desenvolvidas diversas actividades, com destaque para as seguintes:

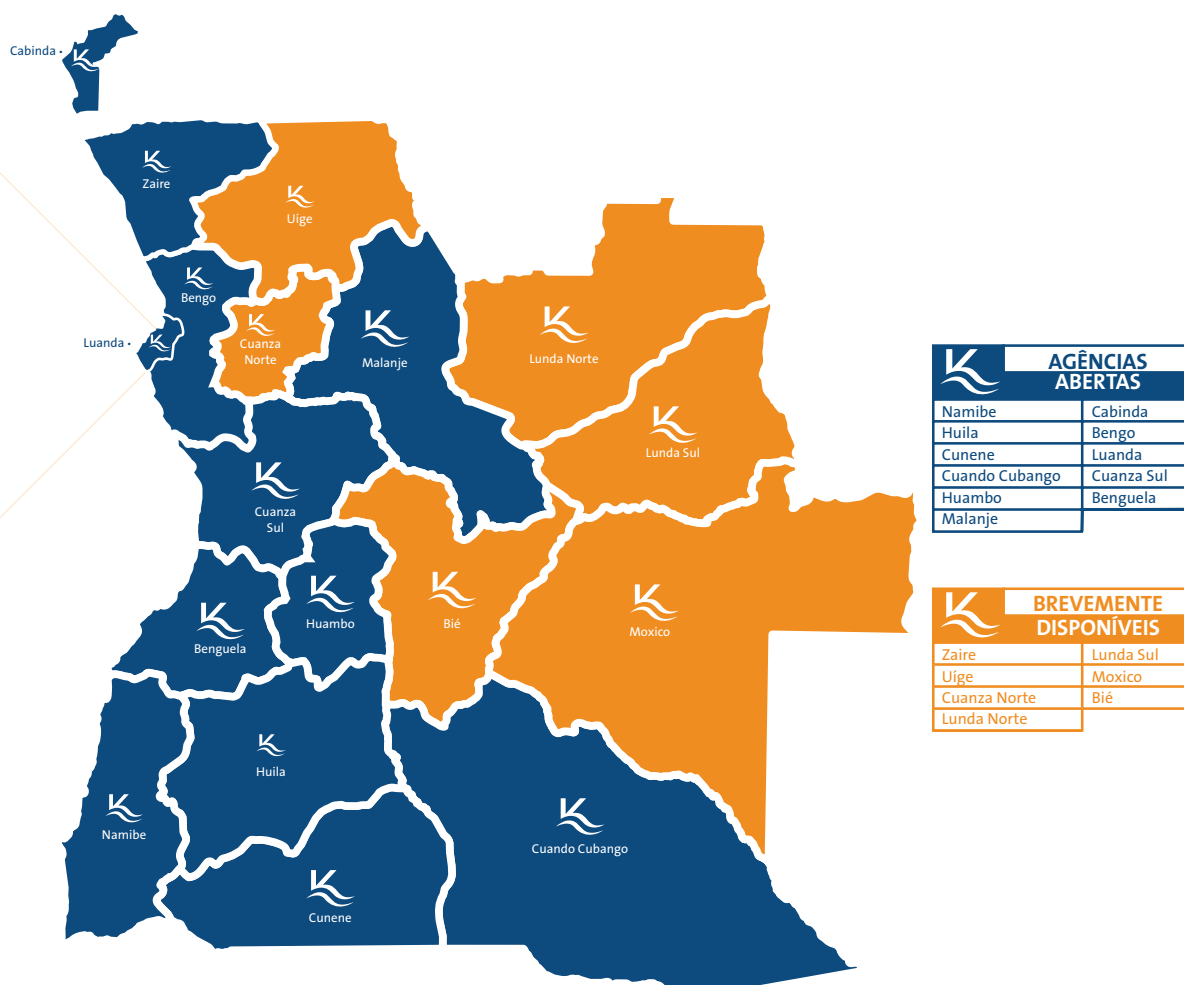
- Apresentação da Ferramenta e respectivo *report* de acompanhamento do risco de crédito;
- Apresentação da Ferramenta para atribuição de *Rating/Scoring* de crédito;

- Desenho da Ferramenta de Gestão do Risco de Liquidez;

- Elaboração do Índice de Risco Financeiro e Solidez Financeira;

- Participação no *Workshop* sobre Modelo de Avaliação de Desempenho / *Kultura Keve*; Elaboração de um plano de sensibilização dos colaboradores quanto aos riscos inerentes às actividades diárias e consequente função das áreas de Controlo Interno.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO



AGÊNCIAS

O Banco dispõe de 56 unidades comerciais, que são compostas pela sua Rede de Agências, Centros de Empresas e *Private Banking*. Cobrimos grande parte do território nacional e prestamos serviços a mais de 119.865 Clientes. Grande parte destas Unidades está concentrada junto da província de Luanda - Capital Financeira.

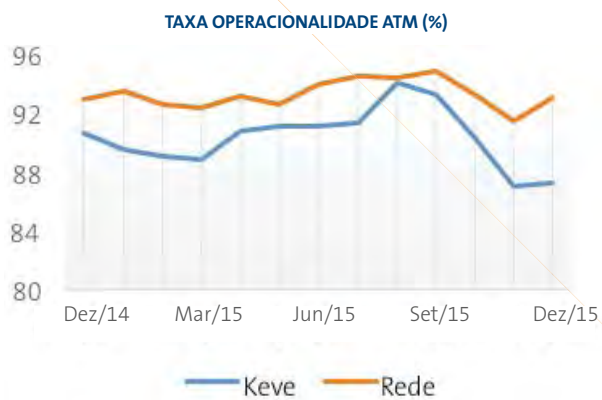
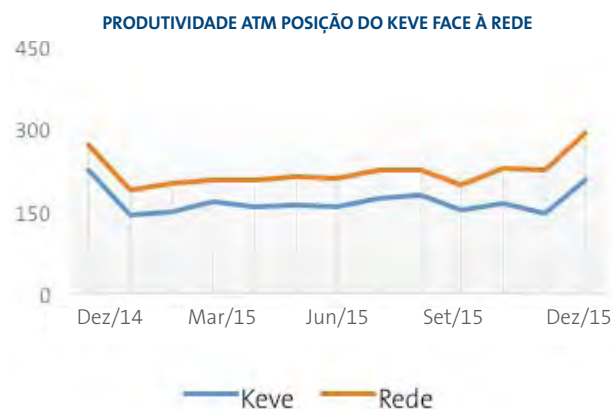
A expansão da abertura contínua de Unidades Comerciais é política do Banco, sendo gerida tendo como base a avaliação do potencial de negócios de uma determinada área ou Cliente específico.

CAIXAS AUTOMÁTICOS (ATM)

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco dispunha de 85 ATM's (houve um aumento de 9% face a 2014), distribuídos por 38 municípios (o total da rede atingiu 2.659 ATM's).

	2013	2014	2015	Δ 14/15
N.º ATM	75	80	85	6,3%
N.º Municípios	34	38	38	0,0%

A Quota de Mercado do Banco face à rede, em termos de produtividade, registou um crescimento em relação ao ano passado, com maior destaque para Dezembro, período em



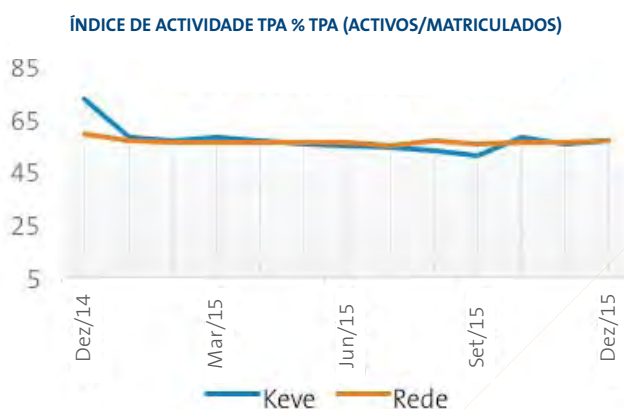
que o banco atingiu o 7.º lugar nos Terminais de Pagamento Automático (TPA).

Em 2015, o número total de TPA's matriculados do Banco situou-se em 1.804 (1.448 em 2014), dos quais 1.247 activos e 557 inactivos, perfazendo 70% de actividade.

TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO (TPA)

Em 2015 o número total de TPA's matriculados do Banco situou-se em 1.804 (1.448 em 2014) dos quais 1.247 activo e 557 inactivos, perfazendo um percentual de 70% de actividade.

O índice de actividade dos TPA's do Banco (medido pelo rácio TPA's activos sobre TPA's matriculados) esteve próximo do índice da rede todo o ano de 2015, sendo que, no final, os índices convergiram



INTERNET BANKING (IKEVE) E KEVE SMS

Em 2015 havia 7.862 contratos celebrados de *Internet Banking*, dos quais 1.319 de Empresas e 6.543 de particulares, representando um aumento de 69% face a 2014, e uma taxa de adesão global de -61% (menos 1 p.p. face a 2014).

ESTATÍSTICAS DA BANCA ELECTRÓNICA

	2013	2014	2015	Δ
N.º de Contratos (1)				
Empresas	572	589	1.319	124%
Particulares	2.208	3.872	6.543	69%
Total	2.780	2.247	7.862	250%
N.º de Transacções	1.563.054	2.021.954	2.749.539	36%
N.º Acessos	224.693	281.321	370.049	32%
N.º Transacções/N.º Contratos	562	900	350	-61%
N.º Acessos/N.º Contratos	81	125	47	-62%
Keve SMS				
N.º de Contratos (1)	3.842	8.293	15.046	81%
N.º Acessos	16.518	34.024	50.481	48%
Keve Tablet				
N.º de Contratos	487	1.255	2.641	110%
N.º de Acessos	235	320	1.687	427%

(1) Contratos em vigor em 31 de Dezembro

Relativamente ao Keve SMS, até 2015 registou-se um total de 8.293 contratos celebrados, representando um aumento de 55% face a 2014. O Keve Tablet, por sua vez, atingiu 2.641 contratos em finais de Dezembro. Através das simples troca

SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO IKEVE E KEVE SMS

iKeve

Consulta de extractos:

- > Pedido de Cheques;
- > Transferências Conta a Conta;
- > Acesso automático aos avisos de lançamento dos movimentos gerados;
- > Downloads em Excel e em PDF.
- > Agenda de Vencimento
- > Posição Integrada
- > Conta a Prazo
- > Docs Electrónicos
- > Autorizações de Débito
- > Cartões
- > Financiamento
- > Moeda Estrangeira

Keve SMS

Consultas a:

- > Saldos
- > Movimentos
- > NBA/IBAN
- > Posição Integrada Simples
- > Posição Integrada Completa
- > Contas Disponíveis
- > Lista de Contas Disponíveis
- > Câmbio
- > Transferências
- > Envio de Dígitos da Chave de Confirmação

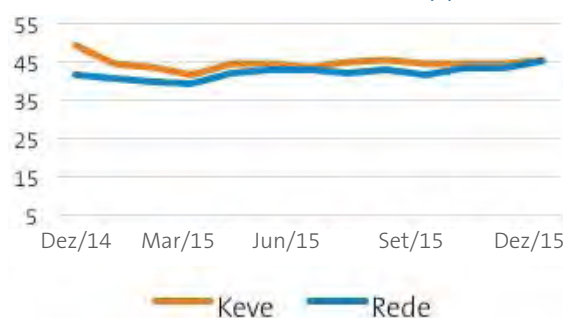
de mensagens com siglas enviadas aos Clientes, é possível disponibilizar acesso a várias consultas.

CARTÕES DE DÉBITO – MULTICAIXA

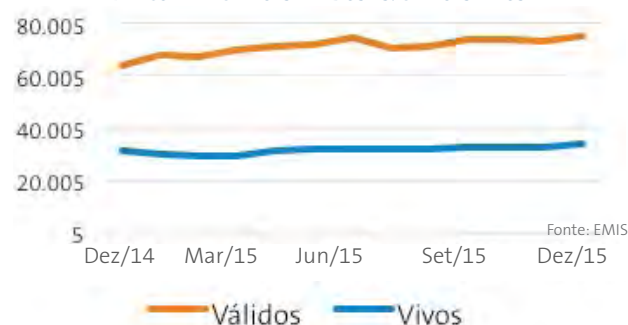
A análise do rácio de cartões de débito vivos sobre cartões válidos revela que o Banco teve um bom desempenho ao longo do ano de 2015 em relação à rede.

No ano de 2015, os cartões emitidos pelo Banco aumentaram 39%, tendo atingido 62.022 em Dezembro.

RÁCIO CARTÕES VIVOS/VÁLIDOS (%)



BANCO KEVE CARTÕES VÁLIDOS VS. CARTÕES VIVOS



Cartões vivos

Total de cartões válidos utilizados na Rede até ao último dia do mês. Cartões válidos: total de cartões registados na rede com data de expiração válida no último dia do mês.

ANÁLISE FINANCEIRA

ACTIVO

O activo líquido totalizava mAO 130.777 em 31 de Dezembro de 2015, o que corresponde a um aumento de mAOA 13.418 (+11%) relativamente ao final do ano anterior.

Milhões AOA	2014		2015		Δ %
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Disponibilidades	19,6	17%	25	19%	27%
Aplicações de Liquidez	30,8	26%	7,4	6%	-76%
Títulos e Valores Mobiliários	11,1	9%	30,6	23%	176%
Créditos no Sistema de Pagamentos	0	0%	0,2	0%	310%
Operações Cambiais	0	0%	0	0%	0%
Créditos	46,8	40%	58,6	45%	25%
Outros Valores	3,4	3%	3,4	3%	0%
Imobilizações	5,7	5%	5,6	4%	-1%
	117,4	100%	130,8	100%	11%

A expansão do activo total foi essencialmente feita através do aumento das Disponibilidades em 27% (mAOA 5,4) e diminuição das Aplicações de Liquidez a mAOA 23,4 passando de mAOA 30,8 em 2014, para mAOA 7,4 em 31 de Dezembro de 2015, representando uma diminuição de 76% face ao exercício anterior, aumento dos Títulos e Valores Mobiliários em 176% (mAOA 19,5).

Nesta data, a rubrica Créditos no Sistema de Pagamentos registou um aumento de 310% (0,2 mAOA), decorrente da compensação de cheques e outros papéis e do aumento da carteira de crédito em 25% (mAOA 11,8).

O Imobilizado diminuiu 1% (mAOA 0,1), passando de mAOA 5,7 (em 2014) para mAOA 5,6 em 31 de Dezembro de 2015, o que representa uma diminuição de 1% face a 2014.

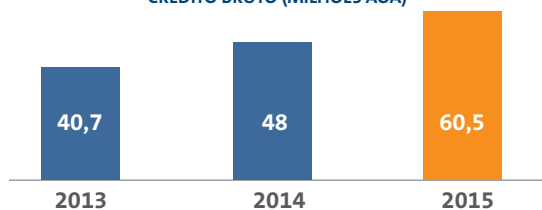
CREDITO – SEGMENTAÇÃO POR CLIENTE

Milhões AOA	2014	2015	Δ%
Empresas	44,1	55,4	25%
Particulares	3,9	5,1	32%
Crédito Bruto	48	60,5	26%
Garantias Prestadas	10,5	6,5	-38%
Créditos Documentários Abertos	6,1	6,3	3%
	64,6	73,3	13%

O rácio de transformação dos Recursos de Clientes em crédito situou-se em 67% (47% em 2014), representando um aumento de 20% face a 2014.

Em 31 de Dezembro de 2015, as Garantias Prestadas situaram-se em mAOA 6,5 representando uma diminuição de 38% face a 2014. Os Créditos Documentários, ascenderam para mAOA 0,2, representando um aumento de 3%.

CRÉDITO BRUTO (MILHÕES AOA)



QUALIDADE DO ACTIVO

O rácio Crédito Vencido sobre Total de Crédito registou uma diminuição de 8,6 p.p., passando para 8,5% em Dezembro de 2015. O Crédito Vencido há mais de 180 dias situou-se em mAOA 13.513 em Dezembro 2015, o que corresponde a 22% da carteira de Crédito Bruto (10,6% em 2014). A cobertura do Crédito Total por Provisões situou-se em 3,1% em 2015, contra 2,6% no ano anterior.

QUALIDADE DO ACTIVO

Milhões AOA	2014	2015	Peso 2014	Peso 2015	Δ %
Crédito Vencendo		55,4	82,9%	91,5%	39%
Crédito Vencido	8,19	5,1	17,1%	8,5%	-37%
N.º Dias de Atraso					
15-30	20,8	14,3	43,2%	23,6%	-31%
30-60	15,6	25,5	32,6%	42,2%	63%
60-90	0,7	0,4	1,4%	0,7%	-34%
90-150	1,7	3,3	3,5%	5,5%	98%
150-180	1,9	3,4	3,9%	5,6%	79%
>180	7,4	13,5	15,3%	22,3%	84%
Crédito Bruto	48	60,5	100%	100%	26%
Provisões para Crédito	1,2	1,9	2,6%	3,1%	
Crédito Líquido	46,8	58,6			25%

A rubrica Outras Captações aumentou mAOA 0,5 (11%), totalizando mAOA 4, influenciada essencialmente pelas Dívidas Subordinadas no valor de mAOA 0,7 e pela diminuição das Outras Captações contratadas no valor de mAOA 0,2.

As Provisões para Responsabilidades Prováveis aumentaram em mAOA 0,6 (47%), comparativamente ao ano anterior, explicado pelo reforço das Provisões para Garantias Prestadas e Créditos Documentários em 2015 no valor de mAOA 0,6 (47%).

Os Fundos Próprios aumentaram mAOA 0,4 (+4%), totalizando mAOA 12,1 milhões em 31 de Dezembro. A carteira de Recursos Totais de Clientes diminuiu 2% (mAOA 2,1 milhões), totalizando mAOA 97,0 milhões em Dezembro de 2015. Esta redução reflecte o abrandamento dos Depósitos em Moeda Nacional e Estrangeiras em -2%. Os Depósitos à Ordem diminuíram em 3%.

PASSIVO

Milhões AOA	2014		2015		Δ %
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Depósitos	99,1	84%	97	74%	-2%
Captações para Liquidez	0	0%	0,1	0%	0%
Obrigações no Sistema de Pagamentos	0,6	0%	0,8	1%	35%
Operações Cambiais	0,1	0%	13,5	10%	17124%
Outras Captações	3,5	3%	4	3%	11%
Outros Passivos	1,2	1%	1,6	1%	33%
Provisões para Responsabilidades Prováveis	1,2	1%	1,8	1%	47%
Fundos Próprios	11,7	10%	12,1	9%	4%
Passivo e Fundos Próprios	117,4	100%	130,8	100%	11%

RECURSOS DE CLIENTES

Milhões AOA	2014		2015		Δ %
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Depósitos à ordem	76,2	77%	74,2	76%	-3%
Depósitos a Prazo	22,9	23%	22,8	24%	0%
Repasse de Títulos	0	0%	0	0%	0%
Recursos de Clientes, dos quais:	99,1	100%	97	100%	-2%
Moeda Nacional	90,7	92%	89,4	92%	-1%
Moeda Estrangeira	8,3	8%	7,6	8%	-9%

RESULTADOS E RENTABILIDADE

Milhões AOA	2014	2015	Δ %
Margem Financeira	5,3	6,5	23%
Margem Complementar	4,1	6,1	49%
Produto Bancário	9,4	12,6	34%
Provisões para Crédito	2	3,1	51%
Resultados da Intermediação Financeira	7,4	9,6	30%
Custos Administrativos e de Comercialização	6	8,2	37%
Provisões Sobre outros Valores	0,3	0,1	-51%
Outros Proveitos e Custos Operacionais	0,6	1,2	111%
Resultados de Imobilizações Financeiras	0	0	-100%
Resultados Operacionais	1,7	2,4	-47%
Resultados não Operacionais	0,5	-1,3	-356%
Provisão para Imposto sobre Lucros	0,4	0,4	-14%
Resultados Líquidos	1,7	0,8	-52%
Cash flow Corrente	3,5	6,9	97%

O Banco teve um Lucro Líquido de mAOA 0,8, o que corresponde a uma diminuição de 52% relativamente ao obtido em 2014 (mAOA 1,7). A Rentabilidade do Capital Próprio Médio (ROAE) em 2015 situou-se em 6,9%, registando diminuição de 3,2 p.p. comparativamente ao ano de 2014 (13,7%).

ROAE E ROAA

Valores em % do Activo Total Médio (1)	2014	2015
Taxa da Margem Financeira	4,8	5,2
Lucros em Operações Financeiras (Liq.)	1,7	2
Comissões e outros Proveitos (Liq.)	2	1,5
Produto Bancário	8,5	7,2
Custos de Estrutura	5,4	6,5
Imobilizações Financeiras	0	0,1
Outros Proveitos e Custos Operacionais	0	1
Resultado de Exploração	3,1	0,7
Provisões (Liq.)	1,8	2,5
Resultados não Operacionais	0,4	-1
Resultados Antes de Impostos	1,8	1
Provisão para Impostos sobre Lucros	0,4	0,3
Lucro Líq. Atribuível ao Banco (ROAA)	1,4	0,7
Multiplicador (ATM/FPM)	9,7	10,4
Lucro Líq. Atribuível aos Accionistas (ROAE)	13,7	6,9

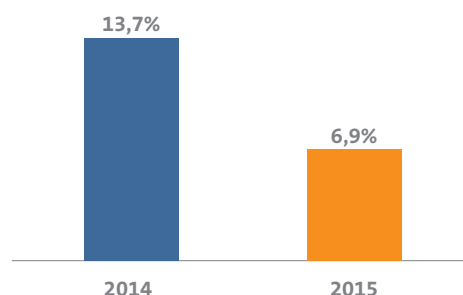
ATM = Activo total Médio; FPM = Fundos Próprios Médios

ROAE = ROAA x Multiplicador

ROAE = Return on Average Equity

ROAA = Return on Average Assets; ROAA = Return on Average Assets

ROAE(%)

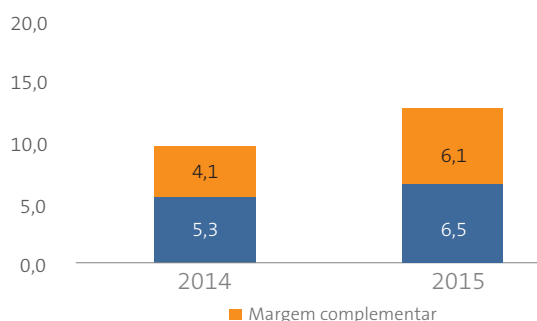


Os principais factores que explicam a diminuição do ROAE são o aumento da Taxa das Provisões Líquidas (0,7 pontos percentuais face a 2014), a diminuição da Taxa do Produto Bancário (1,3 pontos percentuais face a 2014). O ROAE diminuiu de 13,7% para 6,9%.

ROAE E ROAA

Milhões AOA	2014	2015	Δ
Margem Financeira	5,3	6,5	23%
Result. de Neg. Ajustes ao Valor Justo	0,2	1,9	713%
Resultados em Operações Financeiras	1,7	1,8	8%
Resultados Prestação Serv. Financeiros	2,2	2,4	11%
Produto Bancário	9,4	12,6	34%

PRODUTO BANCÁRIO



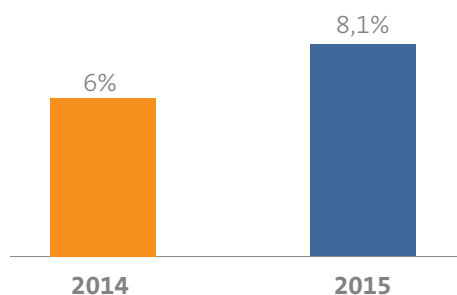
Em 2015, a Margem Financeira aumentou 23%, relativamente a 2014, influenciada essencialmente pelo aumento dos Juros de Créditos em mAOA 728,3 e Juros de Títulos e Valores Mobiliários em mAOA 706,2. De igual modo, registou-se a redução dos Proveitos de Aplicações de Liquidez em 58%.

O resultado de Intermediação Financeira totalizou mAOA 9.586, representando um aumento de 30%, face ao mesmo período de

CUSTOS DE ESTRUTURA

Milhões AOA	2014	2015	Δ
Custos com o Pessoal	2,3	3	31%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	2,9	3,3	13%
Outros Custos Administrativos	0	1,1	5184%
Gastos Administrativos	5,2	7,3	42%
Amortizações	0,8	0,8	-6%
Custos de Estrutura	6	8,1	36%
N.º Colaboradores em 31 de Dezembro	422	471	12%

CUSTOS DE ESTRUTURA (MILHÕES DE AOA)

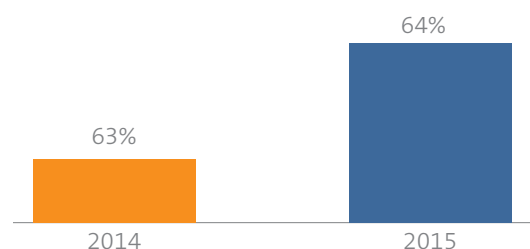


2014, justificado principalmente pelo aumento dos Resultados de Negociação e Ajuste ao Valor Justo em mAOA 1.626.

Os custos de Estrutura que agregam os Custos com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Amortizações aumentaram 36%, de mAOA 6, em 2014, para mAOA 8,1, em 2015.

A evolução dos custos explica-se, em grande parte, pelo aumento dos Custos com Pessoal, Outros Custos Administrativos e Fornecimentos de Terceiros. O *Cost-to-Income*, aumentou 1 p.p., em resultado do aumento do Produto Bancário em maior proporção que os Custos de Estrutura.

COST-TO-INCOME



NOTA SOBRE AS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as políticas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF), conforme definido no Instrutivo nº 09/07, de 30 de Abril do BNA e actualizações subsequentes.

A análise financeira apresentada neste capítulo é feita com base na sua conversão para dólares ao câmbio do final do ano, não representando uma reexpressão dos valores conforme definido na Norma Internacional de Contabilidade nº 21. Tendo em conta a desvalorização do kwanza face ao dólar em 2013 (cerca de 5%), a aplicação daquela metodologia poderá implicar diferenças

COST-TO-INCOME

Milhões AOA	2014	2015	Δ
Disponibilidades	19.586	24.959,9	27%
Aplicações de Liquidez	30.774,1	7.395,1	-76%
Títulos e Valores Mobiliários	11.072,6	30.583,4	176%
Créditos no Sistema de Pagamentos	45,3	185,8	310%
Operações Cambiais	5,4	5,4	0%
Créditos	46.782,6	58.600,6	25%
Outros Valores	3.411,1	3.427,2	0%
Imobilizações	5.681,5	5.619,3	-1%
Activo	117.358,5	130.776,6	11%
Depósitos	99.052,4	96.997,5	-2%
Captações para Liquidez	1,4	65,6	0%
Obrigações no Sistema de Pagamentos	583,1	786,3	35%
Operações Cambiais	78,1	13.451,4	17124%
Outras Captações	3.543,1	3.950,2	11%
Outros Passivos	1.219,1	1.616,1	33%
Provisões para Responsabilidades Prováveis	1.198,1	1.761,6	47%
Fundos Próprios	11.683,2	12.148	4%
Passivo e Fundos Próprios	117.358,5	130.776,6	11%

de análise às demonstrações financeiras em kwanzas, cujo balanço é apresentado como se segue:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta as disposições legais e estatutárias, a necessidade de manter uma base sólida de fundos próprios para fazer face aos objectivos estratégicos do Banco, de crescimento sustentado, e as alterações de política monetária, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado obtido no exercício de 2015, no valor de AOA 821.497.115,08:

Reserva Legal 20% **AOA 164.299.423,02**
 Outras Reservas 80% **AOA 657.197.692,06**



ESTRUTURA DE GESTÃO





COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Amílcar dos Santos Azevedo da Silva
Presidente

Mário Henrique da Silva Mello Xavier
Vice-Presidente

Teodoro Bastos de Almeida
Secretário

Conselho de Administração

Rui Eduardo Leão da Costa Campos
Presidente

José Manuel Cerqueira
Vice-Presidente

Bruno André da Cruz Silva Inglês
Administrador Não Executivo

Óscar Rodrigues
Administrador Não Executivo

Yolanda Marina Isaac Carneiro
Administradora Não Executiva

Rita Yara Freire de Mello Xavier
Administradora Não Executiva

Comissão Executiva

Arlindo Nogueira Narciso Das Chagas Rangel
Presidente

Rui Miguêns De Oliveira
Vice-Presidente

Elsa Dalila Ferreira Azevedo Da Silva
Administradora

Óscar Manuel Ramallete Mata
Administrador

Victor Manuel De Faria Cardoso
Administrador

Secretário

Arlindo Assunção De Sousa Lima Viegas Narciso
Secretário Comissão Executiva

Conselho Fiscal

Manuel Fernando Correia Victor
Presidente

João da Silva
Vogal

Manuel João Cordeiro
Vogal

Décio Leandro De Carvalho Gaspar
Suplente

Gildo Mondlane Saraiva Faceira
Suplente

Auditor Externo
Deloitte (nomeado em Outubro de 2015)



MODELO DE GESTÃO



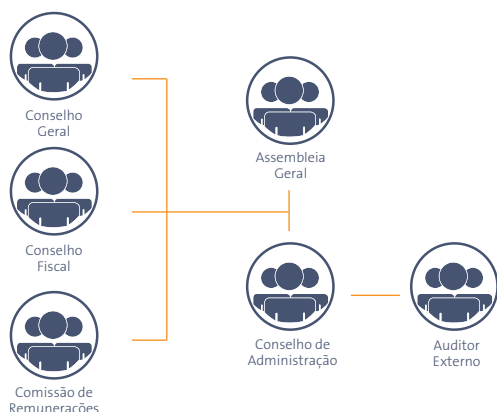
MODELO DE GESTÃO

A estrutura de gestão é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão de Remunerações, todos eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração delegou a gestão corrente da Sociedade a uma Comissão Executiva, conforme as alterações dos Estatutos aprovados em Assembleia Geral de Accionistas em 2011. Em Junho de 2015 foram aprovados os regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Os Membros dos Órgãos Sociais são nomeados pela Assembleia Geral por um triénio, sem prejuízo da possibilidade da sua reeleição. Para cada mandato é aprovado pelos Accionistas um Plano de Negócios cuja implementação é da responsabilidade do Conselho de Administração. O actual mandato decorre de 31 Março de 2015 a 31 de Março de 2018, mantendo-se, no entanto, o Conselho de Administração em funções até à realização da Assembleia Geral Anual.

A Assembleia Geral delega a fixação da remuneração dos Órgãos Sociais numa Comissão de Remunerações, que é designada em simultâneo com a nomeação dos membros dos Órgãos Sociais, da qual fazem parte três accionistas.



Na Assembleia Geral de 2011 foi aprovada a constituição de um órgão consultivo, o Conselho Geral, competindo-lhe o aconselhamento dos restantes Órgãos Sociais em quaisquer questões relevantes na vida e negócios da Sociedade. O Conselho é presidido pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral e é um órgão não remunerado.

ESTRUTURA ACCIONISTA

A distribuição da estrutura accionista por escalões de participação é apresentada na nota n.º 20 às demonstrações financeiras. Os membros do Conselho de Administração possuem no seu todo 384.785 acções, representativas de 7,88% do capital social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As atribuições e competências do Conselho de Administração encontram-se definidas no art.º 24 dos Estatutos, que incluem, entre outras:

- Propor à Assembleia Geral as linhas de acção e os objectivos de médio e longo prazo;
- Definir as linhas de acção e objectivos de curto prazo;
- Implementar as deliberações da Assembleia Geral;
- Exercer a gestão dos negócios da Sociedade;
- Elaborar os documentos previsionais e os respectivos relatórios de execução.

De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração pode ser composto por um mínimo de cinco e um máximo de nove membros, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas por proposta destes. O actual Conselho de

Administração é composto por nove membros, sendo a gestão executiva do Banco assegurada por cinco Administradores, designados pelo próprio Conselho.

REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As reuniões do Conselho de Administração na qual participam os Administradores não Executivos são realizadas no mínimo trimestralmente, sendo a agenda definida pelo Presidente do Conselho de Administração. A agenda para cada reunião regular inclui, no mínimo, o seguinte:

- Uma actualização sobre a situação macroeconómica nacional e internacional e do ambiente concorrencial;
- Um relatório financeiro do Banco;
- Uma actualização sobre o Plano de Negócios, incluindo a comparação do desempenho do Banco face ao orçamento.

O Conselho de Administração tem um forte compromisso com a evolução da sua gestão, o que leva à adopção sistemática de iniciativas que a fortaleçam. Estas medidas incluem a estruturação de Órgãos Colegiais (Comités) e aprimoramentos em relação à gestão de riscos. A Administração e os Comités são ainda apoiados por um vasto número de relatórios, com periodicidades pré-definidas, cobrindo quase todas as áreas operativas.

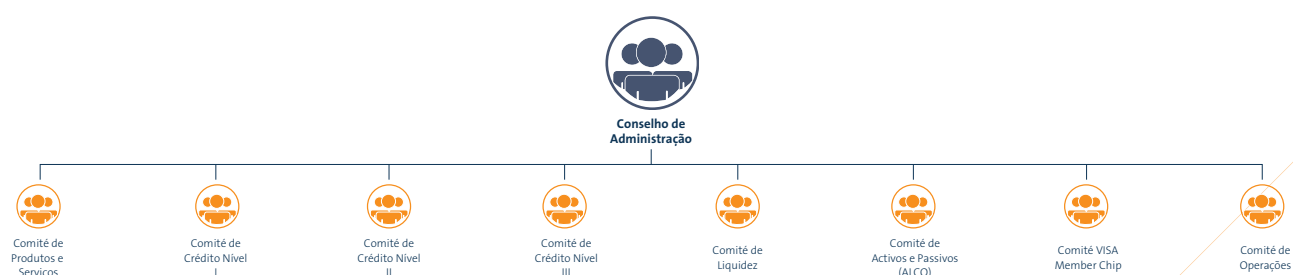
ORGANIGRAMA (COMITÉS DE ACÇÃO)

Auditor Externo

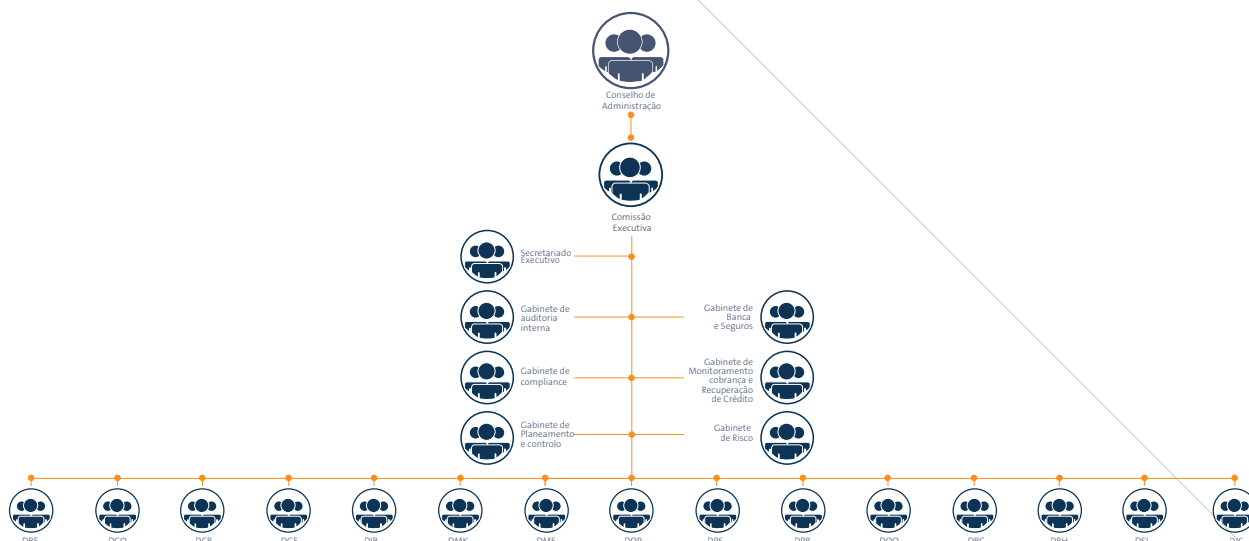
A auditoria externa é, desde 2015, assegurada pela Deloitte. De acordo com a legislação em vigor (Aviso nº 4/2013 do BNA), os auditores externos não poderão permanecer por um período superior a quatro anos. O Banco segue uma política de garantir a independência e objectividade dos auditores externos.

Supervisão e Funcionamento das Direcções

O Organigrama do Banco é caracterizado por uma estrutura funcional e essencialmente plana. Esta estrutura permite simultaneamente uma clara segregação das funções de cada Direcção e linhas de comunicação directas e rápidas quer entre as próprias Direcções, quer entre estas e a Administração.



ORGANIGRAMA (ESTRUTURA DE TOPO)



DESIGNAÇÃO DAS SIGLAS

CA- Conselho de Administração, **CE-** Comissão Executiva, **SCR-** Secretariado Executivo CA/CE, **GAI-** Gabinete de Auditoria Interna, **GBS-** Gabinete de Banca de Seguros, **GCO-** Gabinete de Compliance, **GMR-** Gabinete de Monitoramento Cobrança, e Recuperação de Crédito, **GPC-** Gabinete de Planeamento e Controlo, **GRI-** Gabinete de Risco, **DBE-** Direcção de Banca Electrónica, **DCO-** Direcção de Contabilidade, **DCR-** Direcção de Crédito, **DGE-** Direcção de Grandes Empresas, **DIB-** Direcção Internacional e Banca de investimentos, **DMK-** Direcção de Marketing, **DMF-** Direcção de Mercados Financeiros, **DOP-** Direcção de Operações, **DPS-** Direcção de Património e Segurança, **DPR-** Direcção Private, **DQO-** Direcção de Qualidade e Organização, **DRC-** Direcção de Rede Comercial, **DRH-** Direcção de Recursos Humanos, **DSI-** Direcção de Sistema de informação, **DJC-** Direcção Jurídica e de Contencioso

Cada Direcção dispõe de um conjunto de funções e atribuições bem definidas, que incluem a própria gestão dos sistemas de gestão da informação relacionados com a sua actividade. As principais decisões correntes de cada Direcção

são sempre tomadas por mais do que uma pessoa (normalmente, o Director e o Administrador do Pelouro).

Para assegurar a coerência entre a estratégia e a gestão corrente, as Direcções elaboram objectivos anuais que são analisados e aprovados pelo Conselho de Administração. As Direcções apresentam ainda um conjunto de relatórios periódicos sistematizados para acompanhamento da sua actividade pela Comissão Executiva.

O Organograma foi revisto em 2015, decorrente de exigências regulamentares e estratégia comercial, tendo esta última implicado a reestruturação da Direcção de Rede Comercial, Direcção de Crédito, Direcção de Operações, Direcção de Banca Electrónica e Direcção Jurídica e de Contencioso, Direcção de Contabilidade, Gabinete Planeamento e Controlo, Gabinete de Monitoramento Cobrança e Recuperação de Crédito.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação com os Accionistas é feita

através da Assembleia Geral, cuja forma de funcionamento se encontra descrita nos artigos 14.º a 22.º dos Estatutos. A Assembleia Geral Ordinária é realizada no final de Março de cada ano.

A comunicação para o mercado em geral é feita através da publicação do Relatório e Contas anual. O Banco também divulga, no seu *website*, a síntese das Contas Trimestrais em forma de balancete conforme disposições do Aviso n.º15/07 do BNA, de 12 de Setembro.

O Conselho de Administração tem uma política de divulgação anual do desempenho do Banco a todos os Colaboradores. A divulgação é feita formalmente através de uma reunião anual com a Direcção Comercial, envolvendo os Gerentes, e de reuniões trimestrais entre a Administração e as Direcções (Conselho de Direcção).

CÓDIGO DE CONDUTA

O Banco dispõe de um Código de Conduta que se aplica a todos os Colaboradores, incluindo a Administração. O mesmo foi actualizado em Janeiro de 2015, face aos novos desafios propostos pelo Banco. A divulgação do Código é permanentemente feita nos encontros com a Administração e todos os novos Colaboradores têm que assinar um termo de compromisso de que leram e entenderam o Código.

O Código é suportado por uma robusta estrutura de ética por parte dos Directores, para fornecerem apoio e facilitar a informação de incidentes. Para demonstrar externamente a elevada importância para o Banco, este Código encontra-se divulgado no *website* (www.bancokeve.ao).

Entre os vários aspectos referidos no Código,

destaca-se o compromisso por parte da Administração de assegurar o rigoroso cumprimento de toda a legislação relacionada com o sector bancário (na qual a legislação cambial e prudencial têm especial preponderância).

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Desporto

O Banco Keve interpreta as acções de Responsabilidade Social como o conjunto de deveres e obrigações da Instituição em relação à Comunidade em que está integrada e aos grupos de interesses específicos que dependem da sua actividade: os Clientes, os Accionistas, os Colaboradores e Investidores. Sentimos que o sucesso do sector bancário depende do desenvolvimento da sociedade e da responsabilidade social como atitude e comportamento empresarial ético e responsável. A ideia é usar-se a política social como um meio eficiente em termos de vida e saúde social, bem como política e economicamente.

O Estado social é um tipo de organização política e económica que faz da instituição um agente de promoção social, mas visa sobretudo tornar a organização produtiva criando, no desenvolvimento económico, contrariando a redistribuição e promovendo parcerias estratégicas com áreas de bens e serviços, e actualizando também os colaboradores sobre o mercado e sua interacção, tendo consciencialização de que a área de RH e Responsabilidade Social é um todo, de todos, para todos.

Acções sociais, do Plano Anual de 2015/16:

“Banco Keve, Solidariedade à medida de quem mais precisa”

DIVULGAR ENDEMIAS E SUA PREVENÇÃO - JULHO 2015

Apoio à Maternidade Lucrécia Paim, com materiais gastáveis em ruptura de *stocks*, homenageado com a presença do então Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Van-Dúnen, congratulado com a Presidência do Banco Keve, que se fez presente em peso.

Divulgar datas memoráveis e comemorativas Clube Desportivo Banco Keve-C.D.B.K.

Responsável pelas actividades desportivas que celebraram o 12.º Aniversário do Banco Keve com equipas de Basquetebol, Xadrez e Futebol de Salão, onde se consagrou campeão o Banco Keve.

Ergonomia: desporto, luta contra o absentismo, promoção da qualidade de vida e bem-estar. Ex: massagens, nutrição educada, etc..

Consciencialização de que a área de RH é um todo, de todos, para todos.

Campanha Interna para um coração saudável-Setembro de 2015.

Campanha de apoio ao Outubro rosa, Fundação Mulher.

CLUBE RECREATIVO DO LIBOLO

Como estratégia de apoiar projectos desportivos de relevo, o Keve tornou-se num dos principais patrocinadores do Clube Recreativo do Libolo.

O Keve patrocina as equipas de futebol e basquetebol, tornando-se, desde então, uma das marcas mais associadas ao Clube.

RAID TT CUANZA SUL

O Raid TT Cuanza Sul existe desde 2005, sendo uma iniciativa anual para a promoção do turismo

angolano. O Keve patrocinou a 8.ª edição do Raid TT Cuanza Sul, na edição de 2015, sob o lema “A caminho das terras do progresso”.

COMITÉ PARALÍMPICO

No âmbito da qualificação de Vice-Campeões Africanos, o Banco Keve apoiou o Futebol com muletas no Campeonato do Mundo que se realizou 29 de Novembro a 8 de Dezembro na Cidade de Culiacán, México.

CLUBE NAVAL DE LUANDA

O Keve patrocinou o Torneio de Pesca do Clube Naval de Luanda, alusivo à comemoração de mais um aniversário.

CULTURA

Show do Mês, segunda Temporada: Patrocinou o Show do mês aproveitando a ocasião para criar um evento na rede social Facebook com a oferta de bilhetes e realizar uma acção de charme com alguns Clientes-empresa.

Expo-Menongue 2015 “Feira Internacional Agropecuária Indústria e Turismo.

Presença no certame da Expo Menongue com um *stand* para atendimento ao Cliente.

Livro Amílcar Cabral: Patrocínio do livro com inclusão do logotipo na contracapa, menção do Banco Keve sempre que possível.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Envio de um grupo de Jornalistas para proceder à cobertura de mais um Campeonato das Nações em Futebol.

EVENTOS

Gala de Beneficência

PASSEATA: Alusiva ao Outubro Rosa, patrocinada exclusivamente pelo Keve com chapéus, camisolas e publicidades que espelharam o apoio do Banco à Fundação Mulher, com a adesão dos seus colaboradores em massa, que se fez sentir também na Gala de Beneficência da Fundação Mulher, e nos despistes grátis de cancro da Mama promovidos pelo LMC.

V FÓRUM BANCA

O tema este ano foi Governança Corporativa em Angola.

Festas da Cidade do Waku Kungo e de São Cristóvão.

CONCURSO MISS CUANDO CUBANGO 2015

O Concurso Miss Cuando Cubango trata-se de uma demonstração de beleza e também de valores sócio-culturais e femininos. A eleita representou a Província no concurso Miss Angola 2015.

Ciclo de Palestras Laborais - Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e luta contra a Sida e o VIH, evitando salas alugadas vazias, bem como a pouca adesão dos colaboradores em horários pós-laborais.

Campanha de Natal em Apoio do Lar Orfanato Horizonte Azul, que culminou com a responsabilidade pessoal de cada colaborador para com sua “Afilhada” no Natal de 2015, preparando o apoio escolar de 2016, em especial a cinco órfãs universitárias finalistas, suprimindo também algumas necessidades do lar feminino, com meninas dos cinco anos até à universidade ou vida prática.

Alerta para a Campanha de Vacinação, em Dezembro de 2015

Pela Direcção de Saúde Pública, início de demarches para tornarmos o Banco Keve e os seus colaboradores em voluntários comprometidos com a vacinação dos mesmos, bem como um Parceiro que veio a apoiar a vacinação, dentro de sua instituição, com equipas médicas da D.P.S.L. com colaboradores voluntários dentro da instituição e em várias artérias da cidade de Luanda.

Celebração da Independência de Angola – 40 Anos (1975-2015)

Angola 40 será um espaço dinamizador e cultural para a promoção da Marca Angola na diáspora, que permitirá apresentar uma vasta gama de artistas e oradores angolanos. “Havemos de voltar” é um evento de quatro dias concebido por um grupo de profissionais criativos residentes em Londres, com apoio da Embaixada de Angola no Reino Unido. O vasto programa irá incluir concertos (inseridos no London Jazz Festival), exposições, *workshops* para crianças e adultos, seminários, amostra cinematográfica, moda e uma feira de artesanato e livros.

FEIRAS

A presença do Keve visa estarmos mais próximos dos nossos Clientes e podermos reforçar que somos um Banco à Medida de cada Cliente, aumentando a notoriedade e, de forma inequívoca, o nosso posicionamento no mercado angolano. Assim privilegiámos três, grandes feiras, a saber:

Participação na FIB - Feira Internacional de Benguela (Maio). Presença com um *Stand* Institucional, com o objectivo de reforçar a marca.

Participação na FIL - Feira Internacional de Luanda (Julho). Presença com um *Stand* Institucional, com o objectivo de continuar a política de reforço da marca.

Expo-Menongue - Feira Internacional de Agropecuária Indústria e Turismo. Presença com um *Stand* Institucional, com o objectivo de reforçar a marca e a Campanha Angola Investe.

ANIVERSÁRIO KEVE

Como acontece todos os anos, o Keve oferece aos seus colaboradores um jantar de comemoração. Em Outubro de 2015, os colaboradores do Keve juntaram-se no Complexo Hoteleiro da Endiama (CHE), em Luanda, para celebrar os 12 anos do Banco.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Comunidade Obra de Maria

O acto visou comemorar a grandiosidade das vivências jubilares do 75.º aniversário da Arquidiocese de Luanda, com presença do Padre Erivaldo Arruda de Melo.



Banco **Keve**

GESTÃO DE RISCO



GESTÃO DE RISCO

As mudanças no ambiente financeiro mundial, tais como a integração entre os mercados por meio do processo de globalização, o surgimento de novas transacções e produtos, o aumento da sofisticação tecnológica e as novas regulamentações tornaram as actividades e os processos financeiros e seus riscos cada vez mais complexos.

Adicionalmente, as lições originadas pelos desastres financeiros contribuíram para a evidenciação da necessidade principal de gestão de riscos na indústria bancária.

Estes factores influenciaram os órgãos reguladores e as instituições financeiras a investirem na gestão dos riscos, visando o fortalecimento da saúde financeira dos bancos e a prevenção contra os efeitos prejudiciais ao sistema financeiro. Seguindo as regulamentações do BNA, e em consonância com a evolução do sector bancário angolano, o Banco adopta as directrizes prudenciais de gestão do risco, visando uma administração eficiente e sustentável dos seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

A gestão de riscos na Instituição é realizada para os riscos considerados relevantes para a Alta Administração (riscos materiais), os quais são tratados e monitorizados por meio de processos específicos. A identificação dos riscos materiais é realizada de maneira recorrente a partir de metodologia interna específica e com a participação do Gabinete de Riscos.

Em linha com a Resolução apresentada nos artigos 10.º e 11.º do Aviso n.º2/2013, de 19 de Abril do BNA, o Banco dispõe de estrutura e políticas institucionais para a gestão dos riscos

aprovadas pela Alta Administração, e os princípios básicos observados na gestão e controlo foram estabelecidos segundo a regulamentação vigente e práticas de mercado. Para uma melhor gestão dos riscos, continuamos a apostar no desenvolvimento de Modelos de Gestão de Risco, apoiados em dois principais factores críticos de sucesso de um Banco - a Prudência e o Equilíbrio na Gestão de Riscos - criando uma unidade orgânica de gestão de riscos separada e independente de toda a área de operações, comercial e/ou de negócios, permitindo às áreas de negócio e tomadoras de riscos:

- Agressividade comercial; e, por outro lado,
- Ao Gabinete de Risco, prudência na gestão do balanço e na solidez do Banco.

Os nossos objectivos são alcançados com a autonomia das unidades geradoras de risco no exercício das suas actividades e a supervisão do Gabinete de Risco, dotado de poder deliberatório, que consiste na definição de tectos operacionais e de exposição aos vários riscos.

A abordagem na gestão de riscos é suportada por:

- Uma Política Global de Risco, que define as linhas gerais de actuação nessa matéria, tais como *Risk Governance*, *Apetência pelo Risco*, *Perfil de Risco*, *Processo de Decisão*, etc.;
- Políticas individuais de riscos tais como: Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, entre outros, estruturadas com a definição do Risco Principal, sub-riscos, identificação dos *Risk Drivers*, medidas de controlo e monitorização, respostas aos riscos;

- Modelos quantitativos de avaliação da exposição aos riscos, numa óptica de probabilidade de ocorrência e seus impactos, permitindo uma transição suave entre os modelos de risco tradicionais para uma gestão de risco global.

Alinhado com essa perspectiva, o Banco definiu os principais riscos a que está exposto e estabeleceu áreas específicas para o seu acompanhamento e gestão. As principais categorias são: Risco de Crédito, Risco de Estratégia, Risco de Liquidez, Risco de Mercado (Risco de Taxa de Juro, Risco de Taxa de Câmbio), Risco Operacional (Risco de *Compliance*, Risco de Sistemas de Informação), Risco de Reputação, entre outros. Como corolário, resulta num largo espectro de modelos de risco, diferenciados entre si e dentro de cada um dos principais riscos, partilhando dos conceitos de *Risk-Based Capital* e *Value at Risk* como conceitos fundamentais à visão de modelos de risco, controlos e regulamentação subjacentes aos riscos em geral.

Com essa filosofia operacional, o conjunto de modelos e instrumentos que fazem a ligação entre as questões de gestão de risco de negócios com a visão financeira sobre os riscos e rentabilidade, providenciam os necessários *inputs* de melhoria do processo de risco para, finalmente, fechar o gap entre os modelos de riscos e a gestão dos processos.

O âmbito de gestão dos riscos da Instituição alcança uma visão ampla, permitindo que os riscos inerentes à actividade sejam devidamente identificados, mensurados (através de modelos matemáticos e estatísticos, baseados nas melhores práticas bancárias internacionais), mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das actividades da Instituição como um todo.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

A Política de Gestão do Risco do Banco tem um perfil conservador, de forma a salvaguardar a solvabilidade e a sustentabilidade da Instituição no longo-prazo e pretende seguir as práticas comumente aceites no que respeita à gestão do risco, incluindo as recomendações de órgãos reguladores.

Esta política assenta no seguinte conjunto de princípios estruturais:

- **Conservadorismo:** é objectivo do Banco gerir de forma adequada e prudente o portefólio de riscos a que está exposto, assumindo pressupostos mais severos por forma a garantir que o capital alocado a cada um dos riscos é suficiente para suportar perdas provocadas por cenários bastante adversos, preservando assim o capital e o valor financeiro do Banco;

- **Independência:** a avaliação e monitorização do nível de exposição ao risco devem ser efectuadas por uma estrutura organizacional independente das estruturas organizacionais do Banco que assumem riscos, embora estas também os devam avaliar e monitorizar, no âmbito das suas atribuições e competências;

- **Revisão:** tendo em conta que o ambiente em que o Banco opera sofre mudanças constantes, a Política de Gestão do Risco deve ser periodicamente revista para se adaptar a novas características e para incorporar nova informação ou metodologias, quer por imposição das entidades de supervisão, quer pelos objectivos de melhoria sistemáticos da Instituição;

- **Cooperação:** o objectivo final da gestão de risco é de criar condições que melhorem a capacidade de tomada de decisão das várias unidades de

estrutura do Banco, com vista a minimizar o impacto de eventos adversos nos seus resultados. Neste sentido, todas as Direcções e Gabinetes devem colaborar neste processo;

- **Integração:** a gestão do risco deve estar integrada na actividade diária do Banco, bem como no planeamento dos seus objectivos e da sua estratégia.

CICLO DE GESTÃO DO RISCO

O ciclo de gestão dos riscos do Banco é composto pelas quatro fases representadas no diagrama que se segue:



1. Identificação

A fase da identificação engloba o levantamento dos riscos existentes ou de novos riscos a que a Instituição está sujeita. Neste sentido, é necessário que exista informação quantitativa e qualitativa das diversas áreas do Banco que seja suficiente, fiável, adequada e actualizada.

2. Avaliação

Após a identificação dos riscos, é necessário quantificá-los, por forma a avaliá-los e aferir quanto ao risco global incorrido pelo Banco.

Neste sentido, a avaliação dos riscos deve ser completa, cobrindo todas as fontes e factores de risco significativos, e as metodologias associadas devem ser consistentes entre as diferentes áreas.

3. Monitorização e controlo

A gestão do risco é um processo contínuo, devendo ser efectuada uma constante monitorização e controlo de todos os riscos, com especial enfoque nos considerados mais relevantes pelas avaliações efectuadas.

Em termos operacionais, é necessário garantir a existência de sistemas de informação com regras inibidoras de acessos indevidos e de meios de prestação de informação automáticos, definir e implementar processos de recolha de dados fiáveis e tempestivos e de processos de verificação e reconciliação periódica entre a informação produzida internamente e a proveniente de entidades externas, e entre a informação em óptica contabilística e operacional ou de gestão.

4. Reporte

No sentido de assegurar que a informação respeitante aos riscos incorridos e aos processos e actividades desenvolvidos para a sua monitorização e controlo é divulgada de forma adequada pelas unidades de estrutura do Banco e por todas as partes interessadas (*stakeholders*), a fase de reporte no ciclo de gestão do risco respeita a dois tipos de prestação de informação que é necessário efectuar, reporte interno e reporte externo.

O reporte externo obedece a requisitos regulamentares, sendo comunicada periodicamente a entidades externas informação sobre a exposição do Banco a determinados tipos de risco.

MODELO ORGANIZACIONAL

A gestão e controlo do risco são efectuados de acordo com as estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração. Apesar dos riscos serem assumidos pela totalidade da estrutura organizacional do Banco, é responsabilidade do Gabinete de Gestão do Risco (GGR) efectuar a identificação, avaliação, monitorização e reporte de parte significativa do portfólio de riscos a que o Banco está sujeito. Não obstante, a responsabilidade última pela gestão de riscos é do Conselho de Administração, que porá ao dispor das várias áreas do Banco os recursos humanos e materiais para uma adequada gestão dos riscos, de acordo com os seus objectivos e estratégia.

A gestão do risco é assegurada através de três linhas de defesa ao nível da sua estrutura organizacional:

- **Primeira linha de defesa:** direcções de negócio – gerem o risco associado às suas actividades de acordo com regras e limites pré-definidos na estratégia, políticas e manuais internos;
- **Segunda linha de defesa:** funções de gestão do risco e *compliance* – unidades responsáveis pelas actividades de suporte que asseguram a monitorização e controlo do risco, e que controlam o cumprimento das obrigações legais e das políticas e directrizes internas;
- **Terceira linha de defesa:** função de auditoria interna – responsável pelas revisões independentes, monitorização, testes de eficácia e eficiência, testes de conformidade com as políticas e procedimentos de risco, reportando posteriormente os resultados, assegurando a avaliação regular da efectividade da estrutura de gestão do risco;

• **Conselho de Administração:** estabelece a apetência pelo risco e a estratégia, e aprova o enquadramento, as metodologias, as políticas, os processos e as responsabilidades relativos à gestão do risco;

• **Conselho Fiscal:** fiscaliza a administração da Instituição, assegurando, entre outros, a fiabilidade dos registos contabilísticos.

O esquema funcional destas linhas de defesa apresenta-se da seguinte forma:



O modelo é caracterizado ainda pela existência de três linhas de defesa efectivas na Gestão e Controlo dos Riscos, o que ajuda a promover uma melhoria significativa na comunicação e controlo e gestão dos riscos, clarificando regras e responsabilidades essenciais nesse intuito e garantindo um acompanhamento contínuo das iniciativas de gestão do risco.

1ª Linha - Direcções de negócio (áreas tomadoras do risco);

2ª Linha - Gabinetes de Gestão do Risco e o de Compliance;

3ª Linha - Auditoria Interna.

MODELOS DE GESTÃO DE RISCO

Os modelos de riscos têm duas grandes contribuições, nomeadamente a Medição dos Riscos e a Relação dessas medidas com os controlos de gestão sobre os riscos. A visão na gestão dos riscos endereça ambas as questões, incorporando as especificidades de cada um dos grandes riscos enfrentados pelo Banco, nomeadamente Risco de Crédito, Risco de Estratégia, Risco de Liquidez, Risco de Mercado (Risco de Taxa de Juro, Risco de Taxa de Câmbio), Risco Operacional (Risco de *Compliance*, Risco de Sistemas de Informação), Risco de Reputação, entre outros. Como corolário, resulta num largo espectro de modelos de risco, diferenciados entre si e dentro de cada um dos principais riscos, partilhando dos conceitos de *Risk-Based Capital* e *Value at Risk*, como conceitos fundamentais da visão de Modelos de Risco, controlos e regulamentação subjacentes aos riscos em geral.

Com essa filosofia operacional, o conjunto de modelos e instrumentos que fazem a ligação entre as questões de gestão de risco de negócios com a visão financeira sobre os riscos e rentabilidade, providenciam os necessários *inputs* de melhoria do processo de risco para finalmente fechar o *gap* entre os Modelos de Riscos e a Gestão dos Processos.

O âmbito de gestão dos riscos da Instituição alcança uma visão ampla, permitindo que os riscos inerentes à actividade sejam devidamente identificados, mensurados (através de modelos matemáticos e estatísticos, baseados nas melhores práticas bancárias internacionais), mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das actividades da Instituição como um todo.

PROGRESSOS ALCANÇADOS EM 2015

Continua abordagem conservadora e prudente no que toca à apetência para o risco e controlos implementados para definição do perfil de risco de todos os novos negócios, alinhados com a visão estratégica.

Desenvolvimento e aprimoramento da visão sobre a Gestão de Riscos, culminando com o desenvolvimento de mecanismos diversos, que permitiram garantir o alcance dos melhores resultados para os Clientes, alinhados com o Plano Estratégico da Instituição.

PRIORIDADES PARA 2016

Continuar a executar a nossa missão de apoiar o crescimento sustentável da instituição, através de:

- Recursos Humanos:** Atrair, reter e desenvolver quadros de alta qualidade e *performance*;
- Estratégia:** Suportar a implementação do Plano Estratégico do Banco dentro do nível de apetência para o risco definido;
- Infra-estrutura de Risco:** Investimento contínuo no desenvolvimento do nosso Sistema de Gestão de Riscos;
- Cultura de Risco:** Construir e alavancar a nossa cultura de risco como factor estratégico diferenciador;

Concluir os nossos modelos quantitativos de:

- Modelos *Scoring* de Aceitação e Comportamental;
- Modelos de *Stress Test*;
- Elaboração dos Modelos Internos de *Rating* das Carteiras de Crédito (Empresas e Particulares);

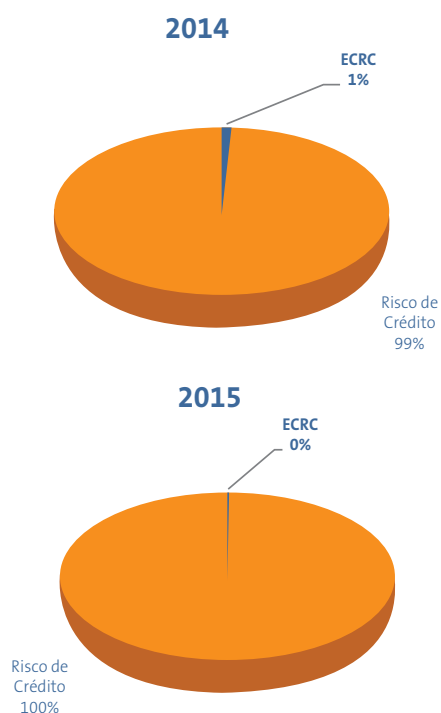
ADEQUAÇÃO DE CAPITALS

Os Fundos Próprios Regulamentares (FPR) são constituídos por fundos próprios de base (maior qualidade) e complementares (menor qualidade), deduzidos de elementos negativos dos mesmos. As bases de cálculo encontram-se explicadas no enquadramento regulamentar, no quadro dos principais limites e rácios prudenciais em vigor em 31 de Dezembro de 2015.

Milhões AOA, excepto %	Dez/14		Dez/15	
	Total de activos	APR	Total de activos	APR
Activos Ponderados pelo Risco				
Com factor 0%	34.546	0	50.863	0
Com factor 20%	23.087	4.617	3.418	684
Com factor 30%	6.700	2.010	9.621	2.886
Com factor 50%	2.367	1.184	214	107
Com factor 60%	80	48	119	72
Com factor 100%	58.365	58.365	70.837	70.837
Com factor 130%	8.146	10.590	9.331	12.130
Risco de Crédito	133.291	76.814	144.402	86.715
Exigência de Capital para Risco Cambial		709,3		69,5
Fundos Próprios Regulamentares				
Base		10.970		11.651
Complementares		2.116		2.785
		13.086		14.436
Rácio de Solvabilidade				
Nível I c/(a+b)		12,90%		13,40%
Nível II d/(a+b)		2,70%		3,20%

Nesta data, o valor dos FPR foi de mAOA 14.436, representando um aumento de mAOA 1,4 decorrente do aumento das Outras Reservas.

REPARTIÇÃO DOS RISOS DO RSR (DENOMINADOR)



RISCOS DE MERCADO

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juro, das paridades cambiais, dos preços de acções e *commodities*.

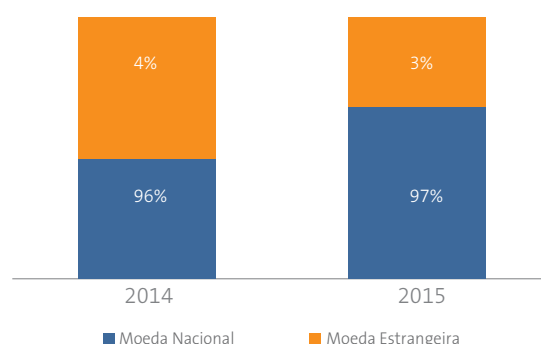
É objetivo do controlo de risco de mercado apoiar a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas para avaliação e controlo dos riscos de mercado, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetência pelo risco definidos pela Alta Administração.

O risco da taxa de juro é acompanhado mensalmente com base em informação

estatística. O risco cambial é acompanhado diariamente com base num relatório contendo as exposições, assim como os limites regulamentares. O balanço por moeda é apresentado na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

Relativamente ao risco cambial, e à semelhança do ano anterior, parte da carteira de crédito em moeda estrangeira foi convertida para moeda nacional, após concluídas negociações com os clientes, tendo em vista o cumprimento dos limites de exposição cambial (ver limites no capítulo do Enquadramento Regulamentar).

CRÉDITO POR MOEDA



O Banco aplica uma metodologia de testes de resistência (*stress tests*) para os riscos de câmbio de taxa de juro. São estabelecidas as tendências e probabilidade de ocorrência dos cenários de alteração destas variáveis. Sobre o caso-base, são desenvolvidos três cenários para cada variável. O impacto das alterações é medido sobre a exposição cambial, fundos próprios regulamentares, margem financeira, resultados em operações cambiais e resultados antes de impostos.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a possibilidade

de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objectivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Banco.

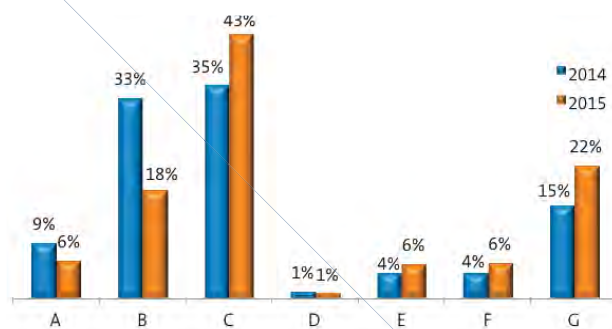
O Banco procede à classificação de risco (*rating*) interno baseado na análise do cliente, operação e garantias, assim como à sua revisão mensal, em função do número de dias de atraso e, periodicamente, em função de uma nova análise do risco.

As políticas contabilísticas relativas a crédito encontram-se explicadas na nota n.º 2 às demonstrações financeiras.

O regulamento de crédito e de recuperação de crédito foram revistos mais uma vez, tendo em vista o seu aperfeiçoamento técnico.

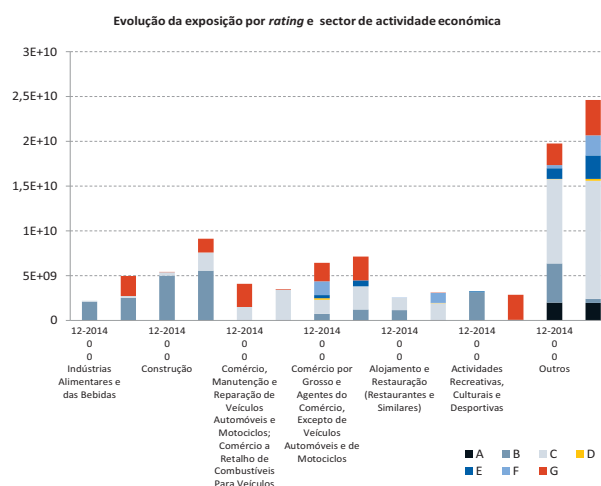
O Banco dispõe de um modelo de definição do preço (*pricing*), que procura incluir todos os custos e encargos gerais. Estes incluem não só o custo do capital, mas também o custo da subscrição do crédito, os custos de gestão, bem como os prémios de risco de crédito. O modelo existente será sujeito a aperfeiçoamento, por forma a continuarmos com a filosofia vanguardista sobre as alterações do nosso nicho de mercado.

A classificação e evolução do risco de crédito em 2015 são resumidas da seguinte forma:



Em 2015, o nível de risco que representou maior peso na Carteira de Crédito foi o Nível C, com um peso de 43%.

A carteira de crédito a clientes do Banco Keve apresenta, no período em análise, um nível de risco moderado, considerando que cerca de 68% da exposição total corresponde a clientes situados entre os níveis de risco A (nulo) e C (reduzido), menos 12% quando comparado com o período homólogo. Adicionalmente, a mesma encontra-se concentrada nos níveis de risco B (muito reduzido) e C (reduzido), representando, em Dezembro de 2014, cerca de 33% e, face, ao período actual cerca de 18%, respectivamente. O nível de risco G (perda) tem alguma relevância sobre o total da exposição, cerca de 22%, reflectindo um dos principais *targets* para o novo exercício económico. O Banco Keve continua a apresentar uma carteira bastante diversificada ao nível de sectores de actividade económica.



Do gráfico podemos verificar que o sector de actividade com menor risco de perda, nível G, é o de Comércio, Manutenção e Reparação, cenário diferente quando comparado com o período homólogo, resultado das acções de monitoramento empregues no ano transacto.

No entanto, os sectores mais seguros, tendo em conta os níveis de risco que apresentam, i.e, nomeadamente nível B (muito reduzido) e C (reduzido), são Construção, Comércio, Manutenção e Reparação, bem como o de Alojamento e Restauração.

A carteira do Banco Keve encontra-se distribuída de forma estável face ao ano anterior, pese embora os sectores de Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas, de Indústrias Alimentares e das Bebidas, bem como os “Outros”, apresentem um comportamento menos favorável.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez é definido como:

a) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de

garantias, sem afectar as suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

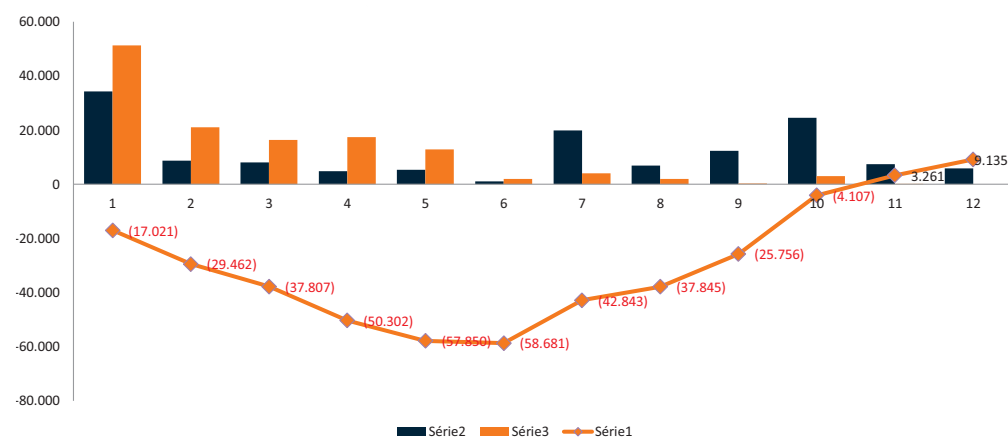
b) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A gestão do risco de liquidez visa organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez da instituição, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetência pelos riscos estabelecidos pela Alta Administração.

O Banco Keve tem como principal modelo de análise: o *gap* de liquidez alargado com *back up liquidity* ou *gap* de liquidez de contingência - considera os mesmos pressupostos do *gap* de liquidez alargado, mas adiciona a componente relativa a obtenção de *funding* com a colateralização de títulos disponíveis em carteira.

Em Dezembro 2015, o Banco Keve apresentava um *gap* de liquidez acumulado sobre os Activos Líquidos com Disponibilidades Adicionais positivo

GAP LIQUIDEZ DE CONTINGÊNCIA



a partir do quarto mês. Face a concentração de passivos no muito curto prazo, assumindo uma postura mais conservadora, o *gap* de liquidez acumulado é negativo até ao horizonte temporal mais longo. É política do Banco manter um rácio de transformação dos depósitos em crédito em níveis compatíveis com a estrutura dos depósitos, sendo que o Banco Keve apresenta um rácio de Transformação de 65,77%, estando ligeiramente acima da média do valor de referência (60%) do sistema financeiro angolano.

O acompanhamento e análise do risco de liquidez são feitos pelo Comité de Gestão Diária da Liquidez. Este Comité inclui os responsáveis pela banca comercial, crédito, operações e financeira, sendo este coordenado por um administrador. As reuniões têm uma duração limitada, a informação é pré-definida e distribuída antecipadamente, e as decisões são reflectidas numa acta que é distribuída a nível central pelos membros, principais colaboradores e administração.

Para suporte da tomada de decisões, é previamente distribuída informação pré-definida. A informação inclui, entre outros, um relatório diário contendo todas as operações, posições de liquidez actuais e projecções até cinco dias, o balanço e a demonstração dos resultados

diária do Banco. Por forma a concretizar este objectivo, o Banco tem vindo a negociar linhas de financiamento a médio e longo prazo com instituições financeiras, essencialmente no exterior. Numa análise da distribuição da carteira de crédito por Código da Actividade Económica (CAE), verifica-se que o sector que teve maior peso na carteira de crédito, nos dois últimos anos, foi o dos Serviços (36,1% em 2014 e 33,7% em 2015), seguido da Construção Civil em 2015 e do Comércio em 2014.

RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional representa a possibilidade de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhas, ou de eventos externos.

No que diz respeito aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas, são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis.

A conformidade com as leis é assegurada através de um acompanhamento permanente, directamente por parte do Conselho de Administração e, sempre que necessário, com o apoio especializado externo, de todo o quadro legal a que o Banco deve obedecer. Por outro lado, o Banco participa activamente na Associação Angolana de Bancos (ABANC), pelo que a sua presença neste grupo permite que as direcções do Banco estejam permanentemente informadas sobre as matérias em discussão, assim como antecipar a preparação da entrada em vigor das normas. Neste âmbito, são sempre feitos estudos sobre os impactos das alterações regulamentares no Banco.

REPARTIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

Sector de Actividade	2014		2015	
	Montante	%	Montante	%
Agricultura	22,3	4,80%	26,1	5,90%
Agro-pecuária	0	0,00%	0,2	0,00%
Comércio	78,6	17,10%	62,3	14,10%
Construção Civil	29,9	6,50%	63,3	14,40%
Desporto	29,8	6,50%	20,3	4,60%
Educação	8,8	1,90%	5,8	1,30%
Hotelaria & Turismo	32,1	7,00%	22,7	5,10%
Imobiliária	26,2	5,70%	21,3	4,80%
Indústria Transformadora	18,9	4,10%	34,8	7,90%
Particular	37,8	8,20%	34,3	7,80%
Pescas	7,7	1,70%	0,2	0,00%
Saúde	1,8	0,40%	1,2	0,30%
Serviços	166,1	36,10%	148,4	33,70%
Valores em Milhões de USD	459,9	100,00%	440,9	100,00%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2015 E DE 2014





**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2015
E DE 2014**
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (MAOA)

	Notas	2015 mAOA	2014 mAOA	Variação	
				Real	%
ACTIVO					
DISPONIBILIDADES	3	24.959.885	19.586.031	5.373.854	27,40%
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ	4	7.395.107	30.774.089	23.378.983	-76,00%
Operações no Mercado Monetário Interbancário		6.894.252	24.937.455	18.043.203	-72,40%
Operações Compra Títulos Terceiros c/Acordo Revenda		500.854	5.836.634	-5.335.780	-91,40%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	30.583.412	11.072.596	19.510.815	176,20%
Mantidos para Negociação		6.652.900	6.711.325	-58.426	-0,90%
Mantidos até ao Vencimento		23.930.512	4.361.271	19.569.241	448,70%
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	6	185.786	45.323	140.463	309,90%
OPERAÇÕES CAMBIAIS		5.356	5.356	0	0,00%
CRÉDITOS	7	58.600.633	46.782.559	11.818.074	25,30%
Créditos		60.497.231	48.019.453	12.477.778	26,00%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-1.896.598	-1.236.894	-659.704	53,30%
OUTROS VALORES		3.427.152	3.411.117	16.035	0,50%
Outros Valores de Natureza Fiscal	8	148.982	37.912	111.070	293,00%
Outros Valores de Natureza Cível	9	2.206.567	1.787.885	418.682	23,40%
Outros Valores de Natureza Administrativa	10	1.011.064	1.585.320	-574.256	-36,20%
Bens não de Uso Próprio	11	60.539	0	60.539	0,00%
IMOBILIZAÇÕES		5.619.265	5.681.455	-62.189	-1,10%
Imobilizações Financeiras	12	118.076	118.076	0	0,00%
Imobilizações Corpóreas	13	5.122.184	4.968.127	154.057	3,10%
Imobilizações Incorpóreas	14	379.005	595.252	-216.246	-36,30%
		130.776.596	117.358.528	13.418.069	11,40%
PASSIVO					
DEPÓSITOS	15	96.997.489	99.052.423	-2.054.934	-2,10%
À Ordem		74.196.539	76.162.721	-1.966.182	-2,60%
A Prazo		22.800.950	22.889.702	-88.752	-0,40%
CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ		65.577	1.408	64.171	4559,10%
Operações no Mercado Monetário Interbancário		0	0	0	0
Operação Venda Títulos Próprios c/ Acordo Recompra		65.579	1.408	64.171	4559,10%
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	16	786.344	583.093	203.251	34,90%
OPERAÇÕES CAMBIAIS	17	13.451.356	78.098	13.373.258	17123,80%
OUTRAS CAPTAÇÕES	18	3.950.218	3.543.087	407.130	11,50%
Dívidas Subordinadas		2.784.858	2.116.349	668.509	31,60%
Outras Captações Contratadas		1.165.360	1.426.738	-261.378	-18,30%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	19	1.616.078	1.219.083	396.995	32,60%
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.239.701	912.101	327.600	35,90%
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		376.377	306.982	69.396	22,60%
PROVISÕES P/ RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	20	1.761.576	1.198.094	563.482	47,00%
		118.628.638	105.675.285	12.953.354	12,30%
FUNDOS PRÓPRIOS	21				
Capital		4.000.000	4.000.000	0	0,00%
Reservas e Fundos		7.181.992	5.779.388	1.402.604	24,30%
Resultados Potenciais		36.876	36.876	0	0,00%
Resultados Transitados		107.593	138.444	-30.852	-22,30%
Resultado Líquido do Exercício		821.497	1.728.534	-907.037	-52,50%
		12.147.958	11.683.242	464.715	4,00%
		130.776.596	117.358.528	13.418.068	11,40%

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (MAOA)

	Notas	2015 mAOA	2014 mAOA	Variação Real	%
Milhares AOA					
Margem Financeira Estrita	22	6.509.725	5.290.345	1.219.380	23,00%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		7.744.871	6.766.751	978.120	14%
Proveitos de Aplicações de Liquidez		334.636	791.125	-456.489	-58%
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		1.236.664	530.434	706.230	133%
Proveitos de Créditos		6.173.572	5.445.193	728.379	13%
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		1.235.146	1.476.406	-241.260	-16%
Custos de Depósitos		914.777	1.211.126	-296.349	-24%
Custos de Captação para Liquidez		23.610	28.658	-5.048	-18%
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários		0	1	-1	-100%
Custos de Outras Captações		296.759	236.621	60.138	25%
Resultado de Negociação e Ajuste ao Valor Justo	23	1.853.735	228.151	1.625.584	713%
Resultados em Operações Câmbiais	24	1.834.186	1.695.806	138.380	8%
Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	25	2.439.675	2.202.154	237.521	11%
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	26	3.050.896	2.021.566	1.029.330	51%
Resultado de Intermediação Financeira		9.586.425	7.394.890	2.191.535	30%
(-) Custos Administrativos e de Comercialização		8.245.186	6.021.529	2.223.657	37%
Pessoal	27	2.957.584	2.251.188	706.396	31%
Fornecimentos de Terceiros	28	3.293.348	2.881.159	381.633	13%
Impostos e Taxas não Incidentes s/ Resultado		149.696	53.754	95.942	178%
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		4.177	6.557	-2.380	-36%
Outros Administrativos e de Comercialização	29	1.081.943	21.054	1.091.445	5184%
Depreciações e Amortizações	30	758.439	807.817	-49.379	-6%
(-) Provisões s/ Outros Valores e Responsabilidade Prováveis	31	145.951	299.874	-153.923	-51%
Outros Proveitos e Custos Operacionais	32	1.247.939	590.217	657.722	111%
Resultados de Imobilizações Financeiras		0	1.032	-1.032	-100%
Resultado Operacional		2.443.227	1.664.737	778.490	47%
Resultado não Operacional	33	-1.254.070	489.534	-1.743.604	-356%
Resultado Antes dos Impostos e Outros Encargos		1.189.157	2.154.271	-965.114	-45%
(-) Encargos sobre o Resultado Corrente	34	367.660	425.737	-58.077	-14%
Resultado Corrente Líquido		821.497	1.728.534	-907.037	-52%
Resultado do Exercício		821.497	1.728.534	-907.037	-52%
N.º de Acções		5.000.000	5.000.000	0	0,00%
Resultado por Acção (mAOA)		0,164	0,346	-0,181	-53%

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (MAOA)

	2015 mAOA	2014 mAOA
Fluxo de Caixa da Margem Financeira	6.509.725	23.927.369
Recebimentos Proveitos Instrumentos Financeiros Activos	7.744.871	25.765.981
Recebimentos Proveitos Aplicações Liquidez	334.636	23.502.178
Recebimentos Proveitos Títulos e Valores Mobiliários	1.236.664	378.588
Recebimentos Proveitos Crédito	6.173.572	1.885.216
(-)Pagamentos Custos Instrumentos Financeiros Passivos	-1.235.146	-1.838.612
Pagamentos Custos Depósitos	-914.777	-1.816.830
Pagamentos Custos Captações p/ Liquidez	-23.610	-755
Pagamentos Custos Outras Captações	-296.759	-21.028
Fluxo Caixa Resultados Negociação Ajustes Valor Justo	1.853.735	0
Fluxo Caixa Resultados Operações Cambiais	1.834.186	0
Fluxo Caixa Resultados Prestação Serviços Financeiros	2.439.675	1.131.598
Fluxo Caixa Operacional Intermediação Financeira	12.637.321	25.058.966
Recebimentos e Pagamentos Outros Proveitos e Custos Operacionais	-5.863.603	60.248.819
Fluxo Caixa Liquidação Operações Sistema Pagamentos	7.066	61.981.133
Fluxo Caixa Outros Valores e Outras Obrigações	1.616.078	0
Fluxo Caixa das Operações	6.773.718	85.307.785
Fluxo Caixa Investimentos Intermediação Financeira	96.584.508	123.704.645
Fluxo Caixa Investimentos Aplicações Liquidez	7.395.107	4.619.214
Fluxo Caixa Investimento Título Valor Mobiliário Activos	30.583.412	1.398.318
Fluxo Caixa Investimentos Operações Cambiais	5.356	107.444.684
Fluxo Caixa Investimentos Créditos	58.600.633	10.242.428
Fluxo Caixa Investimentos Outros Valores	3.427.152	0
Fluxo Caixa Imobilizações	6.873.336	0
Fluxo Caixa Investimentos Imobilizações	5.619.266	0
Fluxo Caixa Outros Ganhos/Perdas Não Operacionais	1.254.070	0
Fluxo Caixa Investimentos	106.884.996	123.704.645
Fluxo Caixa Financiamento Intermediação Financeira	-106.564.206	-210.310.225
Fluxo Caixa Financiamento Depósitos	-96.997.489	-74.526.174
Fluxo Caixa Financiamento Captações Liquidez	-65.579	-24.698.035
Fluxo Caixa Financiamento Captações Título Valor Imobiliário	0	-278.926
Fluxo Caixa Financiamento Operações Cambiais	-13.451.356	-110.807.090
Fluxo Caixa Financiamento Outras Captações	3.950.217	0
Fluxo Caixa Financiamentos Outras Obrigações	1.616.078	0
Fluxo Caixa Financiamentos	-104.948.128	-210.310.225
SALDO EM DISPONIBILIDADE NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	19.586.031	18.607.306
SALDO EM DISPONIBILIDADE NO FINAL DO EXERCÍCIO	24.959.885	19.586.031
VARIAÇÃO CAMBIAL	0	0
VARIAÇÃO EM DISPONIBILIDADE	5.373.854	978.725

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (MAOA)

	Capital Social	Reservas	Resultados Potenciais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	4.000.000	4.475.668	36.876	138.444	1.303.720	9.954.708
Aplicação do Resultado de 2013	0	1.303.720	0	0	-1.303.720	0
Resultado do Exercício	0	0	0	0	1.728.534	1.728.534
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	4.000.000	5.779.388	36.876	138.444	1.728.534	11.683.242
Aplicação do Resultado de 2014	0	1.402.604	0	-30.852	-1.402.604	-30.852
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	-325.930	-325.930
Resultado do Exercício	0	0	0	0	821.497	821.497
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.000.000	7.181.992	36.876	107.592	821.497	12.147.958

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras.

1. ACTIVIDADE

O Banco Regional do Keve, S. A. é um Banco de capitais privados com sede no Sumbe, Cuanza Sul. Foi constituído em 19 de Setembro de 2003. A actividade comercial foi iniciada no dia 1 de Outubro de 2003. Por escritura pública de Dezembro de 2007, o Banco adoptou a abreviatura comercial «Banco Keve».

O objecto da Sociedade é o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Banco foi constituído com um capital de mAOA 456.000 (equivalente ao contravalor de USD 5.700.000), representado por 570.000 acções nominativas de AOA 800 cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 2006, o Banco registou um aumento do capital para mAOA 800.000 (equivalente a USD 10.000.000) sendo a importância do aumento de mAOA 344.000, integralmente realizados em dinheiro, passando a estar representado por 1.000.000 acções nominativas de AOA 800 cada.

Em 2007, o Banco registou um aumento de capital para mAOA 4.000.000 (equivalente a USD 50.000.000) sendo mAOA 2.400.000 por entrada em numerário e mAOA 800.000 por incorporação de reservas, passando a estar representado por 5.000.000 acções nominativas de AOA 800 cada.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as políticas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF), conforme definido no Instrutivo n.º 09/07, de 19 de Setembro, do BNA e actualizações subsequentes.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas ("mAOA"), conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os câmbios do kwanza (AOA) face ao dólar dos Estados Unidos (USD) e ao euro (EUR) eram os seguintes:

	2014	2015
1 USD	102,863	135,315
1 EUR	125,195	147,832

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para kwanzas com base na taxa de referência publicada pelo BNA. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem na rubrica de “Resultados de Operações Cambiais”.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação é como se segue:

- **Notas e moedas estrangeiras** - As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nas taxas de referência do BNA. As diferenças são registadas como custos ou proveitos do exercício.

- **Posição cambial à vista** - A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido

dos activos e passivos dessa moeda. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa média de referência do BNA, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (contravalor em moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

- **Posição cambial a prazo** - A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os valores em kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em kwanzas à taxa contratada representa o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registada em contas de proveitos ou custos em diferenças de reavaliação da posição cambial a prazo, por contrapartida de uma conta de especialização de reavaliação da posição cambial a prazo.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. O Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- **Títulos para negociação** - Os adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado,

considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida do resultado do período;

- **Títulos disponíveis para venda** - Os adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados, ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida da conta específica de fundos próprios, devendo ser transferidos para o resultado do período somente no momento da sua venda definitiva;

- **Títulos mantidos até ao vencimento** - Os adquiridos para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até ao vencimento, devendo ser registados pelo custo de aquisição, reconhecendo-se eventuais lucros ou prejuízos em contrapartida de resultados do período, incluindo os decorrentes da actualização cambial. No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até ao vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até ao vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários relativos a juros corridos durante o prazo até ao vencimento ou dividendos

declarados devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os títulos e valores mobiliários são classificados em ordem crescente de riscos, observados os mesmos critérios definidos nas normas de crédito descritas na alínea f) da nota 2. O Banco classifica os títulos de dívida do Estado angolano e do BNA no Nível A.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, e tendo em conta que a carteira era apenas composta por títulos públicos, o Banco considerou para a valorização dos seus títulos o valor de mercado com base nos preços divulgados pelo BNA.

Os títulos entregues por terceiros que se encontram sob custódia do Banco são registados pelo valor nominal em conta extra-patrimonial e observam os critérios de inventário geral obrigatório. São reavaliados diariamente ao câmbio de compra do BNA.

TRANSFERÊNCIA DE TÍTULOS ENTRE CATEGORIAS

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos por parte da Comissão Executiva.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

1) Na hipótese de transferência da categoria de “títulos para negociação” para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado, decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

2) Na hipótese de transferência da categoria “títulos disponíveis para venda”, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:

i. Imediatamente, quando a transferência for para a categoria de “títulos para negociação”;

ii. Em função do prazo remanescente até ao vencimento, quando a transferência se fizer para a categoria de “títulos mantidos até ao vencimento”;

3) Na hipótese de transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:

i. Imediatamente no resultado do período, quando convertidos para a categoria de “títulos para negociação”;

ii. Como componente destacada nos fundos próprios, quando convertidos para a categoria “títulos disponíveis para a venda”.

d) Crédito

Os créditos são activos financeiros e devem ser registados pelos valores contratados, quando originados na própria instituição financeira, ou pelos valores pagos, quando adquiridos de outros, com as respectivas actualizações previstas nos contratos. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Não é permitido o reconhecimento no resultado do período dos proveitos de qualquer natureza relativos aos créditos que apresentem atraso superior a 60 dias, no pagamento da parcela do capital ou juros.

Os créditos são subsequentemente registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avals prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso n.º4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso n.º3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Microcrédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

O Banco adoptou uma política de Renegociação, Recuperação e Cessão dos Direitos de Crédito, de acordo com o Aviso n.º03/2012 de 28 de Março, do BNA. Para o efeito, procedeu-se à negociação de garantias suplementares, avaliação das fontes primárias e secundárias de reembolso, avaliação do risco de crédito e mediante dação de bens e/ou pagamentos em espécie.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas, incluindo as garantias e avals prestados e os créditos documentários) em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas de

acordo com o Regulamento de Crédito, atendidas as normas estabelecidas pelo Aviso n.º3/2012, de 28 de Março, do BNA, entre as quais se destacam as provisões que são constituídas a partir da concessão do crédito, incluindo as garantias e avals prestados e os créditos documentários, e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver. O seu cálculo tem por base a classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e da operação e não apenas aquando da ocorrência de atrasos no pagamento da prestação de capital ou juros:

Conforme o quadro abaixo, para os créditos concedidos com prazo inferior ou igual a 24 meses, deverão ser considerados em dobro os prazos definidos para efeito da atribuição da classe de risco.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

OPERAÇÕES COM PRAZO INFERIOR OU IGUAL A 24 MESES

Risco	Nível de Risco	Dias de Atraso	Provisão Mínima a ser Constituída
Nulo	A	Até 15 dias	0%
Muito reduzido	B	15 a 30	1%
Reduzido	C	30 a 60	3%
Moderado	D	60 a 90	10%
Elevado	E	90 a 150	20%
Muito elevado	F	150 a 180	50%
Perda	G	Superior a 180	100%

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação periódica do risco.

As provisões para crédito concedido são registadas no activo na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, a abater à rubrica “Créditos” (Nota 7) e as provisões para garantias e avals prestados e créditos documentários não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis – Garantias prestadas” (Nota 20).

CRÉDITO TRANSFERIDO PARA PREJUÍZOS

O crédito classificado em nível de risco G deve ser transferido para a conta extrapatrimonial específica, com o correspondente débito da respectiva provisão, após decorridos seis meses da sua classificação neste nível de risco, não sendo admitida a transferência em período inferior. Após esta reclassificação, este deverá ser controlado analiticamente e deverá permanecer registado numa rubrica extrapatrimonial pelo prazo mínimo de 10 anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para cobrança.

RENEGOCIAÇÃO DOS CRÉDITOS

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação.

Por ocasião da revisão mensal da classificação de risco, poderá ser efectuada a reclassificação do crédito para categoria de menor risco, em função

da regularidade e da relevância dos pagamentos efectuados em relação ao montante total da dívida.

Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados quando do seu efectivo recebimento.

RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de “Resultado não operacional”.

f) Actualização monetária

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do BNA, sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso n.º 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias

da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;

- A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;

- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;

- As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços;

- A taxa acumulada de inflação durante os últimos três anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de Fundos Próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas

imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

g) Bens não de uso próprio

Na rubrica “Bens não de uso próprio” são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

De acordo com o definido no CONTIF, o valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

h) Imobilizações financeiras

O Banco aplica o método de equivalência patrimonial para a valorização das suas imobilizações financeiras nas seguintes situações:

(i) Quando as participações societárias estejam em relação de grupo; ou

(ii) Quando as participações societárias sejam relevantes e o Banco tenha influência na sua administração, ou quando a percentagem de participação, directa ou indirectamente, representar 20% ou mais do capital votante da participada.

Uma participação societária considera-se em relação de grupo quando seja exercido um domínio sobre a Sociedade, reflectido através de um controlo operacional, nos casos em que tenham administração ou gestão comum, ou por um controlo societário, quando o controlo é obtido através do somatório da percentagem detida directamente pelo Banco, pelos seus administradores, controladores e empresas ligadas.

Uma participação societária considera-se relevante quando:

(i) O seu valor contabilístico for igual ou superior a 10% dos fundos próprios do Banco; ou

(ii) O valor contabilístico das várias participações, considerado em conjunto, for igual ou superior a 15% dos fundos próprios do Banco.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as imobilizações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Banco nos activos líquidos das correspondentes participadas. Os resultados do Banco incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas participadas.

Adicionalmente, o Banco deve constituir uma provisão para perdas, quando existir passivo a

descoberto, na participada, e houver intenção manifesta do Banco em manter o seu apoio financeiro à mesma.

Deve deixar de ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial a participação societária em sociedades coligadas e equiparadas com efectiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações, ou no caso em que estas estejam a operar sob severas restrições a longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.

As participações em outras sociedades em que o método da equivalência patrimonial não é aplicável, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

Quando as participações se encontram denominadas em moeda estrangeira, são objecto de actualização cambial, sendo o resultado desta actualização cambial reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, o Banco tem as suas imobilizações financeiras valorizadas pelo seguinte método:

i) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são inicialmente registadas ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos a partir do mês de aquisição do bem, aplicando-se as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

A alteração das taxas de amortização ocorrida entre 2014 e 2015 resultou do Decreto Presidencial n.º 207/15 de 5 de Novembro, que definiu novas taxas de depreciação, amortizações e reintegrações de bens e elementos do activo imobilizado, cuja entrada em funcionamento ou início de utilização se verifique no exercício de 2015 e seguinte. De acordo com o mesmo normativo, para os bens e elementos em processo de amortização e reintegração antes do início de 2015 mantêm-se as taxas de depreciação anteriormente aplicadas.

	% de Participação	N.º de Títulos	Espécie	Método de Valorização
Participações em outras sociedades				
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços	2,42%	2.988	Ordinária	Custo de Aquisição
Sagripek	5,00%	80	Ordinária	Custo de Aquisição
Gestcall - Gestão e Serviços de Atendimento	15,00%	1.500	Ordinária	Custo de Aquisição
Bolsa de Valores e Derivados de Angola	1,00%	1.419	Ordinária	Custo de Aquisição

Rubrica	Número de Anos	Taxas de Amortização 2015	Taxas de Amortização 2014
Imóveis de Serviço Próprio	50	2,00%	2,00%
Equipamento de Transporte	4	25,00%	33,30%
Mobiliário e Material	6	16,70%	10,00%
Máquinas e Ferramentas	3 a 8	12,5% a 33,3%	12,50%
Equipamento Informático	3	33,30%	16,70%
Instalações Interiores	5	20,00%	5,0% a 10,0%
Equipamento e Segurança	8	12,50%	16,70%
Outro Equipamento	8	12,50%	10,00%

j) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição sendo amortizadas segundo o método de quotas constantes a partir do mês em que são adquiridos, pelos seguintes períodos:

Rubrica	Número de Anos	Taxas de Amortização 2015	Taxas de Amortização 2014
Despesas de Constituição, Custos Plurianuais e Custos com Aquisição de Software			
	3	33,30%	33,30%
Beneficiações em Edifícios Arrendados	(a)	2,0% a 25,0%	2,0% a 25,0%

(a) O número de anos de vida útil das beneficiações em edifícios arrendados corresponde ao número de anos do contrato de arrendamento.

k) Redução no valor recuperável de outros activos

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados, nesta avaliação, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- Aumento nas taxas de juro ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;
- Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

l) Despesas com custos diferidos

Incluem pagamentos a fornecedores liquidados antecipadamente para períodos entre seis meses

e um ano, sendo imputados mensalmente às contas de custos correspondentes.

m) Responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência

O plano de pensões do Banco foi criado no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário em Angola, assinado em 2003, o qual deixa pendente, para uma adenda futura, matérias relacionadas com a criação de um regime de fundo de pensões de reforma e de sobrevivência complementar ao sistema de Segurança Social obrigatório.

Durante o exercício de 2015 o Banco nomeou uma Comissão para acompanhamento e formalização do plano de pensões dos colaboradores do Banco. Apesar de ainda não ter sido formalmente constituído um fundo para a gestão do plano de pensões, é intenção do Conselho de Administração que o plano seja de contribuição definida.

Adicionalmente, o Banco obteve uma estimativa actuarial da contribuição necessária para criação do referido plano de pensões de reforma com data de início em 1 de Janeiro de 2015. Este estudo foi realizado com o pressuposto de que o Banco efectuará uma contribuição mensal de 10% sobre o salário dos colaboradores, estando também prevista uma contribuição a realizar pelos participantes do Fundo de 5% sobre o seu salário.

A nova Lei Geral do trabalho (Lei n.º 07/2015, de 15 de Junho), que entrou em vigor em Setembro de 2015, não prevê o pagamento de complementos de reforma aos trabalhadores que atinjam a idade legal de reforma. Por este motivo, o Banco reafectou a provisão constituída para este efeito em 31 de Dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 não existe qualquer compromisso formal do Banco quanto ao pagamento de pensões ou outros complementos de reforma aos seus colaboradores.

n) Retribuição variável por desempenho

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração e ao Conselho de Remunerações fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de o pagamento ser efectuado no ano seguinte.

o) IMPOSTOS

Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%.

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no resultado fiscal do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos (acréscimos de custos fiscalmente não aceites e deduções de benefícios fiscais obtidos), conforme legislação aplicável (Notas 19 e 34).

Com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2015, do novo Código do Imposto Industrial, aprovado em 22 de Outubro de 2015 pela Lei n.º 19/14, os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis na determinação do lucro tributável, não sendo aquele imposto um custo aceite fiscalmente (Nota 19 e 34). Na Nota

34 apresenta-se a reconciliação entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

De acordo com a legislação, as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao exercício a que respeitam (10 anos para a Segurança Social). O Conselho de Administração entende que eventuais correcções que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

IMPOSTO SOBRE A APLICAÇÃO DE CAPITAIS (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações e rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

IMPOSTO PREDIAL URBANO (IPU)

O Imposto Predial Urbano incide sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do

Banco cujo valor patrimonial é superior a mAOA 5.000. A taxa fixada é de 0,5%.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco não tem registados impostos diferidos activos, dado que não foi possível demonstrar a sua recuperabilidade futura.

p) Provisões e contingências PROVISÕES

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando: (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Passivos contingentes

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Estas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas passivos contingentes em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são reavaliados periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como um passivo contingente, deverá ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Activos contingentes

Um activo contingente é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. Apenas são objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os activos contingentes devem ser reavaliados periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

q) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

r) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

s) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações, as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Títulos e valores mobiliários detidos para negociação e mantidos até o vencimento, Provisões para responsabilidades prováveis, Impostos sobre os lucros e Benefícios a colaboradores.

t) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

u) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo BNA.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Caixa		
Notas e Moedas Nacionais	3.440.137	4.039.404
Notas e Moedas Estrangeiras	734.093	171.332
- Em Dólares dos Estados Unidos	571.147	143.729
- Em Outras Divisas	162.946	27.603
Operações a Regularizar	2.495	1.079.455
Fundos de Maneio	893	25.406
	4.177.617	5.315.597
Disponibilidades no Banco Central		
Moeda Nacional	17.486.254	11.163.220
Moeda Estrangeira	569.676	1.440.082
- Em Dólares dos Estados Unidos	569.676	1.440.082
	18.055.930	12.603.302
Disponibilidades em Instituições Financeiras		
Cheques a Cobrar - No País	0	160.739
Disponibilidades em Instituições Crédito no País	267.762	592.564
BAI-Colateral Visa	267.762	592.564
- Em Dólares dos Estados Unidos	267.762	592.564
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro	2.458.576	913.830
Montepio Geral	54.568	6.791
- Em Dólares dos Estados Unidos	33.629	1.733
- Em Euros	20.939	5.058
First National Bank	23.816	10.819
- Em Dólares dos Estados Unidos	23.102	8.869
- Em Rand	714	1.950
Banque Commerce et Placements	215.960	235.836
- Em Dólares dos Estados Unidos	213.360	233.970
- Em Euros	2.600	1.866
Banco Português de Negócios	21.903	9.458
- Em Dólares dos Estados Unidos	9.042	2.753
- Em Euros	12.861	6.705
Byblos Bank Europe S.A	118.165	457.483
- Em Dólares dos Estados Unidos	117.820	455.137
- Em Euros	344	2.345
- Em Coroa Sueca	0	1
Commerzbank	1.601.554	53.736
- Em Dólares dos Estados Unidos	1.582.298	27.228
- Em Euros	19.256	26.508
Commerzbank -Serviço Money Gram	34.805	3.872
- Em Dólares dos Estados Unidos	34.805	3.872
BAI-Europa	299.052	36.084
- Em Dólares dos Estados Unidos	287.385	33.281
- Em Euros	11.667	2.803
BAI Europa-Obrigações	31.948	23.439
- Em Dólares dos Estados Unidos	30.875	22.530
- Em Euros	1.073	909
BPA-Europa	56.805	76.312
- Em Dólares dos Estados Unidos	35.633	12.683
- Em Euros	21.173	63.629
	2.726.338	1.667.133
	24.959.885	19.586.031

Os depósitos à ordem no BNA em Moeda Nacional (MN) e Moeda Estrangeira (ME) visam cumprir com as disposições em vigor de manutenção de Reservas Obrigatórias e não são remuneradas.

As Reservas Obrigatórias são calculadas de acordo com o Instrutivo n.º 08/2015 de 03 de Junho, que prevê base de incidência em MN e ME, cujo coeficiente a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que a compõem é de 25%. O coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das contas do Governo Central é de 100% para a Moeda Nacional e Estrangeira; e dos Governos Locais e Administrações Municipais é de 50% para MN e 100% para ME.

A exigibilidade para a base de incidência em MN e ME é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas de acordo com fórmula indicada no Instrutivo.

A apresentação dos dados e das informações relativas ao cálculo da exigibilidade em MN e ME é feita em MN, mas o cumprimento da exigibilidade em ME é executada nesta moeda, calculado ao câmbio médio diário publicado pelo BNA, do 1.º dia útil da semana de reporte.

À data de 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica de “Disponibilidades no Banco Central” inclui os montantes de mAOA 17.486.254 em MN e mAOA 569.676 em ME, relacionados com as reservas obrigatórias, não sendo as mesmas remuneradas. Em 2014, o montante era de mAOA 11.163.220 em MN e mAOA 1.440.082 em ME.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as “Disponibilidades em Instituições Financeiras” não eram remuneradas.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “BAI colateral VISA” inclui um depósito junto do BAI que serve de colateral às operações feitas com cartões de crédito VISA de clientes do Banco Keve. O Banco BAI serve de intermediário entre o Banco Keve e a VISA.

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Operações a regularizar” referia-se a:

- Cheques a devolver à compensação;
- Cheques depositados aguardando pelo serviço de compensação nas Províncias ;

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as aplicações de liquidez no mercado monetário tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Operações no Mercado Monetário Interbancário		
Aplicações no Banco Central-MN	0	15.150.000
Mercado Monetário Interbancário	676.575	5.422.904
Moeda Nacional	0	4.600.000
Moeda Estrangeira	676.575	822.904
- Em Dólares dos Estados Unidos	676.575	822.904
Proveitos a Receber	0	0
Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos a Prazo	6.214.452	4.362.629
- Em Dólares dos Estados Unidos	6.192.155	4.343.747
- Em Euros	22.297	18.882
Proveitos a Receber	3.225	1.921
- Em Dólares dos Estados Unidos	3.225	1.921
- Em Euros	0	0
Operações Compra Título Terceiros com Acordo Revenda		
Títulos da Dívida Pública-MN	500.000	5.809.219
Proveitos a Receber	854	27.416
	7.395.107	30.774.089

4.1 POR MODALIDADE

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as aplicações de liquidez vencem nos primeiros três meses do ano seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2015 o Banco tinha aplicações de liquidez junto de instituições financeiras estrangeiras no montante de mAOA 461.653 que se encontravam a servir de colateral a créditos documentários à importação. As referidas aplicações não são remuneradas.

Em 31 de Dezembro de 2015 o banco tinha aplicações de liquidez junto do WBC e do BAI Europa nos montantes de mAOA 420.564 e mAOA 338.288 que se encontravam a servir de colateral de financiamentos concedidos por estas entidades registados na rubrica de “Outras Captações” (Nota 18). Os juros a receber ascendem a mAOA 2.236 em 31 de Dezembro de 2015.

	2015 mAOA
Instituições Financeiras Depositárias	
BANQUE COMMERCE ET PLACEMENTS	445
BYBLOS BANK EUROPE S.A	54.431
COMMERZEBANK	406.777
	461.653

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014, AS APLICAÇÕES VENCIAM JUROS ÀS SEGUINTE TAXAS MÉDIAS:

Taxa de Juro	2015	2014
Em Moeda Nacional		
O/N BNA	1,75%	1,48%
O/N MMI	6,53%	4,10%
Em Moeda Estrangeira	2,00%	2,80%

O/N = *Overnight*

MMI= Mercado Monetário Interbancário

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1 POR CATEGORIAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mAOA	Risco	Moeda	País Emissor	Taxa de Juro Média	Custo de Aquisição	Proveitos a Receber	2015	2014
Títulos Mantidos para Negociação								
Bilhetes do Tesouro	A	AOA	Angola	7,58%	3.659.585	162.676	3.822.261	6.121.037
Obrigações do Tesouro Indexadas ao Dólar	A	AOA	Angola	7,65%	2.455.279	68.996	2.524.275	0
Outras Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional	A	AOA	Angola	7,11%	299.339	7.025	306.364	0
Títulos do Banco Central	A	AOA	Angola	0,00%	0	0	0	590.288
					6.414.203	238.697	6.652.900	6.711.325
Títulos Mantidos até ao Vencimento								
Obrigações do Tesouro Indexadas ao Dólar	A	AOA	Angola	7,47%	19.199.705	483.592	19.683.297	4.204.706
Outras obrigações do Tesouro em Moeda Nacional	A	AOA	Angola	7,61%	3.108.742	11.357	3.120.099	0
Obrigações do Tesouro	A	USD	Angola	5,00%	1.121.762	5.353	1.127.115	156.566
					23.430.209	500.303	23.930.512	4.361.271
					29.844.413	738.999	30.583.412	11.072.596

A rubrica dos “Títulos mantidos até ao vencimento” inclui as seguintes emissões:

- Obrigações indexadas à variação cambial (OTMN-TXC) relativas à Dívida Pública Directa, no valor de mAOA 19.683.297;

- As Obrigações do Tesouro em ME referem-se à emissão no âmbito do Programa de Reconstrução Nacional;

- As Outras obrigações do Tesouro em MN incluem as “OT-MN-Não Reajustáveis” que são emitidas em MN sem qualquer indexação. Em Junho de 2015, o Banco adquiriu 20.000 obrigações ao valor nominal de mAOA 2.000.000, referentes a uma emissão a favor do Ministério das Finanças no âmbito da execução do Orçamento Geral do Estado.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco tinha dadas em garantia Obrigações do Tesouro indexadas ao dólar, cujo valor nominal ascende a mAOA 856.663, a uma linha de financiamento obtida junto do Norsad registado na rubrica de “Outras Captações” (Nota 18).

5.2 POR PRAZO RESIDUAL DE VENCIMENTO

	2015 mAOA	2014 mAOA
Em Moeda Nacional:		
Até Três Meses	2.624.384	3.194.037
De Três Meses a Seis Meses	2.071.290	3.073.837
De Seis Meses a um Ano	2.547.065	1.428.614
De um a Três Anos	8.505.190	2.956.016
De Três a Cinco Anos	12.359.280	40.370
Mais de Cinco Anos	615.443	0
Proveitos a Receber	733.646	223.156
	29.456.297	10.916.031
Em Moeda Estrangeira:		
Até Três Meses	0	0
De Três Meses a Seis Meses	0	0
De um a Três Anos	202.973	154.295
Mais de Cinco Anos	918.789	0
Proveitos a Receber	5.353	2.271
	1.127.115	156.566
	30.583.412	11.072.596

5.3 POR INDEXANTE

	Indexante	Taxa de Juro Média	2015 mAOA	2014 mAOA
Rendimento Fixo				
Bilhetes do Tesouro	Fixa	7,58%	3.822.261	6.121.228
Obrigações do Tesouro Indexadas ao Dólar	Fixa	7,56%	22.207.572	3.467.588
Outras Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional	Fixa	7,36%	3.426.463	0
Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira	Fixa	5,00%	1.127.115	0
			30.583.412	9.588.816
Rendimento Variável				
Obrigações do Tesouro Indexadas ao Dólar	(Luibor 6M)+2 p.p.	7,42%	0	1.483.780
			0	1.483.780
			30.583.412	11.072.596

5.4 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A Política de Investimentos estabelece os princípios e directrizes que regem o investimento dos recursos do Banco, com vista a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias que assegurem o equilíbrio entre activos e passivos.

A Instituição define como objectivo a maximização do retorno sujeita a um nível de risco máximo tolerado, previamente acordado pela Administração.

ESTRUTURA DA TOMADA DE DECISÃO

A Direcção de Mercados Financeiros (DMF) submete ao ALCO o pedido de alocação de capital para riscos de mercado e crédito, que corresponde à perda máxima em que a Sala de Mercados pode incorrer nas respectivas exposições.

A composição dos investimentos é assim definida pelo ALCO e aprovada pela Administração, tendo em conta o cenário macroeconómico, as perspectivas de mercado e a gestão do binómio risco-retorno.

A Sala de Mercados recebe a alocação de capital para riscos de mercado e crédito que distribui entre as categorias de investimento.

POLÍTICA DE RISCO

• Risco de Mercado

O risco de mercado está associado ao VAR, que é uma medida estatística e representa a variação máxima do preço de um activo, de uma taxa de câmbio ou do valor de uma carteira de títulos, considerando um intervalo de confiança pré-definido. No decurso da sua actividade, a Sala de Mercados irá assegurar que o VAR resultante das suas exposições ao risco de mercado não excede o limite que foi atribuído.

Neste âmbito, são determinados e aprovados pelo ALCO, os seguintes limites:

- Limite VAR
- Limites diários de Posições
- Limites Intradiários de Posição
- Limites de Stop Loss
- Risco de Crédito

A exposição do Banco ao risco de crédito (nível da carteira) deve ser dimensionada e controlada para que o seu requisito de capital seja menor ou igual ao capital alocado. A Sala de Mercados recebe

uma alocação de capital e distribui por várias contrapartes.

Os limites são calculados e estabelecidos com base em três tipos de informação: *spread*, *rating* ou balanço.

• Risco de Liquidez

A Sala de Mercados pode escolher os activos em que investe numa óptica de máximo retorno, desde que cumpra com os indicadores mínimos de liquidez estabelecidos pelo Banco traduzidos pelos vários rácios e desde que avaliado o impacto destas transacções no *mismatch*.

• Risco Operacional

A mitigação deste risco é feita de forma preventiva, através de estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão; definição de rotinas de acompanhamento e análise dos investimentos (reportes, reconciliações) e da segregação de funções na Sala de Mercados.

ANÁLISE PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS

A Sala de Mercados mantém uma listagem de investimentos potenciais por classes de activos/ regiões e sectores. Devem ser indicadas as principais características de risco, liquidez e rentabilidade de cada investimento potencial.

A aquisição de títulos e valores mobiliários que sejam integrantes do segmento de rendimento fixo ou variável deve ser precedida de análise de risco. A avaliação deve contemplar:

- A elegibilidade do investimento, pela legislação aplicável.
- O enquadramento nos limites estabelecidos pela legislação e pela Política de Investimentos.

- As características específicas do investimento:
- O *rating* do emissor ou da emissão, conforme o caso;
- O histórico do emissor;
- O volume/ montante da emissão;
- O prazo de investimento;
- O retorno do investimento;
- A possibilidade de cobertura de risco com derivativos.
- Os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.
- O perfil de maturidades da carteira.
Directrizes de Execução
- A escolha dos Títulos a investir é feita com base na lista de investimentos potenciais disponíveis. O investimento em múltiplos títulos não deve estar concentrado no mesmo país ou região.
- Consultar o consumo de VAR face ao limite alocado à Sala de Mercados e a respectiva folga para novos investimentos, ou a necessidade de reduzir a exposição. Deve simular-se o impacto no VAR do investimento num título com determinada volatilidade.
- Determinar os montantes a investir respeitando os limites em vigor, por classe de activos, visando a alocação estratégica dos recursos.
- Determinar participação no leilão em função da posição de mismatch, dos rácios de liquidez e/ou na exposição cambial (se aplicável).

- Após transacção, confirmar actualização de posições e respectivo cumprimento de limites.

REGISTO E VALORIZAÇÃO

Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registados de acordo com as regras do CONTIF e classificados em duas categorias: títulos para negociação e títulos mantidos até ao vencimento (avaliada a intenção e capacidade de mantê-los em carteira até ao vencimento).

Os títulos para negociação são ajustados ao valor de mercado, ao preço definido pelo Banco Nacional de Angola (taxa de câmbio ou taxa de inflação publicada pelo BNA e informação do SIGMA).

Todos os títulos são registados em função do nível de risco.

6. CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Devedores por Operações Pendentes de Liquidação	131.742	12.908
Recursos Próprios em Trânsito	54.044	32.415
	185.786	45.323

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Devedores por Operações Pendentes de Liquidação” inclui os cheques recebidos no Banco apresentados para compensação nos primeiros dias úteis de 2016 e 2015, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Recursos Próprios em Trânsito” é referente a operações interdepartamentais, entre Agências do Banco, pendentes de regularização.

7. CRÉDITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

7. 1 POR CÓDIGO SECTORIAL

	2015 mAOA	2014 mAOA
Crédito Vincendo		
<u>Em Moeda Nacional</u>		
Fundos e Serviços Públicos Autónomos	1.426.671	1.679.763
Sector Público Empresarial	19.256	2.040.463
Empresas	46.197.587	29.222.389
Particulares	4.310.355	3.359.527
Cartões de Crédito	193.178	100.533
Proveitos a Receber	1.398.884	1.626.902
<u>Em Moeda Estrangeira- USD</u>		
Sector Público Empresarial	118.315	79.424
Empresas	1.309.293	1.151.173
Particulares	196.719	395.349
Proveitos a Receber	198.540	141.710
<u>Em Moeda Estrangeira- EUR</u>		
Sector Público Empresarial	0	0
Empresas	0	29.633
Particulares	0	0
Proveitos a Receber	0	0
	55.368.798	39.826.867
Crédito Vencido		
<u>Em Moeda Nacional</u>		
Sector Público Empresarial	0	0
Empresas	4.658.106	7.353.366
Particulares	65.460	60.969
Proveitos a Receber	403.085	462.746
<u>Em Moeda Estrangeira- USD</u>		
Sector Público Empresarial	0	0
Empresas	0	310.872
Particulares	1.749	4.615
Proveitos a Receber	33	17
	5.128.433	8.192.586
Total de Crédito	60.497.231	48.019.453
Provisões		
Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 7.7)	1.896.598	1.236.894
	1.896.598	1.236.894
	58.600.633	46.782.559

Em 31 de Dezembro de 2015, o crédito concedido a Clientes vencia juros à taxa média anual de 16,8% (2014: 16,26%) para o crédito concedido em Moeda Nacional, e 11,29% (2014: 10,23%) para o crédito concedido em Moeda Estrangeira, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco tinha

concedido crédito a um cliente cuja exposição total individual atingiu o limite de 27% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR) do Banco, definido no Aviso n.º 08.2007, de 12 de Setembro, do BNA. O Conselho de Administração do Banco entende que esta exposição apresenta risco mínimo e será reduzida no curto prazo por forma a dar cumprimento ao referido Aviso.

7.2 POR PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL

	2015 mAOA	2014 mAOA
Em Moeda Nacional		
Até Três Meses	6.057.940	1.637.240
De Três Meses a Seis Meses	14.024.639	6.956.339
De Seis Meses a um Ano	2.664.018	1.786.611
De um a Três Anos	5.765.863	5.662.825
De Três a Cinco Anos	8.696.871	5.787.425
Mais de Cinco Anos	16.336.676	16.441.693
Vencido	5.126.648	7.634.473
	58.672.654	45.906.605
Em Moeda Estrangeira		
Até Três Meses	46	79.877
De Três Meses a Seis Meses	1.001.057	536.318
De Seis Meses a um Ano	1.645	0
De um a Três Anos	197.002	325.358
De Três a Cinco Anos	18.781	15.136
Mais de Cinco Anos	604.262	825.960
Vencido	1.783	330.198
	1.824.577	2.112.847
	60.497.231	48.019.453

7.3 POR SECTORES DE ACTIVIDADE

	2015 mAOA	%	2014 mAOA
Agricultura	4.582.817	7,6	1.152.646
Indústrias Extractivas	2.063.748	3,4	2.117.415
Indústrias Transformadoras	8.006.307	13,2	4.069.886
Construção	9.123.334	15,1	6.034.826
Comércio	16.748.553	27,7	15.729.156
Transportes Armazenagem e Comunicações	2.219.717	3,7	980.800
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	4.574.489	7,6	4.150.361
Particulares	5.145.617	8,5	3.888.888
Outros	8.032.650	13,3	9.895.474
	60.497.231	100	48.019.453

7.4 POR MODALIDADES

	2015 mAOA	2014 mAOA
Financiamentos	34.197.688	32.243.310
Empréstimos	26.299.543	15.776.143
. Contas Correntes Caucionadas	24.505.883	15.167.569
. Descobertos	1.793.660	608.574
	60.497.231	48.019.453

Os financiamentos são operações realizadas com destino específico, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos. Os empréstimos são operações realizadas sem destino específico ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. Incluem-se na modalidade de empréstimos as contas correntes caucionadas – operações que consistem na atribuição de um limite máximo de crédito que a Empresa pode movimentar,

conforme as suas necessidades de tesouraria, sem qualquer plano de amortizações pré-definido – e os adiantamentos a depositantes (descobertos) – operações que consistem na atribuição de um limite de descoberto na conta à ordem que lhe permite manter um saldo devedor até um montante definido e por prazo determinado.

7.5 POR DOMICÍLIO

	2015 mAOA	2014 mAOA
Residentes	60.212.885	47.600.666
Não Residentes	284.346	418.787
	60.497.231	48.019.453

7.6 PROVISÃO PARA CRÉDITOS

a) Por Nível de Risco

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Risco		Crédito Concedido mAOA	Provisão Constituída mAOA
Nulo (A)	Moeda Nacional		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	13.131.820	0
	Particulares	218.310	0
	<u>Empréstimos</u>		
	Empresas	2.861.742	0
	Particulares	1.590.790	0
	Moeda Estrangeira		
	<u>Empréstimos</u>		
	Empresas	156.258	0
Muito Reduzido (B)	Particulares	63.180	0
	Moeda Nacional		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	3.760.529	37.605
	Particulares	356.819	3.568
	<u>Empréstimos</u>		
	Contas Correntes Caucionadas		
	Empresas	9.386.398	93.864
	Adiantamentos a Depositantes		
	Empresas	325.526	3.255
Reduzido (C)	Particulares	296.175	2.962
	Moeda Estrangeira		
	<u>Empréstimos</u>		
	Contas Correntes Caucionadas		
	Empresas	118.315	1.183
	Moeda Nacional		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	10.781.089	323.433
	Particulares	30.669	920
	<u>Empréstimos</u>		
	Contas Correntes Caucionadas		
	Empresas	12.088.450	362.653
	Particulares	1.709.167	51.275
	Moeda Estrangeira		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	11.552	347
	Particulares	13.692	411
	<u>Empréstimos</u>		
	Contas Correntes Caucionadas		
	Empresas	882.742	26.482
	Particulares	41.916	0

Risco		Crédito Concedido mAOA	Provisão Constituída mAOA
Moderado (D)	Moeda Nacional		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	195.051	19.505
	Particulares	208.970	20.897
	<u>Empréstimos</u>		
	Contas Correntes Caucionadas		
	Empresas	28.190	2.819
Elevado (E)	Moeda Estrangeira		
	<u>Empréstimos</u>		
	Particulares	17.057	1.706
	Moeda Nacional		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	813.758	162.752
	Particulares	7.122	1.424
Muito Elevado (F)	<u>Empréstimos</u>		
	Empresas	487.486	97.497
	Particulares	26.716	5.343
	Moeda Nacional		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	113.739	56.869
	Particulares	3.070	1.535
Perda (G)	<u>Empréstimos</u>		
	Adiantamentos a Depositantes		
	Empresas	296.747	148.373
	Particulares	8.542	4.271
	Moeda Nacional		
	<u>Financiamentos</u>		
	Empresas	186.957	186.957
	Particulares	38.926	38.926
	<u>Empréstimos</u>		
	Adiantamentos a Depositantes		
	Empresas	6.159	6.159
	Particulares	92.837	92.837
	Moeda Estrangeira		
	<u>Empréstimos</u>		
	Contas Correntes Caucionadas		
	Empresas	78.130	78.130
	Particulares	62.639	62.639
		60.497.231	1.896.598

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Provisão para Créditos” tem a seguinte composição:

Risco			Crédito Concedido mAOA	Provisão Constituída mAOA
Nulo (A)	Moeda Nacional Financiamentos			
		Empresas	9.326.851	0
	Empréstimos			
	Contas Correntes Caucionadas	Particulares	833.330	0
Muito Reduzido (B)	Moeda Estrangeira Empréstimos			
	Contas Correntes Caucionadas	Particulares	278.887	0
	Moeda Nacional Financiamentos			
		Empresas	8.937.655	89.377
		Particulares	389.335	3.893
	Empréstimos			
	Contas Correntes Caucionadas	Empresas	10.137.865	101.379
	Adiantamentos a Depositantes	Particulares	12.431	124
Reduzido (C)	Moeda Estrangeira Financiamentos			
		Particulares	715.969	7.160
	Adiantamentos a Depositantes	Particulares	257	3
	Moeda Nacional Financiamentos			
		Empresas	3.397.726	101.932
		Particulares	1.193.361	35.801
	Empréstimos			
	Contas Correntes Caucionadas	Empresas	10.279.387	308.382
		Particulares	74.606	2.238
	Adiantamentos a Depositantes	Empresas	688.857	20.666
	Moeda Estrangeira Financiamentos			
		Empresas	14.037	421
		Particulares	36.820	1.105
	Empréstimos			
	Contas Correntes Caucionadas			
	Empresas		817.184	24.516

Risco			Crédito Concedido mAOA	Provisão Constituída mAOA
Moderado (D)	Moeda Nacional			
	Financiamentos			
		Empresas	685	69
		Particulares	20.081	2.008
	Contas Correntes Caucionadas			
Elevado (E)	Moeda Estrangeira			
	Empréstimos			
		Particulares	26.038	2.604
	Moeda Nacional			
	Financiamentos			
		Empresas	344.095	68.819
		Particulares	9.225	1.845
	Adiantamentos a Depositantes			
		Particulares	285	57
	Moeda Estrangeira			
Perda (G)	Empréstimos			
		Particulares	20.778	4.156
	Moeda Estrangeira			
	Empréstimos			
		Particulares	4.207	841
	Moeda Nacional			
	Financiamentos			
		Empresas	288.517	288.517
		Particulares	83.480	83.480
	Empréstimos			
Perda (G)	Adiantamentos a Depositantes			
		Empresas	5.031	5.031
	Moeda Estrangeira			
	Financiamentos			
		Empresas	10.746	10.746
	Empréstimos			
	Adiantamentos a Depositantes		0	
		Particulares	71.727	71.727
			48.019.453	1.236.894

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Provisões para Prestação de Garantias tem a seguinte composição:

Risco		Responsabilidades mAOA	Provisão Constituída mAOA
Nulo	Moeda Nacional		
	Garantias	3.695.673	0
Muito Reduzido	Moeda Nacional		
	Garantias	639.577	6.396
	Moeda Estrangeira		
	Cartas de Crédito	127.755	1.278
Reduzido	Moeda Nacional		
	Garantias	1.198.774	35.963
	Moeda Estrangeira		
	Cartas de Crédito	6.057.387	181.722
Moderado	Moeda Nacional		
	Garantias	100.000	10.000
	Moeda Estrangeira		
	Garantias	0	0
	Cartas de Crédito	94.806	18.961
Elevado	Moeda Estrangeira		
	Cartas de Crédito	3.788	1.894
Perda	Moeda Nacional		
	Garantias	791.679	791.679
	Moeda Estrangeira		
	Garantias	59.732	59.732
		12.769.170	1.107.624

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica Provisões para Prestação de Garantias tem a seguinte composição:

Risco		Crédito Indirecto mAOA	Provisão Constituída mAOA
Nulo	Moeda Nacional		
	Garantias	112.062	0
	Cartas de Crédito	0	0
Muito Reduzido	Moeda Nacional		
	Garantias	8.209.986	82.100
	Cartas de Crédito	3.587.676	35.877
	Moeda Estrangeira		
	Garantias	0	0
	Cartas de Crédito	1.748.159	17.482
Reduzido	Moeda Nacional		
	Garantias	736.059	22.082
	Cartas de Crédito	0	0
	Moeda Estrangeira		
	Garantias	745.838	22.375
	Cartas de Crédito	760.374	22.811
Elevado	Moeda Nacional		
	Moeda Estrangeira		
	Garantias	660.864	330.432
	Cartas de Crédito	0	0
		16.561.017	533.158

7.7 PROVISÕES PARA CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as provisões para crédito tinham a seguinte composição:

	2014 mAOA	Reforços	Utilizações	Reversões	Diferenças Cambiais	2015 mAOA
Provisões para Crédito	1.236.894	2.894.495	-2.278.846	-36.051	74.269	1.896.598
	1.236.894	2.894.495	-2.278.846	-36.051	74.269	1.896.598

7.8 CRÉDITOS RENEGOCIADOS, TRANSFERIDOS PARA PREJUÍZO E RECUPERADOS NO EXERCÍCIO

	2015 mAOA	2014 mAOA
Créditos Renegociados	899.757	5.666.020
Créditos Recuperados	3.439.843	1.599.385
Créditos Transferidos para Prejuízos	2.278.846	4.526.276

7.9 POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As políticas de concessão e acompanhamento de crédito adoptadas pelo Banco podem ser resumidas como segue:

1. PRINCIPIOS GERAIS

Princípios gerais da política de crédito suportados pelos 5C's do crédito que definimos serem a base de qualquer modelo de gestão de risco.

Os 5 C's do crédito estão definidos como: **Carácter, Capacidade, Condições, Capital e Colaterais**.

De acordo com o regulamento de crédito estabelecido pelo Banco Keve, Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A Gestão do Risco de Crédito é responsabilidade de todas as unidades de negócios. São elas que, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

Cabe a estas áreas aplicar as políticas,

procedimentos, sistemas e os modelos disponíveis para a identificação, avaliação, decisão, mitigação e mensuração do risco de crédito, em todo o ciclo (pré-concessão, concessão, monitoramento, cobrança, recuperação e renovação do crédito).

As áreas de controlo de risco, para desempenharem suas funções, têm acesso irrestrito às políticas, procedimentos, sistemas e modelos das unidades de negócio.

1.1. GESTÃO DE CRÉDITO

A gestão de crédito é composta pelas etapas de: decisão, formalização, monitoramento e cobrança, adaptados ao perfil dos clientes e segmentos. Esse processo é operacionalizado e controlado por sistemas que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito.

1.2. CONTROLO DO RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito é suportada em comités que actuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo a apetência para risco do Banco e efectua a revisão das práticas de controlo e as políticas a seguir, tendo como base o cumprimento dos normativos em vigor do BNA.

2. OBJECTIVOS

- Gerir o risco de crédito de maneira eficiente e

prudente, assegurando-se que a exposição ao risco de crédito é correctamente identificada, medida, administrada e controlada, dentro dos níveis e directrizes aprovados pela Comissão Executiva do Banco.

A gestão integral e dinâmica de risco faz parte das actividades-chave do Banco. O risco de crédito é um componente fundamental da estrutura de gestão do Banco Keve, motivo pelo qual a sua gestão deve ser estruturada conforme os seguintes princípios gerais:

a) Independência: A gestão de risco como valor prioritário, não negociável e exercido sem concessões frente às pressões externas ou internas.

b) Objectividade: a tomada de decisões está baseada exclusivamente na análise rigorosa das informações sobre os clientes e as operações solicitadas.

c) Globalidade: Intervenção na totalidade do ciclo de risco do Banco.

- Consciencializar todas as áreas do Banco, especialmente as áreas envolvidas no processo/fluxo de crédito, da necessidade e obrigação de alcançar os objectivos acima mencionados;

- Acompanhamento integral do fluxo de risco de crédito, desde a etapa inicial de estudo de uma operação até ao seu cancelamento, incluindo o acompanhamento e monitoramento do crédito e um eventual processo de recuperação;

- Proporcionar a informação de gestão adequada para cada nível do Banco sobre a evolução dos riscos e modelos internos, facilitando assim a sua integração na estrutura do Banco.

- Alcançar um conhecimento abrangente do perfil de risco dos clientes e dos segmentos nos quais o Banco actua.

- Dispor de bases de dados completas, consistentes e com mecanismos que permitam identificar as fontes originais do risco do crédito.

- Facilitar a realização dos objectivos estratégicos do Banco por meio de políticas adaptadas aos segmentos de actuação do Banco;

- Aplicar eficientemente as políticas relativas à gestão do risco de crédito aprovadas pelo Regulamento de Crédito, pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Crédito;

- Preservar um nível da solvência adequado através de ferramentas e medidas focadas em atingir rentabilidade compatível com o consumo de recursos próprios;

- Exercer as actividades de gestão de risco de crédito com eficiência, dando ao Banco uma estrutura organizacional adequada e actualizada sobre risco de crédito;

- Estabelecer uma diferenciação eficiente e relevante dos tipos de risco através da classificação da exposição por grupos ou níveis de risco homogéneos;

- Fixar os limites de exposição acumulada do grupo económico, empresa ou mutuário, acrescido da eventual proposta em análise;

- A constituição de provisões económicas deverá estar de acordo com os procedimentos específicos e aprovados pela Comissão Executiva e os que decorrem dos normativos do BNA.

3. ETAPAS DA GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O processo de gestão do risco de crédito vai da etapa inicial de análise e formalização de uma operação até seu cancelamento, passando por uma fase de acompanhamento e, eventualmente, um processo de recuperação:



APROVAÇÃO

Para a aprovação de crédito, o Banco estabelece um conjunto de critérios que devem ser cumpridos para qualquer operação que comporte uma exposição ao risco de crédito. Neste sentido, os seguintes aspectos são analisados:

- A actividade, o histórico e a capacidade técnica e financeira dos clientes;
- Adequação da operação solicitada às necessidades do cliente;
- A estrutura das operações solicitadas (garantias, *covenants* financeiros e não financeiros, etc.);
- *Ratings* atribuídos por agências externas (Moody's, Standard&Poors, Fitch, Serasa Experian);
- Proposta devidamente argumentada de classificação de Riscos conforme Aviso n.º 3/2012 do BNA;
- As características das operações a financiar, sector, tecnologia, experiência da empresa, etc.

FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

Além da análise e da avaliação do risco de crédito conduzidas durante a etapa de aprovação, o monitoramento contínuo dos clientes e das operações exigem que se faça um acompanhamento do risco durante toda a vida da operação.

Nessa fase de acompanhamento, o Banco leva em consideração factores como a evolução da economia, a situação do cliente e do sector de actuação, as operações de crédito existentes (natureza, montante, prazo, etc.). O acompanhamento/monitoramento do risco baseia-se nos seguintes critérios:

- Utilização de sistemas de indicadores e de alertas da situação e do comportamento dos clientes (modelos de *ratings* simples e de *scoring*);
- Análises periódicas da carteira, levando-se em consideração factores como sector de actividade dos clientes, produtos, prazos, experiência comprovada;
- Demonstrações financeiras, liquidez, garantias oferecidas, etc.;

- Monitoramento das operações vigentes incluindo utilizações, excessos, atrasos, etc.;

- Revisões periódicas da situação dos clientes, incluindo informações qualitativas e quantitativas/financeiras actualizadas. A frequência dessas revisões é realizada anualmente ou cada vez que o Comité de Crédito competente o exigir ou que as circunstâncias o justificarem;

- Monitoramento dos estados financeiros anuais e intermediários dos clientes.

4. PRINCIPAIS RELATÓRIOS DE RISCO DE CRÉDITO

- Relatórios dos créditos aprovados e desembolsados (mensal);

- Relatórios de acompanhamento e gestão da carteira de crédito vencido (mensal);

- Análise trimestral da Carteira de Crédito;

- Análise do Rácio de Crédito vencido por Balcão.

A renegociação, recuperação, aprovisionamento e abate do crédito ao activo (*write-offs*) é efectuada de acordo com as políticas descritas na nota 2 alínea e).

8. OUTROS VALORES DE NATUREZA FISCAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Impostos a Recuperar	148.982	37.912
	148.982	37.912

Esta rubrica acomoda impostos pagos em excesso ao Estado, em anos transactos, que se encontram por recuperar. Em 31 de Dezembro de 2015 o imposto a recuperar referente ao exercício em questão é de mAOA. 110.080

	2015 mAOA	2014 mAOA
Devedores Diversos		
Governo Central – MN	338.866	381.892
Outros	1.867.701	1.405.993
	2.206.567	1.787.885

9. OUTROS VALORES DE NATUREZA CÍVEL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Outros Adiantamentos	403.723	398.434
Despesas Antecipadas	289.929	846.327
Material de Expediente	317.412	340.559
	1.011.064	1.585.320

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Governo Central – MN”, inclui valores a receber referentes à comissão proveniente da arrecadação de impostos junto da Direcção Nacional de Impostos no valor de mAOA 95.267 e referente a selos em *stock* de taxa de circulação no valor de mAOA 243.238.

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de “Outros” inclui adiantamentos efectuados ao Clube Recreativo Desportivo do Libolo no montante de mAOA 1.345.573 e valores de adiantamentos a fornecedores de mAOA 188.479.

10. OUTROS VALORES DA NATUREZA ADMINISTRATIVA

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Outros Valores de Natureza Administrativa” tem a seguinte composição:

Actividade	Capital Social em mAOA	Moeda	Ano de Aquisição	% Detida		Resultado Líquido		Moeda	2015	2014
				2015	2014	2015	2014		mAOA	mAOA
Serviços Bancários	110.085	AOA	2004	2,4	2,4	n/d	n/d	AOA	93.958	93.958
Agro-Pecuária	1.600.000	AOA	2004	5	5	n/d	n/d	-	2.167	2.167
Prestação Serviços	4.600.000	AOA	2005	15	15	n/d	n/d	n/d	3.090	3.090
Serviços Financeiros	1.343.000	AOA	2007	1	1	n/d	n/d	n/d	12.419	12.419
n/a	n/a	n/a		n/a	n/a	n/a	n/a	AOA	6.442	6.442
									118.076	118.076

Decorrente da reorganização societária do grupo, durante o exercício de 2014, o Banco reclassificou a participação financeira que detinha no capital social da Global Seguros, registada pelo montante de mAOA 386.689 para a rubrica de “Outros adiantamentos”. Em 2015, o Banco procedeu à anulação do *Goodwill* que tinha registado no montante de mAOA 67.800 (Nota 14).

A rubrica “Despesas antecipadas” inclui mAOA 195.945 referente a um patrocínio concedido ao Clube Recreativo Desportivo do Libolo a ser diferido até 31 de Dezembro de 2016.

A rubrica “Material de expediente” inclui economato e consumíveis com cheques, material de escritório, material de informática e impressos.

Face à antiguidade de alguns destes saldos, em 31 de Dezembro de 2015 o Banco constituiu uma provisão para estes activos no montante de mAOA 27.810 registada na rubrica de “Outras

provisões” (Nota 20), enquanto não conclui o processo de inventariação.

11. BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Bens não de uso Próprio” inclui um imóvel proveniente de uma dação em cumprimento realizada em 12 de Novembro de 2015 no montante de mAOA 60.539.

12. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco detinha as seguintes participações financeiras como no quadro abaixo:

As participações financeiras estão registadas e valorizadas conforme descrito na alínea h) da Nota 2.

Em 2015, a entidade Bolsa de Valores e Derivados de Angola foi extinta. O Banco recuperou o valor referente à participação que detinha nesta

entidade em 2016 através de Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional.

Em 31 de Dezembro de 2015, a informação financeira das empresas participadas não se encontrava disponível:

	% de Participação	N.º de Títulos	Espécie	Método de Valorização
Participações em outras sociedades				
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços	2,42%	2.988	Ordinária	Custo de Aquisição
Sagripek	5,00%	80	Ordinária	Custo de Aquisição
Gestcall - Gestão e Serviços de Atendimento	15,00%	1.500	Ordinária	Custo de Aquisição
Bolsa de Valores e Derivados de Angola	1,00%	1.419	Ordinária	Custo de Aquisição

13. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

mAOA	Saldos Iniciais 31-12-2014	Aumentos	Abates	Saldos Finais 31-12-2015
Activo Bruto				
Imóveis de Uso Próprio	2.685.437	208.347	0	2.893.784
Obras em Edifícios Arrendados	388.708	331.233	0	719.940
Mobiliário e Material	377.386	35.451	0	412.837
Máquinas e Ferramentas	269.329	25.950	0	295.279
Equipamento Informático	1.015.575	274.500	0	1.290.076
Instalações Interiores	207.259	9.752	0	217.011
Material de Transporte	234.396	88.561	0	322.957
Equipamento de Segurança	199.039	3.379	0	202.418
Obras em Curso	1.136.080	0	-187.275	948.805
Outro Equipamento	230.176	0	-2.450	227.726
Património Artístico	0	0	0	0
	6.743.386	977.172	-189.726	7.530.832
Amortizações Acumuladas				
Imóveis de Uso Próprio	324.803	229.315	0	554.118
Mobiliário e Material	151.569	37.745	0	189.314
Máquinas e Ferramentas	141.311	35.411	0	176.722
Equipamento Informático	632.289	165.045	0	797.334
Instalações Interiores	109.326	23.921	0	133.247
Material de Transporte	163.387	47.634	0	211.021
Equipamento de Segurança	124.819	24.336	0	149.155
Outro Equipamento	127.756	69.982	0	197.738
	1.775.259	633.389	0	2.408.648
	4.968.127	343.783	-189.726	5.122.184

O saldo da rubrica “Imobilizações corpóreas – imóveis de uso próprio” inclui os imóveis adquiridos pelo Banco no Edifício “Garden Towers”, empreendimento “Comandante Gika”, onde se situam os serviços centrais do Banco. O valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2015 ascende a mAOA 1.920.361.

14. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

mAOA	Saldos Iniciais 2014	Aumentos	Abates	Saldos Finais 2015
Activo Bruto				
<i>GoodWill</i> - Investimentos Financeiros	67.800	0	-67.800	0
Despesas de Constituição	51.863	0	0	51.863
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	412.367	0	0	412.367
Custos Plurianuais	520.158	0	-24.069	496.089
<i>Software</i>	338.539	867	0	339.405
Outras	17.817	0	0	17.817
	1.408.543	867	-91.869	1.317.541
Amortizações Acumuladas	813.291	125.245	0	938.536
	595.252			379.005

Decorrente da reorganização societária do grupo, durante o exercício de 2014, o Banco reclassificou a participação financeira que detinha junto da Global Seguros para uma rubrica de adiantamentos. No exercício de 2015 foi efectuada a anulação do *Goodwill* no valor de mAOA 67.800 referentes à participação que detinha junto desta entidade, tendo sido registados na conta de “Ajustes de exercícios anteriores”.

15. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Moeda Nacional		
Sector Público Administrativo	3.773.047	4.448.460
Sector Público Empresarial	39.297.807	36.842.904
Empresas	34.580.769	38.915.591
Particulares	11.439.127	9.860.916
Não Residentes	330.929	569.920
Custos a Pagar	20	85.116
	89.421.698	90.722.906
Moeda Estrangeira		
Sector Público Administrativo	1.601	19.641
Sector Público Empresarial	610.330	610.330
Empresas	3.708.154	4.818.769
Particulares	3.029.159	2.807.903
Não Residentes	59.143	40.136
Custos a Pagar	167.404	32.736
	7.575.791	8.329.516
	96.997.489	99.052.423

Decomposição por tipo de Depósito:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Depósitos à Ordem		
Residentes	73.808.605	75.554.290
Não residentes	387.934	608.431
	74.196.539	76.162.721
Depósitos a Prazo		
Residentes	22.798.814	22.888.078
Não Residentes	2.137	1.624
	22.800.950	22.889.702
	96.997.489	99.052.423

Decomposição dos depósitos a prazo por prazo residual de vencimento:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Em Moeda Nacional		
Até Três Meses	10.467.765	15.290.119
De Três Meses a Seis Meses	4.263.282	3.155.218
De Seis Meses a um Ano	4.971.738	1.221.161
Mais de um Ano	39.422	13.275
Custos a Pagar	20	85.116
	19.742.227	19.764.889
Em Moeda Estrangeira		
Em Dólares dos Estados Unidos		
Até Três Meses	1.555.925	1.627.982
De Três Meses a Seis Meses	1.076.275	1.247.630
De Seis Meses a um Ano	250.768	210.876
Mais de um Ano	3.453	2.628
Custos a Pagar	167.404	32.736
Em Outras Divisas		
Até Três Meses	544	1.217
De Três a Seis Meses	792	0
De Seis Meses a um Ano	1.945	364
Mais de um Ano	1.618	1.326
Custos a Pagar	0	53
	3.058.723	3.124.813
	22.800.950	22.889.702

Em 31 de Dezembro de 2015, os depósitos a prazo em Moeda Nacional e Estrangeira venciam juros de acordo com o preçário em vigor no Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a generalidade dos depósitos à ordem de clientes não é remunerada.

16. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Recursos Próprios em Trânsito	351.127	-604
Obrigações por Operações Pendentes de Liquidação	435.217	619.707
Relações com Correspondentes	0	-36.010
	786.344	583.093

A rubrica “Obrigações por Operações Pendentes de Liquidação” representa o valor dos cheques visados emitidos que ainda não foram apresentados a compensação.

O forte incremento verificado na rubrica de “Recursos próprios em trânsito” prende-se com a transferência do saldo, inicialmente registado no agregado de “Caixa”, cuja natureza se refere a valores próprios em trânsito e serão devidamente regularizados após adequada e completa reconciliação dos trânsitos.

17. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	mAOA	mAOA
Custo de Compra e Venda Moeda Estrangeira a Pagar	6.636	6.636
Outras Obrigações	13.444.719	71.462

Em cumprimento do disposto no n.º2 do Instrutivo n.º 12/2015 de 24 de Junho, conjugado com os n.ºs 3, 4, 8, e 9, do mesmo Instrutivo, que versam sobre política cambial, o Banco deve “validar apenas as solicitações de compra e venda de moeda estrangeira efectuadas pelos seus clientes para a liquidação de operações

cambiais de mercadorias, invisíveis correntes, capitais e vendas a Casas de Câmbio, desde que se certifiquem da existência de recursos em Moeda Nacional suficientes para cobertura da operação pretendida.” Estes recursos são cativos, registados em “Recursos Vinculados a Operações Cambiais” e o incumprimento das regras previstas pelo BNA no Instrutivo acima referido sujeita o Banco a penalizações.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica inclui mAOA 13.407.847 relativos a recursos de clientes em Moeda Nacional que foram cativos para a realização de operações cambiais.

Conforme exigido pelo BNA no Instrutivo n.º 12/2015, estes cativos devem manter-se até à sua utilização na operação de compra de moeda estrangeira.

18. OUTRAS CAPTAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Dívida Subordinada		
No Estrangeiro	2.706.300	2.057.260
Juros a Pagar	78.559	59.089
	2.784.859	2.116.349
Outras Captações Contratadas		
No País	144.031	144.031
No Estrangeiro	1.021.329	1.326.182
Juros a Pagar	0	0
Custos Diferidos	0	(43.475)
	1.165.360	1.426.738
	3.950.218	3.543.087

Considerando o prazo residual de vencimento a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Em Moeda Nacional		
Até Três Meses	0	0
De Três a Cinco Anos	144.031	144.031
	144.031	144.031
Em Moeda Estrangeira		
Em Dólares dos Estados Unidos		
De Três Meses a Seis Meses	676.575	891.822
De Três a Cinco Anos	109.520	215.507
Mais de Cinco Anos	2.941.535	2.276.113
Juros a Pagar	78.558	59.089
Custos Diferidos	0	(43.475)
	3.806.188	3.399.056
	3.950.218	3.543.087

A rubrica “Dívida Subordinada” corresponde à emissão de USD 20.000.000 em *Corporate Bonds* em 27 de Setembro de 2012, remuneradas à taxa fixa de 11% e com maturidade em 18 de Março de 2018. Esta operação veio fortalecer a expansão da actividade, permitindo a qualificação e o reforço dos fundos próprios por forma a potenciar o crescimento do volume de negócios.

As “Outras Captações Contratadas” em Moeda Estrangeira correspondem a financiamentos obtidos em instituições financeiras no exterior, que se encontram licenciados pelo BNA, e que venciam juros à taxa média anual de 3,6% (2014: 3,7%):

- Linha contratada junto do BAI Europa com o limite de USD 5.000.000, remunerada à LIBOR 1M+3% pelo prazo de 3 meses. O valor utilizado desta linha em 31 de Dezembro é de USD 5.000.000, cujo contravalor ascende a mAOA 676.575. Esta linha tem por garantia um depósito colateral de USD 2.500.000, cujo contravalor

ascende a mAOA 338.288 registado na rubrica (Nota 4).

- Linha contratada junto de uma instituição financeira nos EUA, WorldBusiness Capital, Inc., com uma garantia prestada pela Overseas Private Investment Company (OPIC), no valor total de USD 10.000.000, remunerada à LIBOR 3M+3,5%, com a maturidade de 10 anos, tendo por garantia um depósito colateral de USD 3.108.000, cujo contravalor ascende a mAOA 420.564 (Nota 4). Em 31 de Dezembro o saldo em dívida era USD 1.749.000, cujo contravalor ascende a mAOA 235.234.

- Linha contratada com maturidade de 5 anos junto da NORSAD com o limite de USD 6.000.000, remunerada à LIBOR 3M+4,30%, cujo saldo em dívida em 31 de Dezembro de 2015 era de USD 810.000, cujo contravalor ascende a mAOA 109.519. Esta linha tem por garantia OT's indexadas ao dólar no montante de mAOA 856.663 (Nota 5).

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Passivos por Impostos Correntes		
Imposto Industrial a Pagar	376.377	306.982
Outras Obrigações de Natureza Fiscal		
Imposto do Selo	10.461	22.028
Imposto s/ Rendimento de Capitais	22.900	61.030
Imposto Rendimento Trabalho Dependente	48.374	70.770
Imposto Rendimento Trabalho Independente	339	443
Imposto de Consumo	-25	514
Retenção Lei 7/97	26.739	33.306
Imposto Predial Urbano	5.198	6.769
Outras Valores de Natureza Cível	946.935	230.363
	1.437.297	732.204
Outras Obrigações Natureza Administrativa	178.781	486.879
	1.616.078	1.219.083

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de “Outras obrigações de Natureza Administrativa” inclui o subsídio de férias dos colaboradores do Banco. De acordo com o preconizado na Lei Geral do Trabalho, o montante de subsídio de férias liquidado aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Assim sendo, o Banco procedeu ao acréscimo do subsídio de férias relativas ao exercício de 2015, mas que apenas foram liquidado em Janeiro de 2016 (Nota 27).

A variação verificada nesta rubrica face a 31 de Dezembro de 2014 deve-se à alteração da política contabilística de constituição de provisões para férias adoptada nos exercícios anteriores, pelo que a provisão constituída foi alocada a outras realidades.

20. PROVISÃO PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

O movimento das provisões referente ao exercício de 2015 apresenta valores referentes a diferenças de câmbio que reflectem a reavaliação cambial das provisões para garantias prestadas em moeda estrangeira cuja contrapartida se encontra registada em resultados do exercício - “Resultados em operações cambiais” (Nota 24). Adicionalmente, os reforços incluídos em “Outros Resultados” resultam de uma provisão constituída para juros a receber de títulos com alguma antiguidade. Esta provisão foi constituída por contrapartida de “Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários” (Nota 22).

A rubrica de “Provisão para responsabilidades prováveis de natureza administrativa” inclui os prémios dos colaboradores e órgãos de gestão, em resultado do seu desempenho no exercício 2015. Compete ao Conselho de Administração e à Comissão de Remunerações fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a

		Responsabilidades Prováveis	Outros Resultados	Garantias					mAOA
	Saldo Final 2014	Reforços (NOTA 31)	Reforços (NOTA 22)	Reforços (NOTA26)	Reversões (NOTA 26)	Utilizações	Transferências	Diferenças de Câmbio	Saldo Final 2015
<u>Riscos Bancários Gerais</u>									
Provisões para Responsabilidades Prováveis Natureza Fiscal	7.324	-	-	-	-	-	-7.324	-	-
Provisões para Responsabilidades prováveis Natureza Cível	231.308	27.116	-	-	-	-	-190.807	-	67.616
Outras Provisões	-	-	173.384	-	-	-	41.679	-	215.062
<u>Provisões para Responsabilidades Prováveis de Natureza Administrativa</u>									
Prémios	-	-	-	-	-	-	80.663	-	80.663
Remuneração Variável para Desempenho	-	-	-	-	-	-	152.039	-	152.039
<u>Fundo de Pensões de Reforma</u>									
Compensação por Reforma	22.101	6.315	-	-	-	-	-28.416	-	-
Fundo de Pensões	399.287	111.092	-	-	-	-515.546	143.738	-	138.570
Premio de Antiguidade	4.917	1.428	-	-	-	-	-6.031	-314	-
<u>Garantias prestadas</u>	533.158	-	-	275.595	-83.143	-	359.025	22.989	1.107.624
	1.198.094	145.951	173.384	275.595	-83.143	-515.546	544.566	22.675	1.761.576

mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de o respectivo pagamento ocorrer apenas no ano seguinte. Em 31 de Dezembro de 2015 os valores estimados ascendem a mAOA 232.703.

Conforme descrito na Nota 2 m), o Banco actualizou a estimativa para o plano de pensões, sendo a estimativa no valor de mAOA 138.571 em 31 de Dezembro de 2015 (em 31 de Dezembro de 2014 o valor da provisão para pensões de reforma era de mAOA 399.287).

A 31 de Dezembro de 2015 as transferências evidenciadas no movimento de provisões incluem mAOA 544.566 transferidos durante o exercício de 2015 referente a acréscimos de custos que se encontravam estimados em excesso.

No exercício de 2015 o Banco efectuou um reforço da provisão para garantias prestadas na sequência da evolução do nível de incumprimento da carteira.

21. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015, os Fundos Próprios do Banco apresentam a seguinte composição:

mAOA	Saldo Iniciais	Aplicação do Resultado	Aumentos / (Diminuições)	Saldos Finais
Capital	4.000.000	0	0	4.000.000
Reserva Legal	1.436.882	345.707	0	1.782.589
Outras Reservas	4.342.506	1.056.897	0	5.399.403
Resultados Potenciais	36.876	0	0	36.876
Resultados Transitados	138.444	-30.852	0	107.593
Resultado do Exercício	1.728.534	-1.728.534	821.497	821.497
	11.683.242	-356.782	821.497	12.147.958

Na rubrica de resultados transitados reportados no ano de 2014 verifica-se que o resultado apurado à data não foi integralmente aplicado, ocasionando um remanescente de mAOA 30.852. O movimento ocorrido nos Fundos Próprios de 2015 resulta essencialmente da aplicação dos resultados de 2014 conforme aprovação em Assembleia Geral realizada no dia 31 de Março de 2015:

- mAOA 345.707 Constituição de reservas livres;
- mAOA 1.056.897 Constituição de outras reservas;
- mAOA 325.930 para distribuição de dividendos.

Em 31 de Dezembro de 2015, a estrutura accionista por escalões de participação é a seguinte:

Escalão	% Participação Acumulada	N.º de Accionistas
Inferior a 2%	27,62%	27
De 2 a 5%	65,48%	22
Superior a 5%	6,95%	1
	100,00%	50

22. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		
De Aplicações de Liquidez	334.636	791.125
De Títulos e Valores Mobiliários	1.236.664	530.434
De Créditos	6.173.572	5.445.193
	7.744.871	6.766.751
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		
De Depósitos	914.777	1.211.126
De Captação de Liquidez	23.610	28.658
De Captações com Títulos e Valores Mobiliários	0	1
De outras Captações	296.759	236.621
	1.235.146	1.476.406
	6.509.725	5.290.345

23. RESULTADO DE NEGOCIAÇÕES A AJUSTES AO VALOR JUSTO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	mAOA	mAOA
Resultado Negociação Títulos e Valores Mobiliários	1.853.735	228.151
	1.853.735	228.151

Nesta rubrica estão registados os ganhos resultantes das flutuações cambiais das OT's em MN indexadas à taxa de câmbio. No exercício de 2015, o Banco registou proveitos no valor de mAOA 1.864.841 referentes a flutuações cambiais ocorridas nestes títulos – indexados ao dólar americano – e que se encontram classificados na carteira do Banco como “detidos até à maturidade” e “detidos para negociação”.

24. RESULTADOS EM OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Variação Cambial em Activos e Passivos Denominados em Moeda Estrangeira	832.454	-208.820
Operações de Compra e Venda de Moeda Estrangeira	1.001.732	1.904.626
	1.834.186	1.695.806

Nesta rubrica são registados os proveitos gerados pelas operações cambiais e pela reavaliação da posição cambial.

25. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

	2015 mAOA	2014 mAOA
Proveitos de Prestação de Serviços	2.897.031	2.410.385
Custos – Comissão de Corretagem e Custódia	-457.356	-208.231
	2.439.675	2.202.154

A rubrica de Proveitos de Prestação de Serviços pode decompor-se da seguinte forma:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Garantias Prestadas	541.005	408.929
Compromissos para com Terceiros	282.982	256.696
Serviços Bancários Prestados	1.035.415	1.282.622
Comissão sobre Operações Cambiais	906.289	370.717
Outros	131.340	91.424
	2.897.031	2.410.388

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Comissões recebidas - por serviços bancários prestados” corresponde essencialmente às comissões de cobrança de valores, de compensação electrónica e outras.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Comissões recebidas - operações cambiais” corresponde às comissões cobradas pelo Banco nas operações de emissão de ordens de pagamento sobre o estrangeiro.

26. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Provisões para Crédito de Cobrança Duvidosa (Nota 7)	2.858.444	1.824.013
Provisões para Garantias Prestadas (Nota 20)	192.452	197.553
	3.050.896	2.021.566

27. PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Remunerações	2.789.878	2.141.577
Órgãos de Gestão	623.961	353.400
Empregados	2.165.917	1.788.177
Encargos Sociais Obrigatórios	133.791	106.628
Encargos Sociais Facultativos	3.481	-18.175
Outros Custos com o Pessoal	30.434	21.158
	2.957.584	2.251.188

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o número médio de trabalhadores ascende a 471 e 421, respectivamente. O crescimento verificado em 2015 deveu-se essencialmente à abertura de novas agências e ao reforço de áreas técnicas dos serviços centrais do Banco, no seguimento da política de crescimento do Banco.

Esta rubrica inclui prémios a pagar aos colaboradores em 2016 referentes ao exercício de 2015 (Nota 19).

28. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Impressos e Material de Consumo	146.671	145.909
Rendas e Alugueres	217.931	197.843
Comunicações	53.761	152.143
Deslocações, Estadas e Representações	200.143	91.777
Publicidade e Edição de Publicações	713.739	323.697
Custos com o Trabalho Independente	11.053	11.936
Conservação e Reparação	328.352	214.855
Seguros	207.153	162.178
Serviços Especializados - Informática	8.256	30.239
Serviços Especializados - Segurança e Vigilância	414.392	262.311
Serviços Especializados - Banco de Dados	409.859	433.113
Serviços Especializados - Outros	305.730	351.155
Transportes	190.454	358.177
De Pessoal	0	1.581
De Valores	186.097	348.779
De Equipamentos e outros Materiais	4.357	7.817
Encargos com Acções de Natureza Cultural	9.522	1.997
Encargos com a Formação de Pessoal	27.004	59.569
Outros	49.327	84.260
	3.293.348	2.881.159

29. OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Quotizações	1.103.190	15.482
Gratificações Diversas	0	0
Outros Custos Operacionais	-21.247	5.572
	1.081.943	21.054

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Quotizações” inclui mAOA 890.903 referentes a eventos desportivos e mAOA 197.550 referentes a patrocínios.

30. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
De Imobilizações Incorpóreas (Notas 14)	125.245	213.325
De Imobilizações Corpóreas (Nota 13)	633.194	594.493
	758.439	807.817

31. PROVISÕES SOBRE OUTROS VALORES E RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Provisões para Responsabilidades Prováveis Natureza Cível	27.116	231.308
Compensação por Reforma	6.315	3.625
Fundo de Pensões	111.092	64.720
Prémio de Antiguidade	1.428	221
	145.951	299.874

As provisões em apreço destinam-se a cobrir encargos previsíveis com a constituição do Fundo de Pensões do Keve, com valores estimados na base do cálculo actuarial produzido pela ENSA e ainda para fazer face a eventuais prejuízos decorrentes de um processo judicial contra o Banco na sequência de uma reclamação efectuada por um prestador de serviços.

32. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Proveitos por Prestação de Serviços Diversos	147.333	100.254
Reembolso de Despesas	-37.407	-8.646
Outros	1.138.013	498.609
	1.247.939	590.217

33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Ganhos e Perdas Imobilizações	0	1.324
Resultados de Alienação Imobilização	0	-6.726
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.254.070	-485.150
Outros Resultados não Operacionais	0	1.019
	1.254.070	-489.534

O saldo da rubrica “Ajustes de Exercícios Anteriores” acomoda a liquidação de juros vencidos resultantes de recuperação de crédito, a que acresce o saneamento de diversas contas e operações, particularmente as com dívidas não

reconhecidas em períodos transactos e ainda a regularização e reconciliação de saldos.

34. ENCARGOS SOBRE RESULTADOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2015 mAOA	2014 mAOA
Resultados antes de Impostos	1.189.157	2.154.271
Ajustamentos:		
Custos não Fiscalmente Aceites	1.330.534	6.557
Rendimentos de OT's (IAC)	1.294.158	0
Benefícios Fiscais em Rendimentos de Títulos da Dívida Pública	0	741.705
Lucro Tributável	1.225.533	1.419.122
Taxa Nominal de Imposto	30%	30%
Imposto Apurado (Colecta)	367.660	425.737
Deduções a Colecta:		
Imposto a Pagar (se Positivo)/Recuperar (se Negativo)	367.660	425.737

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2015 e 2014, bem como a reconciliação entre o custo/proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Resultados Antes de Impostos		1.189.157		2.154.271
Imposto Apurado com Base na Taxa nominal de Imposto	30%	356.747	30%	646.281
Custos não Fiscalmente Aceites	34%	399.160	0%	1.967
Rendimentos de OT's (IAC)	-33%	-388.247	-10%	-222.512
	31%	367.660	20%	425.737

35. BALANÇO POR MOEDA

	mAOA				USD			
	MN	Indexado a ME	ME	Total	MN	Indexado a ME	ME	Total
Activo								
DISPONIBILIDADES	20.929.778	0	4.030.107	24.959.885	154.674	0	29.783	184.458
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	20.929.778	-	1.303.769	22.233.547	154.674	-	9.635	164.310
Disponibilidades em Inst.Financeiras	-	-	2.726.338	2.726.338	0	-	20.148	20.148
APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ	500.854	0	6.894.252	7.395.107	3.701	0	50.950	54.651
Operações no Mercado Monetário Interbancário	-	-	6.894.252	6.894.252	0	-	50.950	50.950
Operações Compra Título Terceiros c/Acordo Revenda	500.854	-	-	500.854	3.701	-	0	3.701
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6.652.900	22.792.040	1.138.472	30.583.412	49.166	168.437	8.413	226.016
Títulos Mantidos para Negociação	6.652.900	-	-	6.652.900	49.166	-	-	49.166
Títulos Mantidos até ao Vencimento	-	22.792.040	1.138.472	23.930.512	0	168.437	8.413	176.850
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	193.166	-	-7.380	185.786	1.428	-	-55	1.373
OPERAÇÕES CAMBIAIS	5.356	-	0	5.356	40	-	0	40
CRÉDITOS	57.070.084	0	1.530.549	58.600.633	421.757	0	11.311	433.068
Créditos	58.672.654	-	1.824.577	60.497.231	433.601	-	13.484	447.084
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.602.570	-	-294.028	-1.896.598	-11.843	-	-2.173	-14.016
OUTROS VALORES	3.227.269	0	199.883	3.427.152	23.403	0	1.477	25.327
Outros Valores de Natureza Fiscal	148.982	-	0	148.982	1.101	-	0	1.101
Outros Valores de Natureza Cível	2.063.389	-	143.178	2.206.567	15.249	-	1.058	16.307
Outros Valores de Natureza Administrativa	954.359	-	56.705	1.011.064	7.053	-	419	7.472
Bens não de Uso Próprio	60.539	-	0	60.539	-	-	-	447
IMOBILIZAÇÕES	5.861.908	-	-242.643	5.619.265	43.320	0	-1.793	41.527
Imobilizações Financeiras	118.076	-	0	118.076	873	-	0	873
Imobilizações Corporeas	5.279.146	-	156.961	5.122.184	39.014	-	1.160	37.854
Imobilizações Incorporeas	464.687	-	85.682	379.005	3.434	-	-633	2.801
	94.441.316	22.792.040	13.543.241	130.776.596	697.489	168.437	100.087	966.460
Passivo								
DEPÓSITOS	89.435.363	-	7.562.127	96.997.489	660.942	0	55.885	716.827
À Ordem	69.525.730	-	4.670.809	74.196.539	513.807	-	34.518	548.325
A Prazo	19.909.632	-	2.891.318	22.800.950	147.135	-	21.367	168.503
CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ	65.577	-	-	65.577	485	0	0	485
Operação Venda Tít.Próprio c/ Acordo Recompra	65.577	-	-	65.577	485	-	-	485
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	1.429.861	-	-643.517	786.344	10.567	-	- 4.756	5.811
OPERAÇÕES CAMBIAIS	13.447.074	-	4.282	13.451.356	99.376	-	32	99.408
OUTRAS CAPTAÇÕES	144.032	-	3.806.187	3.950.218	1.064	0	28.128	29.193
Dívidas Subordinadas	-	-	2.784.858	2.784.858	0	-	20.581	20.581
Outras Captações Contratadas	144.031	-	1.021.329	1.165.360	1.064	-	7.548	8.612
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.239.701	-	-	1.239.701	9.162	-	-	9.162
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	376.377	-	-	376.377	2.781	-	-	2.781
PROVISÕES P/ RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	1.958.366	-	196.790	1.761.576	14.473	-	- 1.454	13.018
FUNDOS PRÓPRIOS	12.147.957	-	-	12.147.957	89.775	-	-	89.775
	120.244.308	-	10.532.288	130.776.596	888.625	-	77.835	966.460
Posição Cambial			3.010.952				22.251	
Garantias Prestadas	-6.425.701	-	-6.343.469	-12.769.170	-47.487	-	-46.879	-94.366
Exposição Cambial		22.792.040	-3.332.517	19.459.523		168.437	-24.628	143.809

36. PARTES RELACIONADAS

O montante global de activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais a 31 de Dezembro de 2015 relativos a Accionistas, membros dos Órgãos Sociais, empresas associadas e sociedades e entidades colectivas onde os accionistas e membros dos órgãos sociais têm influência significativa, tem a seguinte decomposição:

	Depósitos	Crédito	mAOA
			Outras contas a receber
Accionistas	541.276	106.443	0
Membros dos Órgãos Sociais	127.235	73.008	0
Empresas Subsidiárias e Associadas do Banco	96.164	0	0
Sociedades onde os Accionistas e Membros dos Órgãos Sociais têm Influência Significativa	0	9.825.097	1.732.262
	764.675	10.004.547	1.732.262

De acordo com a Lei das Instituições financeiras:

(i) É considerada participação qualificada a detenção numa sociedade de percentagem não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto;

(ii) Existe relação de domínio quando uma pessoa singular ou colectiva (entre outros) possa exercer uma influência dominante sobre a sociedade por força do contrato ou estatutos ou detenha uma participação igual ou superior a 20% do capital da sociedade, desde que exerça efectivamente posição dominante ou se encontrem ambas colocadas sob direcção única.

A 31 de Dezembro de 2015, o Banco mantinha em “Outros Valores a receber” m AOA 1.928.207 referentes a adiantamentos concedidos ao Clube Recreativo do Libolo e à Global Seguros.

37. RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

As garantias e avals prestados são operações

bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos

mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizada, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2015, as provisões constituídas sobre responsabilidades por garantias prestadas ascendem a mAOA 1.107.624 (em 31 de Dezembro de 2014, o valor era de mAOA 533.158) (Nota 20).

Os compromissos assumidos perante terceiros representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas), os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Estes compromissos representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

As garantias e avales recebidos referem-se a garantias de crédito concedido, constituídas por penhor de depósitos, Títulos do Tesouro ou Títulos do BNA.

Os juros e créditos em contas extrapatrimoniais, são contabilizados de acordo com as políticas descritas na alínea f) da nota 2.

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, existiam ainda as seguintes responsabilidades assumidas e contratadas (não reflectidas no balanço):

	mAOA	mAOA
Limites de Contas Correntes não Utilizadas pelos Clientes	16.774.029	20.912.206
	16.774.029	20.912.206

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2015, até à aprovação das Demonstrações Financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas Notas às Contas relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.

O Banco tem em curso uma operação de aumento do capital social aprovada em Assembleia Geral extraordinária realizada no dia 27 de Novembro de 2015. De acordo com a deliberação, o capital social do Banco passará de mAOA 4.000.000 para mAOA 31.000.000 através da emissão de 33.750.000 novas acções ao valor nominal de AOA 800.

As novas entradas serão subscritas pelos accionistas em numerário no exercício do seu respectivo direito de preferência e na proporção das suas respectivas participações sociais. O prazo estabelecido para os accionistas se pronunciarem sobre as subscrições pretendidas terminou em 15 de Dezembro de 2015. Posto isto, os accionistas terão um prazo de 90 dias para realizar 50% do preço de subscrição das novas acções e 90 dias corridos para realizar o remanescente do preço de subscrição, contando o primeiro prazo a partir de 1 de Janeiro de 2016 e terminando o último prazo a 29 de Junho de 2016.

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2015 e 4 de Janeiro de 2016 (primeiro dia útil seguinte), o câmbio médio indicativo publicado pelo BNA sofreu uma variação significativa. Em 31 de Dezembro de 2015 e 4 de Janeiro de 2016, os câmbios do kwanza (AOA) face ao dólar dos Estados Unidos (USD) e ao euro (EUR) eram os seguintes:

	<u>04-01-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
1 USD =	155,612	135,315
1 EUR =	169,664	147,832

O impacto da utilização das taxas de câmbio do kwanza publicadas pelo BNA em 4 de Janeiro de 2016 nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 é apresentado no quadro ao lado:

	31/12/15 mAOA				04/01/16 mAOA			
	MN	Indexado a ME	ME	Total	MN	Indexado a ME	ME	Total
Activo								
DISPONIBILIDADES	20.929.778	0	4.030.107	24.959.885	20.929.778	0	4.634.615	25.564.393
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	20.929.778	-	1.303.769	22.233.547	20.929.778	-	1.499.332	22.429.110
Disponibilidades em Inst.Financeiras	0	-	2.726.338	2.726.338	0	-	3.135.283	3.135.283
APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ	500.854	0	6.894.252	7.395.107	500.854	0	7.928.377	8.429.232
Operações no Mercado Monetário Interbancário	0	-	6.894.252	6.894.252	0	-	7.928.377	7.928.377
Operações Compra Título Terceiros c/Acordo Revenda	500.854	-	-	500.854	500.854	-	-	500.854
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6.652.900	22.792.040	1.138.472	30.583.412	6.652.900	26.210.804	1.309.241	34.172.944
Títulos Mantidos para Negociação	6.652.900	-	-	6.652.900	6.652.900	-	-	6.652.900
Títulos Mantidos até ao Vencimento	0	22.792.040	1.138.472	23.930.512	0	26.210.804	1.309.241	27.520.045
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	193.166	-	-7.380	185.786	193.166	-	-8.487	184.679
OPERAÇÕES CAMBIAIS	5.356	-	0	5.356	5.356	-	0	5.356
CRÉDITOS	56.996.664	0	1.603.969	58.600.633	56.996.664	0	1.844.562	58.841.225
Créditos	58.599.234	-	1.897.997	60.497.231	58.599.234	-	2.182.693	60.781.927
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.602.570	-	-294.028	-1.896.598	-1.602.570	-	-338.132	-1.940.702
OUTROS VALORES	3.227.269	0	199.883	3.427.152	3.227.269	0	229.865	3.457.134
Outros Valores de Natureza Fiscal	148.982	-	0	148.982	148.982	-	0	148.982
Outros Valores de Natureza Cível	2.063.389	-	143.178	2.206.567	2.063.389	-	164.654	2.228.043
Outros Valores de Natureza Administrativa	954.359	-	56.705	1.011.064	954.359	-	65.211	1.019.570
Bens não de Uso Próprio	60.539	-	0	60.539	60.539	-	0	60.539
IMOBILIZAÇÕES	5.861.909	0	-242.643	5.619.266	5.861.909	0	-279.039	5.582.870
Imobilizações Financeiras	118.076	-	0	118.076	118.076	-	0	118.076
Imobilizações Corporeas	5.279.146	-	156.961	5.122.184	5.279.146	-	180.505	5.098.641
Imobilizações Incorporadas	464.687	-	85.682	379.005	464.687	-	98.534	366.153
Total do Activo	94.367.896	22.792.040	13.616.661	130.776.596	94.367.896	26.210.804	15.659.134	136.237.834
DEPÓSITOS	89.435.363	0	7.562.127	96.997.489	89.435.363	0	8.696.432	98.131.794
À Ordem	69.525.730	-	4.670.809	74.196.539	69.525.730	-	5.371.421	74.897.152
A Prazo	19.909.632	-	2.891.318	22.800.950	19.909.632	-	3.325.010	23.234.643
CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ	65.579	0	0	65.579	65.579	0	0	65.579
Operação Venda Tit.Próprio c/ Acordo Recompra	65.579	-	0	65.579	65.579	-	0	65.579
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	1.429.861	-	-643.517	786.344	1.429.861	-	-740.044	689.817
OPERAÇÕES CAMBIAIS	13.447.074	-	4.282	13.451.356	13.447.074	-	4.924	13.451.998
OUTRAS CAPTAÇÕES	144.031	0	3.806.187	3.950.217	144.031	0	4.377.108	4.521.138
Dívidas Subordinadas	0	-	2.784.858	2.784.858	0	-	3.202.581	3.202.581
Outras Captações Contratadas	144.031	-	1.021.329	1.165.360	144.031	-	1.174.526	1.318.557
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.239.701	-	-	1.239.701	1.239.701	-	-	1.239.701
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	376.377	-	-	376.377	376.377	-	-	376.377
PROVISÕES P/ RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	1.958.366	-	196.790	1.761.576	1.958.366	-	226.308	1.732.058
Total do Passivo	108.096.351	0	10.532.288	118.628.639	108.096.351	0	12.112.112	120.208.463
FUNDOS PRÓPRIOS	12.147.957	-	0	12.147.957	12.147.957	-	0	12.147.957
Activo Líquido	(13.728.455)	22.792.040	3.084.372	12.147.957 (13.728.455)	26.210.804	3.547.022		16.029.371

39. OUTRAS DIVULGAÇÕES

As normas em vigor relativamente aos elementos para publicação oficial impõem a explicação de alguma informação e indicações acerca das contas anuais mencionadas no balanço e na demonstração dos resultados. A sua menção é feita pela respectiva ordem definida no Aviso n.º 15/07 de 12 Setembro do BNA e, para os casos em que exista a competente explicação algures no relatório ou nas notas às demonstrações financeiras, isso será mencionado.

a) O resumo dos principais critérios contabilísticos encontra-se descrito na Nota 2;

b) O Banco não procedeu à reavaliação dos imóveis de uso próprio;

c) O investimento relevante em outras sociedades encontra-se descrito na Nota 12;

d) O Banco não procedeu à venda de bens a prazo a sociedades ligadas;

e) As garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades encontram-se descritas na Nota 37;

f) O capital social encontra-se descrito nas Notas 1 e 21;

g) O Banco procedeu à distribuição dos dividendos relativos ao exercício de 2014;

h) Os resultados por acção são apresentados na demonstração dos resultados;

i) Os créditos transferidos para prejuízo, renegociados e recuperados no período encontram-se descritos na Nota 7.8;

j) O Banco não tem sucursais no exterior;

k) Não existem acções com opções de compra das acções outorgadas e exercidas no período;

l) Foram efectuados os desdobramentos das principais contas cujo saldo tenha ultrapassado o limite de 10% do valor do respectivo grupo ou classe;

m) Não existem eventos subsequentes à data do encerramento do período que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre os resultados do Banco;

n) Não existem créditos fiscais no período;

o) As informações relativas aos títulos e valores mobiliários encontram-se descritos na Nota 5;

p) Não existem instrumentos financeiros e derivados à data de encerramento.

q) À data de 26 de Junho de 2015, o BNA participou ao mercado que, para efeitos de implementação das IAS/IFRS, as instituições bancárias seriam divididas em dois grupos, sendo que para o primeiro grupo mantém a obrigação de adoptar as IAS/IFRS a partir de Janeiro de 2016 e para o segundo grupo, onde o Banco Keve se insere, essa obrigação foi diferida para 1 de Janeiro de 2017.

Banco **Keve**

PARECER DO CONSELHO FISCAL





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas

1- O Conselho Fiscal, nos termos da Lei e do mandato que lhe foi conferido, em conformidade com os Estatutos do Banco, apresenta o seu Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício do ano económico de 2015, cuja elaboração e conteúdo são de responsabilidade exclusiva do Conselho de Administração, em obseância das disposições legais em vigor, nomeadamente a Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro - Lei das Sociedades Comerciais e o artigo 23.º do Estatuto do Banco Regional do Keve.

2- No decurso do exercício em referência, de acordo com as normas e procedimentos habituais, o Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade e a extensão que considerou adequada, a evolução da actividade desenvolvida pelo Banco, realizou, de forma sistematizada, a verificação dos relatórios financeiros mensais postos à disposição pelo Conselho de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos, examinou as Demonstrações Financeiras do Banco, com ênfase no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultados, na Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, para o exercício fiscal de 2015, bem como no Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração para o mesmo exercício;

3- O Conselho Fiscal, resultante do trabalho de acompanhamento realizado, constatou a importância da tarefa de saneamento financeiro interno desenvolvida pelo Banco, tendo reconhecido a sua importância e pertinência na solidez da actividade e idoneidade do banco, visando reforçar a robustez da sua imagem e sustentabilidade no mercado bancário em que nos inserimos.

4- O Conselho Fiscal procedeu ao seu trabalho, tendo em conta a actual conjuntura económico-financeira e a realidade em que se desenvolveu a actividade do Banco Keve.

5- O Conselho Fiscal comprovou que as contas do Banco Keve foram objecto de uma auditoria externa e independente cujo Parecer apresenta uma reserva sobre o subsistema de crédito e outros valores, decorrente da insuficiência de provisões, identificada face às exigências de natureza regulamentar.

6- Face ao que precede, e em conformidade com a opinião do auditor externo, salvaguardada a reserva expressa no ponto n.º 5, somos de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição do Banco Regional do Keve, S.A. em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as mutações nos fundos próprios

e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

7- Outrossim, o Conselho Fiscal reconhece, pelo que agradece, os diversos serviços do Banco na obtenção das informações e esclarecimentos solicitados, factores determinantes para um maior conhecimento, análise e consequente elaboração do Parecer, ora colocado à disposição de V. Excas, relativamente ao Balanço, Demonstração de Resultados e das Notas de Contas do Banco.

8- Neste contexto, o Conselho Fiscal propõe que o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e Contas sejam submetidos a apreciação da Assembleia Geral e consequentemente, sejam:

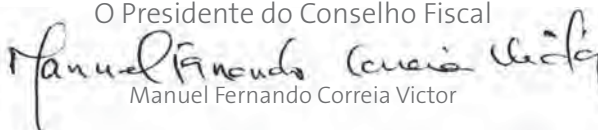
-Aprovado o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e Contas do exercício de 2015.

-Aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal do Banco Regional do Keve, em

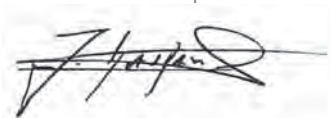
Luanda, aos 22 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Fiscal


Manuel Fernando Correia Victor

Os Vogais

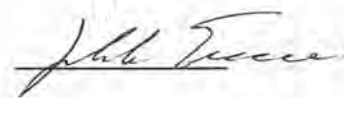
Decio Gaspar



João Silva

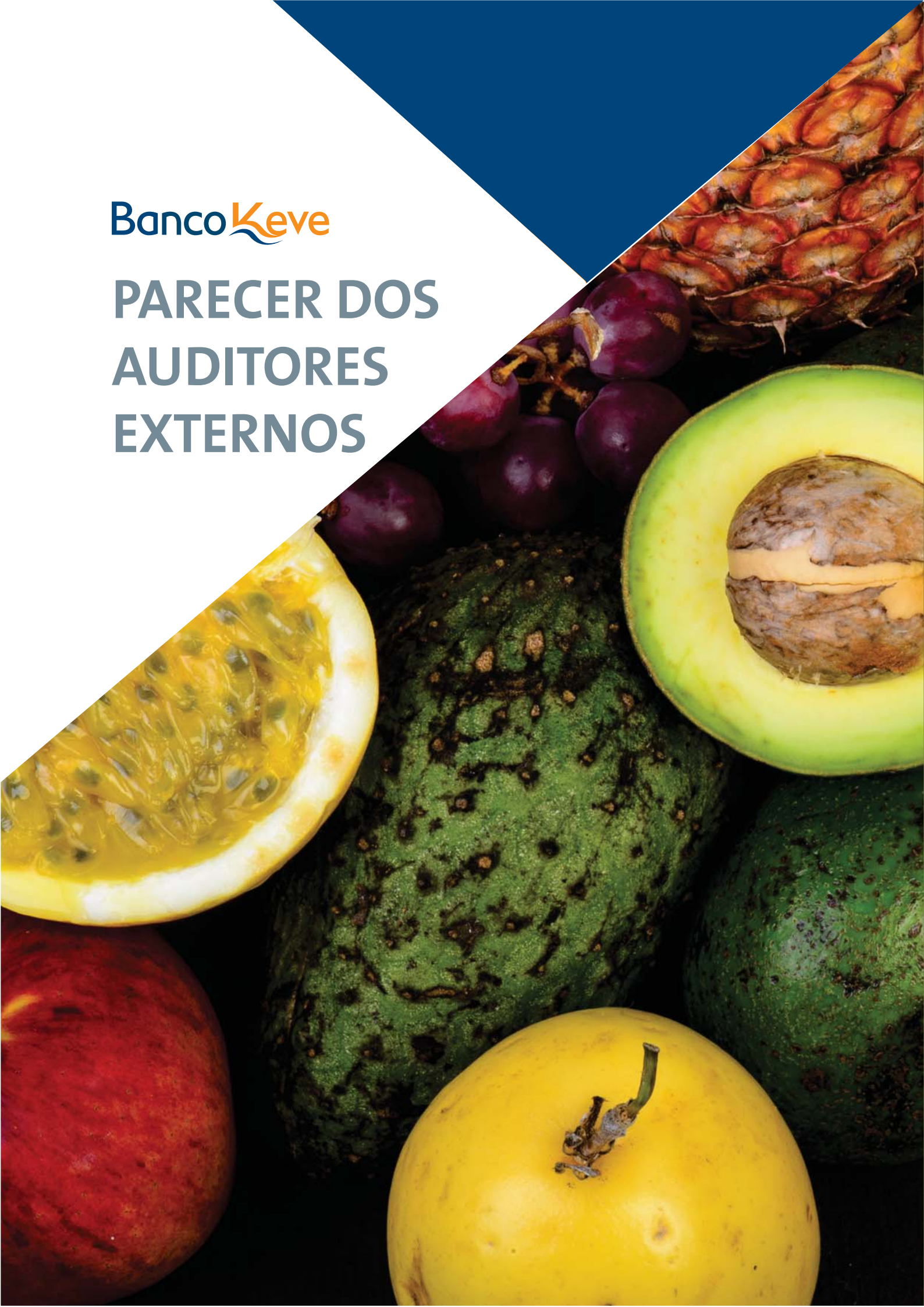


Gildo Faceira



Banco **Keve**

PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS







PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Regional do Keve, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “Keve”), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de mAOA 130.776.596 e um capital proprio de mAOA 12.147.958, incluindo um resultado liquido de mAOA 821.497, as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administracao pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancario e pelo controlo interno que determine ser necessario para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de filiais, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente.

Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas filiais, consulte www.deloitte.co/pt/about.

Contribuinte: 5401022670 | Capital Social: KZ 1.620.000

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 106-97

Bases para a Opinião com Reservas

6. Em resultado da análise efectuada à carteira de crédito concedido, juros e outros valores a receber do Banco Keve com referência a 31 de Dezembro de 2015 e ao sistema de controlo interno implementado nesta área, verificámos que, por limitações dos seus sistemas informáticos e pelos processos implementados, o Banco não se encontrava a cumprir adequadamente todos os requisitos previstos no Aviso n.º 3/2012 de 28 de Março, do BNA, relativamente à classificação de risco das operações de crédito e consequente apuramento das provisões, incluindo em operações de crédito concedido a entidades relacionadas. Não obstante os esforços desenvolvidos pelo Banco, atendendo às deficiências acima indicadas e aos resultados que nos foi possível obter da análise específica da carteira de crédito e de outros valores do Banco, incluindo as rubricas de juros de crédito (Notas 7, 9, 10 e 22), entendemos que as respectivas provisões são insuficientes para fazer face às perdas estimadas que, devido às referidas limitações e à informação disponível, não nos foi possível quantificar.

Opinião

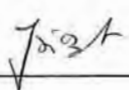
7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Regional do Keve, S.A. em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as mutações nos fundos próprios e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2).

Ênfases

8. Atendendo aos impactos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, a capacidade do Banco para continuar as operações depende do sucesso das suas operações futuras e da manutenção do suporte financeiro dos accionistas. Conforme descrito na Nota 38, encontra-se actualmente em curso um aumento de capital.

9. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, foram objecto de revisão por outros Auditores Externos que sobre elas emitiram um Relatório de Auditoria, datada de 30 de Março de 2015, o qual incluía uma reserva sobre o assunto descrito no parágrafo 6.

Luanda, 15 de Abril de 2016



Deloitte & Touche Auditores, Limitada

Representada por: Jose Antonio Mendes Garcia Barata

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA



AGÊNCIAS ABERTAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015

SEDE SOCIAL

Avenida Joaquim Kapango
nº Y-13
Kwanza Sul

SEDE FINANCEIRA

Avenida Ho Chi Min, empreendimento
Comandante Jika
Edifício Garden Towers, Torre B, 11º e 12º andar
Luanda

ONDE ESTAMOS

LUANDA

Agência Aeroporto
Agência Cacuaco
Agência Cuca
Agência Maculusso
Agência Major Kanhangulo
Agência Nocal
Agência Nova Cimangola
Agência Porto de Luanda
Agência Porto Seco
Agência Rainha Ginga
Agência Serpa Pinto
Agência Sovinhos
Agência Nova Vida
Agência Nova Vida II
Agência Universidade ISPAJ
Agência Talatona
Agência Talatona II
Agência Universidade Metodista
Agência Kilamba Kiayi
Balcão Correios de Angola
Balcão Aeroporto 4 de Fevereiro (Partidas)
Balcão Aeroporto 4 de Fevereiro (Chegadas)
Agência Patriota
Centro de Empresas Rainha Ginga
Centro de Empresas Patriota
Centro de Empresas Talatona II
Private Banking

BENGO

Agência Mazozo

BENGUELA

Agência Benguela /Agência Lobito/ Agência
Lobito Restinga/ Agência Secil/ Agência Soba
Catumbela

CABINDA

Agência Cabinda/ Agência Massabi

HUAMBO

Agência do Huambo/ Agência Nocebo

HUÍLA

Agência Lubango/ Agência Alfândega Lubango

KWANZA SUL

Agência Calulo/ Posto Repartição Fiscal do
Libolo/ Agência Porto Amboim /Agência
Sumbe/ Agência Wako Kungo/ Posto Alfândega
Porto Amboim /Posto Repartição Fiscal da Cela

MALANGE

Agência Malange

NAMIBE

Agência Namibe / Agência Namibe Alfandega

ZAIRE

Agência Soyo Base do Kwanda /Balcão Soyo
Hotel Nempanzo

CUNENE

Agência Santa Clara/ Agência Bromangol

CUANDO CUBANGO

Agência Menongue / Agência Catuitui/ Agência
Cuangar/ Agência Rivungo

www.bancokeve.ao

Banco **Keve**







O BANCO À SUA MEDIDA

Av. Ho Chi Min Empreendimento Cdt Gika.
Edifício Garden Towers - Torre B, 11º/12º Andar
Tel: +244 222 679 800
Fax: +244 222 370 039

www.bancokeve.ao